

Nº 34 FEVEREIRO 2024

ESPAÇOS EM PÚBLICO: CULTURA E ESPAÇOS NA (DES)CONSTRUÇÃO DA CIDADE

ORGANIZAÇÃO
SHIRLEI TORRES PEREZ
GONÇALO CANTO MONIZ



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Seta
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013

COORDENAÇÃO**COORDINATION**

Andrés Spognardi e Antonieta Reis Leite

PROPRIEDADE E EDIÇÃO**PROPERTY AND EDITION**

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

Centre for Social Studies
Associate Laboratory
University of Coimbra

cescontexto.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt
Tel: +351 239 855 573

ÂMBITO**SCOPE**

A Cescontexto publica actas de eventos organizados ou co-organizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES)*

Cescontexto publishes proceedings of events organised or co-organised by the Centre for Social Studies (CES)*

* Os coordenadores da revista asseguram que os artigos apresentados cumpram com os critérios e as diretrizes de publicação. Os organizadores de cada número são responsáveis pela seleção, avaliação e revisão linguística dos manuscritos. Os pontos de vista, opiniões e interpretações aqui expressos são da responsabilidade dos académicos e profissionais que participam nos eventos.

* The coordinators of the journal ensure that submissions meet the criteria and guidelines for publication. The organisers of each issue are responsible for the selection, evaluation and proofreading of the manuscripts. The views, opinions and interpretations expressed herein are those of the scholars and practitioners participating in the events.

ISSN 2182-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra 2024

AGRADECIMENTOS

Esta publicação decorre das comunicações apresentadas nos eventos realizados no CES em 2020 - Cultura e Espaços na (des)Construção da Cidade e Espaços em Público. Assim, queremos agradecer ao CES e a todos/as os/as envolvidos/as na organização e operacionalização dos eventos. À coordenação e aos membros do núcleo Cidades, Culturas e Arquitetura (CCArq) pela forma como acolheram os referidos eventos. À coordenação editorial da revista Cescontexto pelo apoio e colaboração na realização desta publicação. E ainda aos/às pesquisadores/as interlocutores/as durante os processos de trabalho, e, do Sesc São Paulo, Anderson Marques, Flávia Carvalho, João Paulo Guadanucci, Mari Bilac e Marta Colabone. Muito especialmente, agradecimentos aos/às palestrantes e intervenientes dos eventos, nomeadamente: Danilo Santos de Miranda (in memoriam), Ciro Pirondi, Christine Greiner, Jorge Figueira, Nuno Grande, Nancy Duxbury, Claudia Pato de Carvalho, Ana Pais, Nathalie Nunes, Fernanda Curi, Carolina Quiroga, Marta Bergamin, José Maçãs de Carvalho, Danielle Araújo, Luísa Barreto; e aos/às convidados/as para a publicação, Sônia Gugisberg, Maria Julia Barbieri, Marília Veríssimo Veronese, Julice Salvagni, Victória Mendonça da Silva e Vitório Leite.

Shirlei Torres Perez e Gonçalo Canto Moniz

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	1
Shirlei Torres Perez, Gonçalo Canto Moniz	
ESPAÇOS URBANOS E AÇÃO CULTURAL: ARRANJOS DINÂMICOS.....	5
Danilo Santos de Miranda	
CULTURAL MAPPING IN THE CITY'S CO-CREATION PROCESSES	21
Nancy Duxburry, Nathalie Nunes, Fernanda Araujo Curi	
CO-CREATING THE CITY WITH CHILDREN: THE URBINAT PROJECT IN CAMPANHÃ, PORTO	59
Gonçalo Canto Moniz, Fernanda Curi, Vitório Leite	
PATRIMONIO, ESPACIO URBANO Y PERSPECTIVA DE GÉNERO	87
Carolina Quiroga	
AGENCIAMENTOS DA ESFERA PÚBLICA EM ESTADOS DE EXCEÇÃO	109
Maria Julia Barbieri, Christine Greiner	
SOBRE A OBRA <i>PASSAGEIRXS</i>: TRADUÇÃO, IMAGENS E TRÂNSITOS NO ESPAÇO ARQUITETÔNICO	123
Sonia Guggisberg	
O QUE SOBROU DO CHÃO: A CRISE HABITACIONAL URBANA NO BRASIL E A PANDEMIA DE COVID-19	138
Marilia Veríssimo Veronese, Julice Salvagni, Victória Mendonça da Silva	
CULTURA E ESPACIALIDADES COMO DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EMANCIPADO: PERGUNTAS, OLHARES E PROVOCAÇÕES	160
Shirlei Torres Perez	

APRESENTAÇÃO

Este número da revista Cescontexto foi organizado a partir de dois eventos realizados no âmbito do CES em 2020. Na ordem inversa deste título, o seminário Cultura e Espaços na (Des) Construção da Cidade aconteceu nos dias 08 e 09 de junho e o ciclo Espaços em Público, dias 26, 27 e 28 de outubro, ambos com a participação de investigadores, gestores, atores sociais e artistas do Brasil e Portugal, e também da Argentina.

Partindo de questões atuais, essas discussões destacam o reconhecimento da natureza sistêmica das cidades, e sua imbricação com os modos de vida e estruturas políticas e simbólicas na relação com a criação, construção e ocupação dos espaços, assim como as dinâmicas culturais, tanto no sentido das vivências cotidianas, quanto da produção e práticas artísticas e simbólicas, nos trânsitos e nas ambiências criadas no âmbito dos espaços e territórios.

O seminário Cultura e Espaços na (des) Construção da Cidade tratou de forma direta essas questões, em duas sessões. Sessão I - Espaço da Cultura nos mapas da Cidade, tendo como focos a cultura como vivência política e potencial de educação, e o papel dos centros culturais e da ocupação do espaço público na manutenção e transformação das lógicas urbanas. O primeiro tema, Cultura como Potencial de Transformação, foi apresentado por Danilo Santos de Miranda (SESCSP). O segundo, O Mapeamento Cultural nos Processos de Cocriação da Cidade, por Nancy Duxbury (CES), Nathalie Nunes (CES) e Fernanda Curi (CES). A Sessão II - Cultura, Espaços e Dinâmicas de Visibilidade, teve os seguintes objetivos: arte e cultura e suas relações com a ocupação e trânsitos na cidade; a evolução dos espaços e das redes urbanas, acesso e uso criativo. Esta sessão foi trabalhada em três temas. O primeiro, Dinâmicas e Mudanças nos Espaços das Cidades, foi apresentado por Ciro Pirondi (Escola da Cidade); o segundo, A Produção de Cultura e o Espaço Público, por Claudia Pato de Carvalho (CES); o terceiro, Cultura como Espaço Social e Ação Cultural na Periferia, por Marta Bergamin (FESP-SP). As sessões tiveram comentário de Shirlei Torres Perez (CES/SESCSP) e Gonçalo Canto Moniz (CES/DARq-UC).

A abordagem trouxe a dimensão da cultura como possibilidade de inversão de lógicas habituais – coloniais e hierarquizadas, e do estabelecimento de dinâmicas críticas. Neste sentido, tratou da estreita relação entre os trânsitos e territórios e dos desenhos firmados em favor da manutenção do status quo e das hierarquias estabelecidas, demonstrando experiências de renovação, não apenas simbólica, mas física, econômica, social, política e criativa, deslocando o olhar para a dimensão da convivência, do trabalho e dos modos de vida estreitamente relacionados ao exercício da arte e da cultura. Tratou da produção de conhecimento a partir do mapeamento cultural, assim como da mobilização possível a partir dessa sensibilização.

Nesse sentido, a convivência no espaço, assim como os ambientes e trânsitos criados pelas dinâmicas urbanas, podem ser compreendidos como territórios de embate político e de força educativa, para além do simples exercício ou fruição dos conteúdos artísticos e das práticas culturais. Assim, podemos entender a convivência mediada pelas práticas ou dinâmicas culturais como determinante na natureza da experiência vivida em relação ao espaço. Estar presente chega a ser o grande exercício político, mediado pelas estratégias de gestão e regras de ocupação e trânsito. Dessa forma, ao trabalhar a cultura em qualquer que seja sua dimensão, na relação com o espaço, implica na alimentação da rede de hierarquias e conhecimentos que emergem das relações cotidianas, nos ambientes criados pelas práticas.

O ciclo Espaços em Público foi composto de cinco seminários, com os seguintes temas: Seminário I - Espaço público inclusivo, com Gonçalo Canto Moniz (CES/DARQ-UC), Carolina Quiroga (FADU UBA) e comentários de Ana Pais (CET-FLUL), discutindo a produção do espaço público, estratégias, articulações e leituras para um espaço inclusivo, do ponto de vista do edifício e das práticas de uso dos espaços da cidade. Seminário II - Políticas do corpo e dimensões da arte no contexto de crise com Christine Greiner (PUC SP), e José Maçãs de Carvalho (DARq UC), tendo como focos o corpo, comunicação e culturas, ações e implicações no coletivo e no contexto urbano, e ainda a performance e política na cidade. Seminário III - Arquitetura, urbanidade e espaço público, por Ciro Pirondi (Escola da Cidade), com comentários de Jorge Figueira (CES, DARq UC), discutindo edifício, pensamento, e construções culturais e sociais na evolução urbana. O edifício e seus contextos, pensar novas lógicas e interações entre pessoas, grupos e a cidade. Seminário IV - Visibilidade, cultura e presença como direito à cidade, por Danielle Araujo (CES), Luísa Barreto (PUCSP) e comentários de Claudia Pato de Carvalho (CES), discutindo práticas culturais, dinâmicas de trabalho e circulação de bens e ideias, ocupação do espaço público e visibilidade. Juventudes e práticas culturais na construção dos espaços sociais e físicos. Seminário V - Cultura, arquitetura e acolhimento como programa de educação e política cultural, com Danilo Santos de Miranda (SESCSP), e comentários de Nuno Grande (CES/DARq UC), tratando da arquitetura como programa de educação, construção do espaço para exercício de cidadania e ação de política cultural e pública, a partir do programa e experiência do SESC SP.

Os espaços públicos se constituem para muito além de um local, de sua arquitetura, das construções criadas e apropriadas para o uso público, ou coletivo. Quando falamos do espaço público, nos referimos também às práticas e modos de ocupar esses espaços, em como se comporta a coletividade, em como uma comunidade de apropria de sua região, e de toda a cidade. Especificamente, neste ciclo, em busca de um olhar macro para as relações com o coletivo, a partir do espaço e das espacialidades. Falamos de como os transportes desenham os caminhos possíveis, de como os muros, condomínios, edifícios, teatros e museus, os locais de trabalho perto ou longe de casa, influenciam a vida das pessoas e grupos, determinam onde podemos os precisamos estar presentes com mais facilidade ou interesse, e o que é quase inacessível. Ter acesso é ter maiores possibilidades.

As práticas culturais, a arte, as manifestações e greves, os grandes eventos, o turismo, e outras ações, podem dialogar com o uso dos espaços e com a circulação das pessoas, criando formas de ocupar a cidade e os locais. Assim como os espaços, como são pensados e construídos, onde se localizam, como podem ser ocupados e sua estrutura, dialogam e determinam,

muitas vezes, a lógica de seu uso. Pensar tudo isso em conjunto nos leva a falar de visibilidade, de educação e valor social, e de como espaços e práticas podem tornar as cidades e a convivência mais amplas e diversas e solidárias, ou o contrário.

Os artigos aqui apresentados trazem os temas tratados nos dois eventos e seus desdobramentos, traçando um panorama das imbricações entre cultura e os espaços e trânsitos da cidade, abordando estratégias, relações e propostas críticas e de construção de conhecimento. O texto do Prof. Danilo Santos de Miranda abre esta edição conceituando de forma dinâmica as relações entre a cidade, seus trânsitos e suas construções, e apresenta a arquitetura como programa de educação, e de ação social e cultural, nas Unidades do Sesc em São Paulo, apresentando diferentes estruturas e instalações, como o Sesc Pompéia e o Sesc 24 de maio, além das Unidades campestres e outras periféricas ou provisórias. Nancy Duxbury, Nathalie Nunes e Fernanda Curi trazem o mapeamento cultural como processo crítico de co-criação e reconfiguração de espaços urbanos, junto à comunidade, e apresentam a realidade do projeto Europeu URBiNAT. Trabalham a compreensão e apropriação do espaço pelas estratégias de mobilização e envolvimento comunitário na reconfiguração das dinâmicas urbanas, pela via das ações e da realidade cultural da localidade e seu entorno.

Gonçalo Canto Moniz, Fernanda Curi e Vitório Leite, trazem a experiência do projeto URBiNAT nas ações com crianças, apresentando aspectos educativos e criativos que ampliam a linguagem da cocriação do espaço público para o entendimento amplo da ideia de pertencimento e de protagonismo, assim como a visão de educação para e pela convivência. Já Carolina Quiroga trata também da noção inclusiva de pertencimento, abordando a arquitetura e a construção do espaço público pela via hegemônica de gênero, e trabalhando a visão crítica sobre uma cidade possível para os diferentes grupos.

Maria Julia Barbieri e Christine Greiner abordam as influências do estado de emergência e das novas relações em rede sobre a urbanidade e o coletivo, como a própria noção de esfera pública é influenciada por esses deslocamentos, e de que forma essa situação afeta os corpos, trazendo experiências artísticas que ilustram essas questões. Sônia Gugisberg fala de sua obra *Passageiros* e da discussão a respeito de território, pertencimento, identidade e subjetividade, e das relações entre arte e urbanidade, na dimensão estética e política. Marília Veríssimo Veronese, Julice Salvagni e Victória Mendonça da Silva trabalham a lógica da moradia urbana e o agravamento das diferenças e segregações em meio à crise sanitária da covid-19, demonstrando a perversidade de desenhos que visam alimentar as lógicas predatórias e considerando propostas e possibilidades na busca de uma situação menos desigual. O texto trata da cultura imobiliária urbana baseada na lógica predatória, e como a emergência agrava essas debilidades. Shirlei Torres Perez aborda as questões do coletivo e da experiência individual, a partir das experiências de convivência nos espaços da prática e exercício da cultura, trabalhando as relações possíveis entre espaços, gestão e conteúdos.

Diante das questões que se apresentam seguidamente renovadas, em função das apropriações digitais das práticas e relações, em função das limitações ou redesenhos resultantes das questões sanitárias, ambientais ou de recursos e distribuição populacional, disponibilidade de espaços, e outras, da complexificação das relações e pluralidade de interesses. Neste sentido, é urgente olhar as políticas de ocupação dos espaços, assim como

as relações no coletivo, a partir de estratégias emancipatórias, e de exercícios de convivência cada vez mais estimulantes da solidariedade e da equanimidade, num nível cotidiano. É dessa proposta que partem as discussões, buscando enriquecer os olhares na direção da humanização e compreensão das relações no urbano, assim como o diálogo entre a arquitetura, o social e as ações de educação e cultura, no sentido mais amplo.

Cabe, por fim, destacar que a participação do Professor Danilo Santos Miranda desafiou os diversos intervenientes nestes seminários a repensar as relações entre espaço e cultura, propondo uma abordagem que relaciona ambos os conceitos, tendo em consideração a complexidade das vivências proporcionadas pela cidade contemporânea. Por um lado, chamou a atenção para a ampliação e (des)hierquização da cultura e, por outro lado, para a necessidade de entender o espaço para além da sua dimensão física. Assim, propondo que “o espaço se culturaliza” e sublinha a necessidade do “enraizamento da cultura no espaço”. Neste contexto, reflete sobre a estratégia de construção e ocupação das Unidades do SESC São Paulo, dirigido por si desde 1984, como estruturas culturais e urbanas, onde a arquitetura integra os conceitos de rua e de praça para explorar, o que denomina de, “arranjos dinâmicos”. A lição de Danilo Santos Miranda, em pequena parte documentada neste artigo, irá perdurar para as pessoas que vivenciam os “espaços urbanos de ação cultural” do SESC no estado de São Paulo.

Shirlei Torres Perez e Gonçalo Canto Moniz

ESPAÇOS URBANOS E AÇÃO CULTURAL: ARRANJOS DINÂMICOS

Danilo Santos de Miranda

Diretor Regional do Serviço Social do Comércio (Sesc), São Paulo, 1984 a 2023¹

RESUMO

O artigo aborda a ação social e de educação no Sesc São Paulo, em sua estreita ligação com a ocupação dos espaços, a relação com o território e a arquitetura como programa. Apresenta a noção de cultura em sentido amplo, considerando as relações entre cultura e espaço e as características políticas e metafóricas do ambiente urbano e seus trânsitos, a partir de conceitos tratados por Marilena Chauí, Doreen Massey, Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos. Nesse sentido, discute a arquitetura e ocupação de edifícios como o Sesc Pompéia, de Lina Bo Bardi, passando pela criação das Unidades provisórias, assim como pelos espaços campestres e reservas naturais, além da ocupação de edifícios destinados, anteriormente, a outras funções. O texto relaciona os espaços e seus usos à ação cultural e ao papel social e educativo dessa atuação.

PALAVRAS-CHAVE

cultura, ação cultural, espaço urbano, educação

1. NOTAS SOBRE O ESPAÇO

Que espaço é este que habitamos, que atravessamos cotidianamente para executar ações cotidianas e extraordinárias, que nos penetra como se estivesse misturado ao próprio ar que respiramos? Assim como acontece com outros grandes dilemas humanos, o espaço constitui enigma cujo peso só suportamos ao preço de ignorá-lo solenemente em nossas trajetórias, ora prosaicas, ora poéticas, rumo a objetivos que possam dar sentido à existência.

Entretanto, o espaço por vezes se impõe com toda a sua potência, como se nos cobrasse pela falta de atenção para com ele. Nesses casos, uma experiência espacial desconcertante interrompe o fluxo habitual dos eventos e abala nossas referências. Exemplo contundente, ainda capaz de nos sensibilizar no presente, é o impacto que as primeiras viagens de trem

¹ O Serviço Social do Comércio (Sesc), é uma instituição brasileira de direito privado, criada em 1946 pelo empresariado do comércio de bens, serviços e turismo, com a missão de colaborar para o bem-estar dos trabalhadores desses setores, seus dependentes e da sociedade em geral, por meio de ações diversas, organizadas em cinco programas: educação, saúde, cultura, lazer e assistência. No estado de São Paulo, a ação se dá por meio do trabalho de 43 unidades em 22 cidades do estado, além de conteúdos e atividades via internet, um canal televisivo, uma editora de livros e um selo audiovisual. O Sesc São Paulo tem como atual Diretor Regional o Sr. Luiz Deoclécio Massaro Galina.

tiveram sobre a percepção, borrando paisagens, encurtando distâncias, introduzindo o cidadão urbano médio na lógica da cartografia, entre outros desdobramentos.

Os avanços técnicos deram inegável assertividade à sensação espacial, retirando-a de qualquer dimensão abstrata. Nesse caso, o trem é apenas um exemplo dentre vários, notadamente aqueles ligados aos meios de transporte e aos meios de comunicação, dentre os quais as videochamadas por internet parecem constituir o episódio mais recente a sacudir as coordenadas que nos orientam no mundo. Como seria de se esperar, estudiosos de diversos campos dedicaram-se a compreender o fenômeno, propondo formulações conceituais à altura do desafio.

É visível que as abordagens teóricas sobre o espaço, não obstante a pluralidade de estratégias, apontam prioritariamente uma direção predominante: a ênfase na dimensão humana, intensificada ao longo do século XX, em detrimento de leituras puramente físicas ou lógico-matemáticas. É nessa perspectiva que surgem formulações como “lugar”, empenhadas em enfatizar a organicidade e amplitude, além de refutar uma concepção estática de local.

A cientista social e geógrafa britânica Doreen Massey, por exemplo, propôs pensar o lugar segundo tal perspectiva: “Ao invés do espaço ser uma superfície plana, ele é como uma almofada de alfinetes em que se espetam um milhão de histórias: se você parar em algum ponto dessa caminhada, haverá uma casa com uma história (...) Então eu quero ver o espaço como um corte através da miríade de histórias em que todos nós estamos vivendo a qualquer momento” (Sage Publishing, 2013).

A expressão utilizada por Massey para descrever o espaço –miríade de histórias– sublinha a vocação de convergência, de mistura ou rede, na qual o tempo vivenciado opera papel central. Fica evidente como essa disposição reflexiva dialoga com as contribuições de outro grande geógrafo, o brasileiro Milton Santos: “O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade (...) a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo” (Santos, 1985, p. 22).

Assim, seja por meio de vivências impactantes, que rompem uma certa espontaneidade ingênua no uso do espaço, seja impressa na reflexão de pensadores que recusaram o idealismo convencional de certa abordagem cientificista –na qual o espaço constituiria um volume, homogêneo e sem vida, a ser ocupado–, a experiência do espaço se entrelaça às problemáticas humanas mais complexas, torna-se espessa e ganha concretude. Numa expressão sumária, o espaço se culturaliza.

Quando mobilizamos a ideia de cultura para adjetivar essa guinada do pensamento sobre o espaço –que não se contenta com a mera descrição de medidas abstratas, nem com a menção supostamente desinteressada de aspectos geológicos e biológicos de uma determinada porção do planeta–, vale qualificar melhor em que sentido falamos “cultura”. Afinal, esta noção, assim como ocorreu com a ideia de espaço, sofreu alterações ao longo dos séculos.

Grosso modo, podemos observar duas dinâmicas em curso: a ampliação e a des-hierarquização da ideia de cultura, em debates plurais que se intensificaram a partir da segunda metade do século XX e, sobretudo, nesse milênio. A ampliação diz respeito a quais aspectos seriam considerados culturais, transcendendo o âmbito das linguagens artísticas e abrangendo todos os modos de ser, conviver e se expressar.

Paralelamente, grupos sociais os mais diversos colocaram em xeque a hierarquia que perdurara por séculos, segundo a qual as manifestações e bens culturais produzidos e relacionados às elites, bem como aos países economicamente dominantes, representariam o cânone, o paroxismo de sofisticação e excelência em cada momento histórico. A esse quadro, opôs-se uma visão baseada na valorização da diversidade cultural, na descrença em critérios unívocos de qualidade e no reconhecimento de que a cultura opera por meio de hibridismos, intersecções e trocas permanentes.

Em ambos os processos –ampliação e des-hierarquização– é possível notar um enraizamento da cultura no espaço: o fato cultural deixa de ser compreendido segundo uma perspectiva universalista e abstrata para aderir aos territórios, explicitando sua conexão com as redes de forças que os constituem.

São precisamente nesses territórios, caracterizados como sistemas complexos em que o elemento humano é protagonista, onde atuam as chamadas instituições culturais, relacionando-se compulsoriamente com uma enorme complexidade, a fim de efetivar suas respectivas missões institucionais. O Sesc São Paulo, com sua rede de equipamentos socioculturais espalhados pelo estado mais urbanizado, populoso e rico do Brasil, vivencia há 75 anos tal circunstância. É sobre os diálogos que se estabelecem entre Sesc e espaços urbanos paulistas que trataremos a partir de agora.

2. A URBANIDADE PENETRANTE

Quando se caminha pela Rua Clélia, uma das vias que conecta a região oeste da cidade de São Paulo a bairros mais centrais, unindo numa extremidade a Lapa e na outra Sumaré e Perdizes, é possível perceber um bairro em frenético movimento –o trânsito carregado nos dá uma ideia disso. Em sua porção mais próxima ao centro da capital, uma presença se impõe: um muro de tijolinhos aparentes, claramente extemporâneo, que contrasta com os demais elementos urbanos por sua extensão e horizontalidade, assim como por um portão de madeira, geralmente aberto de modo convidativo.

Numa engenhosa articulação entre espaço externo e interno, esse portão dá acesso a uma rua de simpáticos paralelepípedos que penetra o conjunto de construções baixas, pelas quais os tijolos visíveis na parte externa se espalham, dando uma tonalidade predominantemente terrosa ao cenário. Essa pequena rua, exclusiva para pessoas, prossegue num declive por cerca de duzentos metros, sempre ladeada pelas tais construções “típicas de outra época”, até finalizar num ponto mais baixo, no qual há um deck de madeira e, à esquerda, dois

impressionantes prédios de concreto armado aparente, exibindo um estilo brutalista a estabelecer diálogos, plenos de sutil estranheza, com as demais facetas deste complexo.



SESC POMPEIA - ENTRADA

Fonte: Arquivo Sesc memórias

Trata-se do Sesc Pompeia, um dos mais conhecidos centros de cultura, esporte e convivência do Brasil, resultado exitoso da reformulação completa de uma antiga fábrica (que, num primeiro momento, fabricara geladeiras e, mais tarde, tambores) convertido num espaço de lazer, produto do engenho da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi. Recentemente apontado pelo jornal *The New York Times* como uma das 25 obras arquitetônicas mais relevantes do mundo no pós-Segunda Guerra, é um testemunho do convívio entre o passado e o moderno, entre a valorização do patrimônio cultural e a experimentação que sempre caracterizou o que há de melhor na arquitetura no país.

Pode-se elencar alguns motivos que ajudam a explicar a forte conexão entre habitantes da cidade e o Sesc Pompeia: a dimensão afetiva da velha fábrica, potencializada por Bo Bardi; o viés experimental e diversificado de sua programação sociocultural; os modos como oferece pretextos para encontros (é o caso da pequena lareira na área de convivência, em torno da qual as pessoas se aquecem e trocam impressões), entre outros. Deve-se incluir nesses motivos a articulação entre equipamento e cidade. A astuta relação entre a Rua Clélia e a rua de paralelepípedos guarda inegável encantamento. É como se, ao transpor o portão de entrada, o visitante se deparasse com uma sobreposição de camadas – presente/passado, prosaico/poético, acelerado/cadenciado – que parece comentar as lógicas urbanas hegemônicas. Afinal, é a própria cidade que parece penetrar o espaço da instituição, relevando uma faceta mais singela e amigável.

Ao invés de um corte profundo, dá-se uma delicada mutação, que se intensifica à medida que os corpos interagem com a densidade histórica e cultural daquele complexo, feito de arte e esporte, educação e lazer, alimentação e saúde. Os sons e cheiros da metrópole não desaparecem: misturam-se a outras frequências nas quais os escapamentos dos carros cedem espaço ao barulho vindo das oficinas de criatividade e aos cheiros de lanches recém-preparados.

Mudemos agora de ambiente.

Há claras semelhanças e diferenças entre o cenário do Sesc Pompeia e aquilo que se observa há aproximadamente duzentos quilômetros de distância, em Registro, principal cidade do Vale do Ribeira. Lá, um conjunto arquitetônico construído em 1919, que por muito tempo abrigou a Companhia Ultramarina de Desenvolvimento Kagai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK) e, posteriormente, o Memorial da Imigração Japonesa, sedia atualmente outro centro cultural, desportivo e de lazer da instituição, denominado Sesc Registro.

Trata-se de mais um exemplo de requalificação de um patrimônio cultural tombado para se transformar num equipamento de lazer polivalente, apto a acolher todos os programas oferecidos pela instituição. A semelhança vai além dos tijolos aparentes que dão um ar fabril ao conjunto de prédios: o responsável pela intervenção arquitetônica em questão, Marcelo Ferraz, trabalhara na equipe de Lina Bo Bardi durante as obras no Sesc Pompeia.

Mas o aspecto em comum que vale ser sublinhado, no que se refere aos propósitos deste artigo, é a permeabilidade ao espaço urbano. De saída, cabe apontar as imensas diferenças entre a capital paulista, uma das maiores metrópoles do planeta, e a cidade de Registro, cerca de 220 vezes menor. Assim, os modos como a vida cotidiana penetra no Sesc Registro obedecem um ritmo de vida marcado aos ciclos naturais, dentre os quais se destaca a presença do Rio Ribeira de Iguape, que ladeia o Complexo KKKK. Ao longo de suas margens, uma pista compartilhada por caminhantes e ciclistas faz uma suave transição entre os espaços externo e interno à instituição, ao passo que escadarias conectam a parte oposta do terreno às ruas do bairro; um amplo gramado dissolve as fronteiras e estabelece um campo comum, permanentemente acessível à população. Não por acaso, parte relevante das atividades promovidas pelos educadores do Sesc se desenvolve nesse espaço, funcionando como chamariz para transeuntes desavisados.

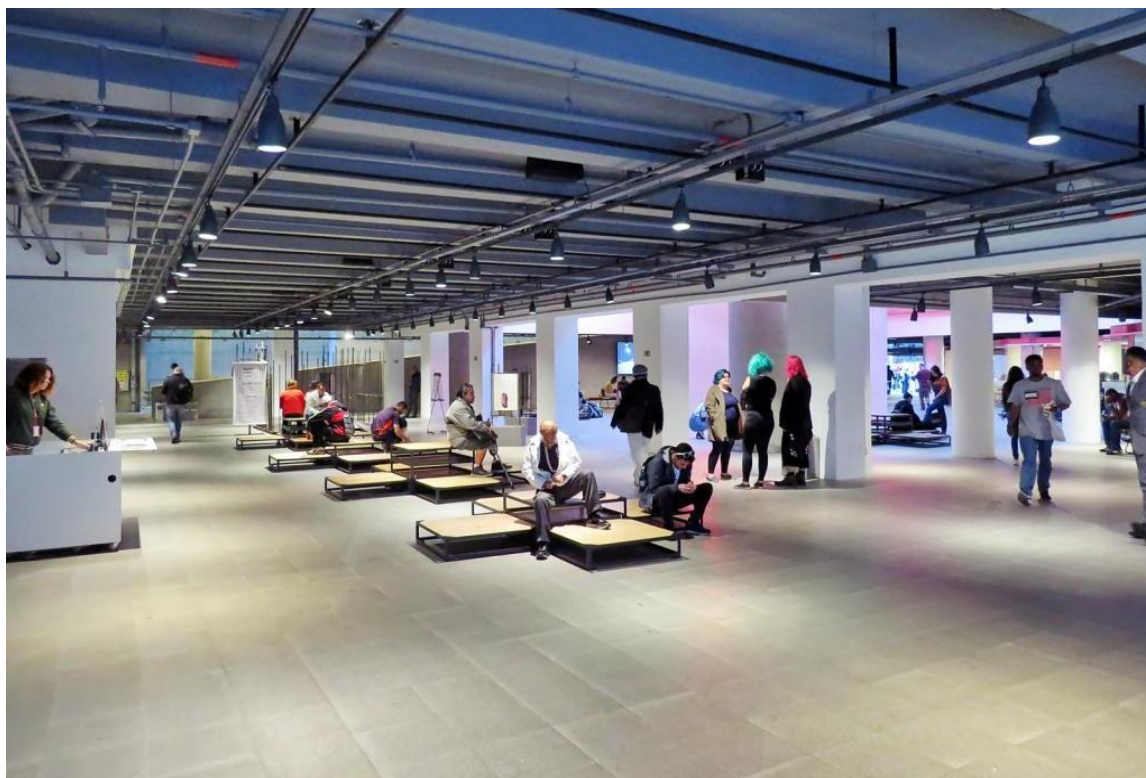


SESC REGISTRO

Fonte: Arquivo Sesc memórias

Se retornarmos à capital do estado, dessa vez nos dirigindo à sua região central, encontraremos um exemplo adicional da vocação arquitetônica em atrair a cidade para dentro de si. Numa área conhecida como centro novo, cuja verticalização data das décadas de 1940 a 1960, foi inaugurado em 2017 o Sesc 24 de maio, ocupando um imponente prédio de esquina, anteriormente sede da Mesbla (uma das grandes lojas de departamentos paulistas no século passado), cuja inventividade do arquiteto Paulo Mendes da Rocha metamorfoseou em centro cultural, esportivo e de lazer. Inspirando-se numa solução urbanística prevista por antiga legislação municipal, datada de meados do século XX e de feições tipicamente modernas, o arquiteto transformou o térreo do edifício em uma galeria cujos acessos atravessam diagonalmente a esquina entre as Ruas 24 de maio e Dom José de Barros.

É como se o fluxo alucinante daquelas ruas, especializadas em comércio popular, pudesse encontrar um atalho por entre o caos urbano e adquirisse outras conotações. Para tanto, mobiliários que mesclam vocação pública e privada, iluminação rebaixada, intervenções artísticas e atendimento aos públicos constituem um ambiente sui generis, cada vez mais apropriado por pessoas de perfis bastante diversos: trabalhadores em horário de folga, jovens em busca de lazer ou local para leitura, pessoas em situação de rua, cidadãos atarefados procurando o percurso mais curto na direção de seus objetivos etc.



SESC 24 DE MAIO – GALERIA NO TÉRREO

Fonte: Arquivo Sesc memórias

Assim, o edifício do Sesc 24 de maio incorpora uma lógica urbana característica do Centro Novo, posto que há um sem-número de prédios na região –dentre os quais se destacam o Copan e o Edifício Califórnia, projetados por Oscar Niemeyer– que contam com convidativas galerias comerciais em seus andares térreos. Há uma constatação a ser feita: com esse alinhamento, fica visível o diálogo conceitual com referências fundamentais da arquitetura brasileira, cujo capítulo moderno é emblemático de uma postura democrática em relação à cidade, marcada pela transparência e permeabilidade. Uma verdadeira teia de passagens, conectando as ruas “oficiais” da cidade a esses caminhos que transpassam os equipamentos privados, convida os cidadãos a experienciar os ritmos paulistanos segundo frequências plurais –e o Sesc 24 de maio opera como uma peça nesse tabuleiro.

3. CIDADE COMO METÁFORA

A experiência da metrópole, em especial quando se consideram os imensos agrupamentos urbanos dos países em desenvolvimento, é plena de contradições. Por um lado, há inegável riqueza na diversidade de pessoas e grupos, com seus respectivos desejos e necessidades,

que ocupam os espaços públicos com seus corpos, gestos e expressividade; por outro lado, tais arranjos assumem a forma de um campo de disputas marcado pela assimetria e cujos resultados evidentes são a exclusão social e a percepção de aridez e violência. Nessa perspectiva, há certo consenso entre especialistas que os dispositivos que dão qualidade de vida para os habitantes metropolitanos foram sendo, ao longo do século XX, precarizados, precisamente por conta da combinação de apropriação privada dos bens comuns e sensação de insegurança.

Portanto, uma consideração se impõe: os equipamentos socioculturais presentes nessas cidades precisam necessariamente levar em conta a topografia política dos lugares, sugerindo maneiras de atenuar formas simbólicas e reais de opressão urbana. Dentre essas maneiras, uma merece atenção: o espelhamento de aspectos da cidade no contexto de funcionamento desses centros.

A rua central do Sesc Pompeia é um exemplo deste expediente: ela oferece aos visitantes a tipologia de rua com a qual sonhamos, em que os carros dão espaços às pessoas e é possível intercâmbio de olhares e conversas inesperadas, num andamento compatível com a fruição da vida em comum. As unidades do Sesc em São Paulo desenvolveram outros formatos que funcionam como comentários direcionados à cidade real que nos ameaça, assim como à cidade utópica que almejamos.

A ideia de praça se encaixa nesta descrição. Daí a centralidade que as denominadas “praças de eventos” ocupam nos equipamentos do Sesc. São espaços pensados para acolher pessoas de perfis os mais variados possível, seja para participar de atividades artísticas, físico-esportivas, educativas e de lazer, seja para simplesmente estar num lugar agradável, praticando o desejado exercício de “não fazer nada”.

Unidades como Sesc Bom Retiro e Vila Mariana, na capital, ou Sesc Campinas e Bauru, no interior do estado, criaram espaços internos ou externos que foram batizados de “praças” (de convivência ou de eventos), nos quais uma série de ações são propostas, em geral caracterizadas por acesso gratuito e menos regulado/normatizado, além de mobiliário adequado para o conforto e o convívio.

Esses ambientes, que estão entre os mais frequentados pelos visitantes em cada unidade, contam em geral com a presença de elementos naturais. Em certos casos, inclusive, o próprio equipamento confunde-se com a ideia de praça: as construções cobertas estão presentes em menor quantidade, e a maior parte do terreno é ocupada por gramados e espaços abertos de lazer. Exemplos relevantes estão ligados a uma modalidade de atuação institucional baseada na adoção de estratégias estruturais e programáticas de rápida implementação, como o uso de containers, tendas, trailers, entre outros equipamentos de grande flexibilidade, além de predomínio de espaços abertos, permitindo assim a antecipação do atendimento de públicos, após a aquisição de um determinado terreno. A esse expediente convencionou-se denominar unidades provisórias, na medida em que se trata de uma etapa em que os vínculos com as pessoas da região começam a ser estabelecidos e que maneiras de abordar a missão institucional são cotejadas com as demandas e potencialidades do território, para que tais aprendizados possam ser aproveitados na construção da estrutura definitiva.

No século XXI, o dispositivo das unidades provisórias tornou-se mais frequente, tanto na capital quanto no interior do estado. Nesses casos, há uma grande aproximação entre as feições da unidade e a noção de praça, que deixa de ser um lugar específico para se transformar na própria ideia geral que orienta a ação institucional e a apropriação dos frequentadores. O Sesc Sorocaba, cujo estágio “provisório” esteve em operação entre 2003 e 2008, torna visível tal circunstância.



SESC BOM RETIRO – PRAÇA DE CONVIVÊNCIA

Fonte: Arquivo Sesc memórias

No imaginário dos cidadãos, esta área verde, dotada de recursos como pista de caminhada e skate, quadras poliesportivas e de areia, brinquedos infantis de corda e madeira e tendas, dialoga com os signos geralmente associados a espaços urbanos de acesso livre, como praças e parques, nos quais o direito ao lazer dá o tom. É, portanto, nesse diapasão que acontece o usufruto dos indivíduos: famílias sentadas no gramado para lanches curtos e agradáveis, crianças correndo atrás de bolas, jovens em grupos ensaiando novas modalidades do jogo social etc.



SESC VILA MARIANA, PRAÇA DE EVENTOS | SESC SOROCABA, UNIDADE PROVISÓRIA (2003 - 2008)

Fonte: Arquivo Sesc memórias

Nas duas últimas décadas, o Sesc manteve e/ou mantém unidades provisórias com generosos espaços verdes em bairros da capital como Belenzinho, Santo Amaro e Campo Limpo, em cidades da região metropolitana como Osasco e do interior do estado, como Sorocaba e Birigui. Cada um desses equipamentos lidou de forma particular com a realidade local e suas possibilidades físicas e simbólicas, predominando a imagem referencial da praça como lógica de funcionamento.

Entendendo o parque como uma praça em versão expandida, no qual o protagonismo da flora e fauna é ainda maior, podemos fazer uma analogia com os dois centros de lazer do Sesc cuja vocação “campestre” é inegável. O pioneirismo cabe ao Sesc Interlagos, inaugurado em 1975 na zona sul da cidade, a fim de oferecer uma opção de contato com a natureza às margens de uma grande represa, numa época em que o colapso ambiental parecia distante. É natural que, à proximidade espontânea com plantas e pássaros proporcionada por este cenário, tenham sido associadas atividades e programas de educação socioambiental que se tornaram, com o passar dos anos, exemplo para outras unidades.

Em 1992, o Sesc Itaquera torna-se a segunda unidade-parque do estado, novamente em zona periférica da capital (dessa vez, na populosa zona leste), profundamente carente de opções de lazer saudável e acessível a grupos sociais desfavorecidos. Mais do que uma antítese da gramática urbana – marcada pela lógica do carro e da impessoalidade, por poluição sonora, visual e atmosférica, por ritmos acelerados e pouco acolhedores –, o que esses lugares apresentam é a utopia de uma cidade para pessoas, nas quais o elemento natural condiciona estilos de vida mais generosos, regulados não somente por imperativos pragmáticos, mas pela busca do bem-estar de pessoas e grupos.

Cabe investigar as ambivalências implícitas numa compreensão de cidade, hegemônica no panorama nacional, no qual a praça e o parque parecem representar aspectos supérfluos e excepcionais. Todavia, a grande adesão da população a espaços desse tipo, disponibilizados pelo Sesc em territórios bastante diversos entre si, revela a demanda represada por tais ambientes e a qualidade das vivências por eles viabilizadas.

4. EXTROVERSÃO E MOBILIDADE

A complexidade inerente aos centros polivalentes do Sesc faz com que boa parte das ações institucionais ocorram nesses espaços. É, entretanto, essencial apontar que um segundo vetor, marcado por força centrífuga, age de forma complementar a essa condição, permitindo que programas, projetos e equipamentos alcancem pessoas nas localidades em que vivem. É como se fios fossem estendidos em diversas direções, ambicionando em especial estabelecer conexões com porções das cidades e do estado paulista que contam com menor acesso a redes de acolhimento sociocultural.



SESC INTERLAGOS E SESC ITAQUERA

Fonte: Arquivo Sesc memórias

Isso se dá de modos plurais. Um dos modelos desse expediente é a circulação das carretas do BiblioSesc, programa de bibliotecas móveis criado pelo Departamento Nacional da instituição e que visa diminuir a distância entre os livros e crianças, jovens e adultos. Tais carretas, em geral associadas a unidades com amplas áreas abertas, desloca-se para bairros desfavorecidos, funcionando como uma espécie de amostra das atividades educativas e do acolhimento que caracterizam os equipamentos do Sesc.



BIBLIOSESC, FRANCO DA ROCHA (SP)

Fonte: Arquivo Sesc memórias

Em perspectiva análoga, alguns projetos são desenvolvidos em espaços de grande circulação de pessoas –além de parques e praças, são ativados equipamentos públicos variados, como estações de metrô e ônibus, áreas externas de postos de atendimento etc.– oferecendo gratuitamente a possibilidade de práticas lúdicas e físico-esportivas –é o caso de ações ligadas ao Dia do Desafio– e de fruição de expressões culturais plurais, como acontece em projetos cujo exemplo mais capilarizado é o Circuito Sesc de Artes, que leva artistas a cidades que não contam com unidades do Sesc.

Tais movimentos de extroversão, que se dão pelo efetivo deslocamento de pessoas e ações na direção de arranjos urbanos de múltiplas feições, guardam relação com antecedentes ocorridos nas décadas de 1960 e 1970, dentre os quais as Unidades Móveis de Orientação Social (conhecidas pela sigla “Unimos”) constituem modelo destacado. Naqueles casos, três trabalhadores do Sesc, munidos de veículo utilitário bem como materiais e implementos que

viabilizassem a proposição de ações culturais, esportivas, assistenciais e comunitárias, passavam cerca de 45 dias em cada cidade, organizando atividades em parceria com agentes locais.



UNIMOS, CERQUEIRA CÉSAR (1974)

Fonte: Arquivo Sesc memórias

Há aqui um aspecto fundamental, quando se trata de adentrar comunidades, bairros e cidades: o diálogo com as pessoas e instâncias que constroem o cotidiano desses lugares, sejam eles ligados ao poder público, à iniciativa privada ou a organizações da sociedade civil. A parceria com tais agentes é prática necessária, já que significa o reconhecimento do permanente trabalho já realizado em cada contexto, bem como a aproximação cuidadosa aos territórios, com seus códigos peculiares, cuja compreensão adequada favorece uma presença baseada no conceito de cidadania cultural (Chauí, 2006).

Atualmente, em paralelo ao deslocamento físico das ações, iniciativas de atendimento remoto estão em curso, respondendo em boa medida aos desafios impostos pela crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19. O espaço se metamorfoseia e se digitaliza, borrando as fronteiras entre real e virtual sobre as quais costumávamos erguer nossas bases. Para tanto, uma plataforma de conteúdos denominada Sesc Digital, associada ao Portal de difusão institucional e às ações em redes sociais, busca traduzir, na medida do viável, a

realidade presencial das unidades operacionais em propostas que mantenham o caráter educativo e o acolhimento típico das ações do Sesc.

Vale arrematar as reflexões sobre o transbordamento da ação institucional com um apontamento: além das parcerias, é prioritária a pesquisa prévia sobre locais nos quais se pretende atuar, por meio de mapeamentos intensivos e extensivos, que dão a ver toda sorte de iniciativas, equipamentos, demandas e fluxos de cada território. Estes estudos identificam em quais casos a presença do Sesc pode ser bem-vinda, assim como visibiliza o jogo de forças que resumem as feições político-sociais de cada local.

5. ESPAÇOS CONJUGADOS

A cultura se faz no espaço –essa é uma constatação que se intensifica com o passar do tempo, e que se apoia em variados indícios: a relevância crescente da arquitetura e do urbanismo nas discussões sobre hábitos culturais; a centralidade que a pauta cultural adquiriu no que se refere às demandas por “cidades para pessoas”; a ênfase de narrativas de povos tradicionais, quilombolas e indígenas sobre a indissociabilidade entre identidade cultural e território; o crescimento do interesse por diagnósticos do panorama da cultura baseado em mapeamentos; a adoção de instrumentos de proteção do patrimônio cultural ligados à ideia de paisagem; a multiplicidade de noções não-euclidianas de espaço a partir da experiência da cultura digital etc.

Pensar a atuação de uma instituição sociocultural como o Sesc significa também refletir sobre quais espacialidades esta instituição ativa e simboliza. Nesse caso, cabe investigar os usos e apropriações já em curso nos territórios, a partir das ações e expectativas de inúmeros atores sociais, para dialogar com esse contexto previamente estriado. Entretanto, isso não significa abrir mão da possibilidade de ressignificar tais coordenadas por meio da presença e ação nos diversos ambientes, buscando minimizar os signos de desigualdade e favorecer vivências mais plurais e democráticas do espaço.

Considerando seus 75 anos de existência, as redes com as quais o Sesc se articula –seja no estado de São Paulo como um todo, seja em cada uma das cidades, bairros e comunidades onde se faz presente– podem ser vistas de forma sincrônica, oferecendo um retrato sistêmico num dado momento. Mas podem também ser contempladas em perspectiva histórica, na forma de camadas diacrônicas sobrepostas, como se rabiscassem palimpsestos na paisagem, onde algumas linhas e manchas são mais vivazes, ao passo que outras aparecem com discrição e delicadeza. Nesse momento, surge com potência a densidade do tempo nos diversos lugares, viabilizando acordos e dissensos, tecendo em múltiplas direções a rede que chamamos cultura.

NOTA BIOGRÁFICA

Danilo Santos de Miranda (1943-2023) era formado em filosofia e serviço social. Foi gestor de cultura, sendo diretor regional do Sesc São Paulo entre 1984 e 2023. Foi membro e conselheiro de importantes instituições culturais, entre elas o Museu de Arte Moderna de São Paulo, Fundação Itaú cultural, Movimento Nossa São Paulo e membro da Art of the World, com sede na Suíça. O presente texto foi escrito em setembro de 2021.

REFERÊNCIAS

Chauí, M. (2006). *Cidadania Cultural. O direito à cultura*. Perseu Abramo.

Sage Publishing. (2013, May 8). Doreen Massey on Space - Social Science Bites. [Vídeo] *YouTube*. <https://youtu.be/Ouj4tjbTPxw>

Santos, M. (1985). *Espaço e método*. Nobel

CULTURAL MAPPING IN THE CITY'S CO-CREATION PROCESSES

Nancy Duxbury

Centre for Social Studies, University of Coimbra

duxbury@ces.uc.pt

Nathalie Nunes

Centre for Social Studies, University of Coimbra

nathalienunes@ces.uc.pt

Fernanda Araujo Curi

Centre for Social Studies, University of Coimbra

fernandacuri@gmail.com

ABSTRACT

The H2020 project URBiNAT has adopted cultural mapping in its approach to co-create healthy corridors in the public space, based on the co-creation of nature-based solutions with citizens. This paper reports on work-in-progress in the integration and use of cultural mapping within this project. In Part I, the authors demonstrate how culture and cultural mapping can be interrelated with activities and thinking about sustainability in theory as well as in a diversity of practices. Part II documents and reflects on how cultural mapping has been applied in URBiNAT in the early stage of its co-creation process. The analysis provides evidence of the challenge of approaching cultural mapping as a means of supporting participatory planning and not as an end of interdisciplinary research and community development. Part III complements this application by means of reflections on action research experiences involving mapping. The authors also raise issues to be further explored in testing cultural mapping in the context of inclusive and innovative urban regeneration.

KEYWORDS

cultural mapping, inclusive urban regeneration, participatory processes, sustainable urban development, action research

1. INTRODUCTION: CULTURAL MAPPING IN THEORY AND IN PRACTICE

Cultural mapping is an emerging field of interdisciplinary research, as a mode of inquiry and a methodological tool in urban planning, cultural sustainability, and community development (Duxbury et al., 2015). Consisting of “a process of collecting, recording, analysing and

synthesising information in order to describe the cultural resources, networks, links and patterns of usage of a given community or group” (Stewart, 2007), it is widely strategically used by municipalities, neighbourhoods, and community organisations to bring a diverse range of stakeholders into conversation about the cultural dimensions and potentials of a place (Duxbury et al., 2019). Cultural mapping can provide an integrated picture of the cultural character, significance, and workings of a place, and thus help communities to recognize, celebrate, and support cultural diversity for economic, social, and regional development (Pillai, 2020).

Cultural mapping is allied with other mapping fields (i.e. deep mapping, community mapping, participatory asset mapping, counter-mapping, qualitative GIS, and emotional mapping), with which it shares a focus on bottom-up processes for making visible the knowledge of citizens/residents as well as topics of narratives, identity, histories, and local practices that bring meanings to places (Duxbury & Redaelli, 2020). But what makes cultural mapping distinctive is its specific focus on the cultural aspects and elements of a place.

Cultural mapping has proven very good at detailing tangible assets that can be counted, such as physical spaces, cultural organisations, public art, and other material resources, with a growing interest in mapping intangible dimensions of culture. These intangible dimensions are of particular relevance in current research, in artistic and architectural works, and in urban and community planning practices (Duxbury et al., 2019; Longley & Duxbury, 2016). The focus of these many initiatives and projects is to make visible the ways that local stories, practices, relationships, memories, and rituals constitute places as meaningful locations, through focusing on, for example, values and norms, beliefs, language, community narratives, identities, and shared sense of place (Duxbury et al., 2019; Duxbury & Redaelli, 2020).

The 5-year H2020 project URBiNAT, funded by the European Union (EU), has adopted cultural mapping as an approach to catalyse processes for actively connecting people and deepening knowledge of a locality (URBiNAT, 2019a). The present paper builds upon this work in progress by addressing how cultural mapping has been applied in URBiNAT, in particular in the early stage of its co-creation process. It also discusses issues and potentials of cultural mapping in the broader context of sustainable urban development.

The URBiNAT project, which started in 2018, tackles urban regeneration in seven European cities: Brussels in Belgium, Høje-Taastrup in Denmark, Nantes in France, Nova Gorica in Slovenia, Porto in Portugal, Siena in Italy, and Sofia in Bulgaria. Through its Community of Practice, which includes non-EU Observers, it also resonates in Iran, Brazil, China, Oman and Japan. Standing for ‘urban inclusive and innovative nature’, URBiNAT’s proposal is to co-create healthy corridors in the public space connecting social neighbourhoods or disadvantaged residential areas, based on the co-creation of nature-based solutions (NBS) with citizens, building up new urban, social and nature-based relations within and between different neighbourhoods.

URBiNAT’s co-creation process has four stages: co-diagnostic, co-design, co-implementation and co-monitoring. Between 2018 and 2020, the front-runner cities of Nantes, Porto and Sofia completed their local diagnostics, paving the way for the subsequent phases of the

healthy corridors' development, while coping with limitations to interactions with citizens and stakeholders due to the COVID-19 crisis. The follower cities of Brussels, Høje-Taastrup, Nova Gorica and Siena entered the co-diagnostic stage in 2020, but have been networking, sharing knowledge, experiences and interests since the beginning within URBiNAT's Community of Practice. Coordinated by the Centre for Social Studies of the University of Coimbra, URBiNAT's community of partners consists of an international consortium of 28 members, from 15 countries, gathering cities, experts, practitioners, companies, research centres and universities. As such, URBiNAT's partners bring together different perspectives, expertise and experiences in the academic, technical and political fields.

In relation to NBS, these are solutions that seek to respond to social, economic and environmental challenges through sustainable alternatives, which relate to actions inspired, supported or produced from nature, strengthening existing solutions or exploring new solution models (European Commission, 2015). The solutions address grey, green and blue infrastructures, but also social structures, relations and dynamics. URBiNAT's catalogue of NBS, as an initial input and inspiration for co-creation, challenges the conventional definitions of NBS by not only integrating solutions inspired by nature such as the territorial and technological ones (comprising products and infrastructures), but also including participatory solutions as well as social and solidarity economy solutions (comprising processes and services) (Moniz & Ferreira, 2019). It reinforces the dialogue between the physical structure and the social dimension of the public space, which happens through the dimensions of participation and social and solidarity economy. URBiNAT's healthy corridors take the full physical, mental and social well-being of citizens as its main goal. The project aims to co-plan a healthy corridor in each city as an innovative and flexible NBS, which itself integrates a large number of micro NBS emerging from community-driven design processes.

Cultural mapping was initially applied in URBiNAT as a participatory approach during the co-diagnostic phase, in order to map both tangible and intangible cultural assets, which are typically more qualitative in nature and not easily counted or quantified. Starting with cultural mapping in the early stages of URBiNAT and in its diagnostic tasks was methodologically strategic, as a particular ground methodology, to ensure that cultural dimensions of the neighbourhoods are integrated into the project. Beyond providing baseline data for thinking about places, people and resources, the knowledge obtained will be integrated into the co-design and co-selection phases as well as inform co-implementation and the development of installations and interventions. The cultural data and information collected through participatory cultural mapping processes are also useful for the ongoing monitoring and assessment of cultural vitality and community well-being by providing systematic evidence of, for instance, new cultural celebrations, production sites, intergenerational skills transfer, community public art and landmarks. Moreover, cultural mapping in URBiNAT is proposed as a participatory NBS, which can be associated with all NBS, since it gives support to the co-creation process as a whole, and provides platforms for discussion, engagement and empowerment through participation in the process (URBiNAT, 2021).

The current state of analysis on how cultural mapping has been approached and applied by URBiNAT's community of partners confirms the challenges as well as the opportunities

associated with this growing field of interdisciplinary research and methodological tool in participatory planning and community development, namely in terms of collaborations across research disciplines and transdisciplinary practices (Longley & Duxbury, 2016).

In this work-in-progress paper, the authors begin by addressing the relevance of cultural mapping for urban regeneration and to build a platform for participation, contextualising it in a broader perspective. They demonstrate how culture can be interrelated with activities and thinking about sustainability, considering also how culture has been put at the heart of sustainable urban development, both in theory and in a diversity of cultural mapping practices and results.

Next, the authors present the applications of cultural mapping in the local diagnostic stage of URBiNAT front-runner cities and analysing the results. This analysis makes visible the topics addressed as well as missing aspects, a consequence of not focusing specifically on cultural assets, including intangible cultural dimensions of urban capital. This analysis is also evidence of the challenge of having cultural mapping approached as a means of supporting participatory planning and not consistently as an end result of interdisciplinary research and community development in the preliminary stage of URBiNAT's co-creation process. The authors conclude that more robust cultural mapping processes and results require an interdisciplinary shift towards a common understanding and consensus among partners on specific actions to collect and analyse this type of information, taking advantage of the catalyst effect of cultural mapping for the later co-implementation and co-monitoring phases.

This is further explored by means of a personal research account that presents the opportunities of cultural mapping as an interdisciplinary exercise in the framework of action research. It is based on three research projects that were developed between 2014 and 2020, including practice and observation of the process of citizen participation within the URBiNAT project in Porto.

In conclusion, the authors raise issues to be further explored in testing cultural mapping in the framework of the URBiNAT project for an inclusive and innovative urban regeneration with NBS, and, consequently, broadening URBiNAT's research agenda.

2. CULTURAL MAPPING, IN CONTEXT

2.1. APPROACHES TO CULTURAL MAPPING

In general, there are two main 'ideal' types of cultural mapping, as presented in Figure 1. The first ideal type is an inventory approach, often the first thing that comes to mind. It is about identifying, counting and mapping, using small or large datasets and visualising these assets on a map. The example on the left in Figure 1, within this inventory approach, is from the initiative *Ottawa XYZ* developed by the city of Ottawa in Canada. The site consists of mapping all cultural organisations and businesses by type, cultural assets such as monuments and

historic buildings, sites of festivals, and related information, bringing it all together within the GIS map of the city, which enables this culture-related data to then be correlated with other types of information gathered and maintained by the city. Building on such inventories of information, some experimental research is taking quantitative data about, for instance, the locations of cultural organisations, combining it with demographic, economic and other trends data, and extrapolating it into the future to forecast where development is likely to occur (Buscema et al., 2019).

At the other end of the spectrum is what is being termed as a more humanistic and integrated approach, which prioritises public participation, pluralistic and subjective perspectives, and exploring community self-expression, self-representation and the felt sense of place. These types of initiatives are increasingly artist-led. The example in the right hand side of Figure 1, under this humanistic and integrated approach, is from the Islands in the Salish Sea project, and shows the participation of teenagers in a school class, who have identified what is special about where they live, and are painting a large map of their island combining their insights. Notably, the map features a border around it that incorporates a range of specific items the students have collectively chosen to highlight. The finished map will be publicly installed as a transit shelter mural, enabling the creators as well as the broader resident public to be reminded of what the youth see as important in and of their place.

An increasing amount of attention is being paid to community mapping, and cultural mapping can be seen as part of that. The distinguishing feature of cultural mapping, however, is its emphasis on cultural resources and assets, widely defined as something that has value because of its contribution to a community's creativity, knowledge, traditions, culture, meaning and vitality –altogether, quite wide in scope, as presented in Table 1 (see also Annex A). This covers both tangible cultural capital (i.e. things that can be counted and listed) as well as intangible cultural dimensions (i.e. things more qualitative in nature that are less easily counted or quantified). Regarding the latter, this can include identities, meanings associated with specific places, personal attachments to place, memories and stories, relationships, significant events, celebrations and rituals and how those are associated with the place, music and songs associated with places, images and symbols, languages, inventories of intangible cultural activities, rituals, craft skills, among others.

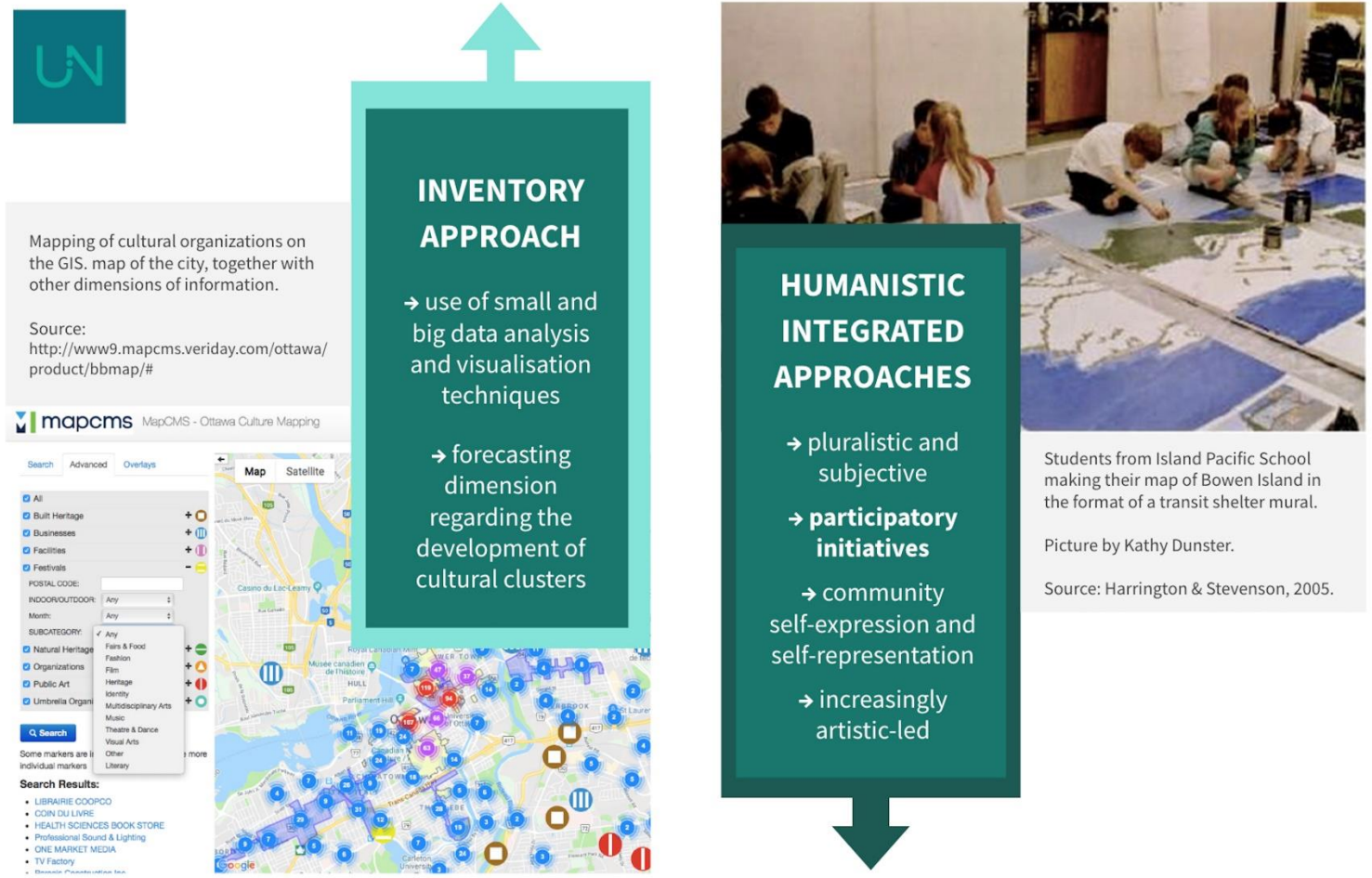


FIGURE 1. APPROACHES TO CULTURAL MAPPING, AS INTERNALLY SYSTEMATISED IN 2020.

Source: Nathalie Nunes

TABLE 1. CULTURAL ASSETS: GENERAL DEFINITIONS OF TANGIBLE AND INTANGIBLE CULTURAL URBAN CAPITAL.

Cultural assets	
A cultural asset is something that has value because of its contribution to a community's creativity, knowledge, traditions, culture, meaning, and vitality.	
Tangible cultural urban capital	Intangible cultural dimensions of urban capital
<p>QUANTITATIVE in nature, can be counted or listed.</p> <ul style="list-style-type: none"> -places where cultural organisations present activities in a map (e.g. activities and offices); -sites of importance and landmarks; -cultural venues; -public art works, such as murals, sculpture, places; -memorials and markers; -solid things in general, such as buildings, halls, galleries, etc. 	<p>QUALITATIVE in nature, not easily counted or quantified.</p> <ul style="list-style-type: none"> -shared sense of place; -values and norms; -identities; -meanings associated with places; -personal attachments to places; -memories and stories; -relationships; -significant events, celebrations and rituals; -music and songs associated with places; -images and symbols; -languages and local expressions; -inventories of traditional heritage and contemporary expressions, including people, organisations who embody/perform and keep local cultures vibrant; -rituals; -craft skills, etc.

Source: Adapted from URBiNAT's protocol of cultural mapping and general guidelines for implementing participatory activities (URBiNAT, 2019a).

In recent years, a shift within cultural mapping has been evident, moving from a focus on mapping tangible cultural assets to a growing attention to the intangible aspects of a place and human attachments and relations with a place, aiming to discover what makes a place distinctive (Duxbury & Redaelli, 2020). In this context, participatory cultural mapping and counter-mapping of local cultural resources and assets are rooted in broader participatory 'collective action' community mapping traditions, including counter cartographies or 'alternative maps', citizen cartographies and people's atlases, and mapping for change (URBiNAT, 2019a), as exemplified in the diversity of practices presented in Annex A.

Moreover, cultural mapping can also be contextualised in another bigger picture, within sort of a spectrum of 'cultural planning, mapping, and impact assessment' type of public activities. The diagram presented in Figure 2 comes from a South Africa-European Union dialogue project initiated by the African Centre for Cities and the City of Cape Town, South Africa, which examined leading approaches to cultural planning, mapping, and impact assessment for sustainable and just urban development (Duxbury, 2020; Sitas & Sadie, 2020).

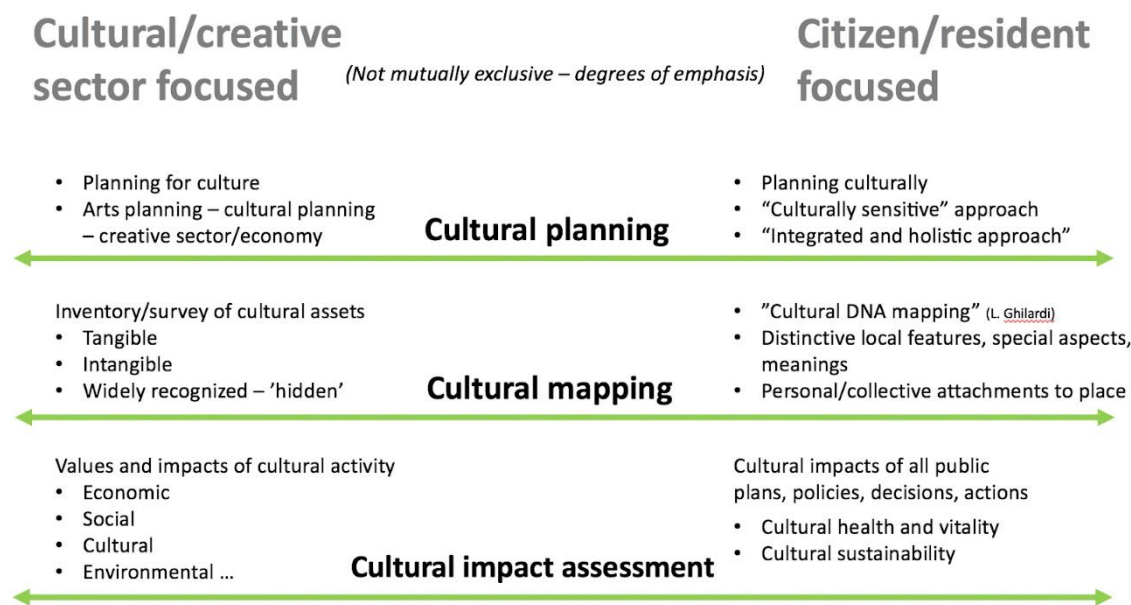


FIGURE 2. SHIFTS IN CULTURAL PLANNING, MAPPING, AND IMPACT ASSESSMENT.

Source: Duxbury (2020).

What is seen in general is a shift toward a more citizen –or resident– focused cultural mapping, planning, and impact assessment processes. Traditionally, cultural mapping has been typically a ‘cultural’ or ‘creative’ sector-focused activity –this continues and is still really important. This approach and focus is directed toward planning for the variety of subsectors within the cultural/creative sector, looking at what cultural assets are available (whether they are well known ones or more hidden), considering overlapping interests as well as gaps, and identifying the values and the impacts of cultural activity in the larger society. Some of the more humanistic approaches to cultural mapping are picking up from this point, and extending it to where one is pursuing urban and community planning with a more culturally sensitive approach, looking at cultural DNA mapping (Ghilardi, 2013, 2018), trying to identify the distinctive local features, special aspects of local meanings, and how people are personally and collectively attached to their place. Also, as part of this, there is an emerging and incrementally growing consideration of what impacts all public policies and decisions make on culture, that is, how public policies and public decisions in an array of sectors may also impact the cultural health and vitality of the current society, and cultural sustainability in a longer-term perspective.

2.2. CULTURE AT THE HEART OF SUSTAINABLE URBAN DEVELOPMENT

The broader context of cultural mapping is related to the international realisation and activities focused on articulating and understanding how culture is at the heart of sustainable urban development, as illustrated in Figure 3 with a mosaic of examples of local policy practices

1. Culture for peace and social cohesion as a basis for sustainable development



MILAN, ITALY - FORUM DELLA CITTÀ MONDO
The City of Milano has an active platform that connects migrant groups.

2. Culture and economic development



OUAGADOUGOU, BURKINA FASO - REEMDOOGO MUSIC GARDEN
Reemdoogo focuses on the artistic and professional education of city youth, linking multiple dimensions of culture: from its intrinsic values, to processes of employment creation, to social cohesion and urban construction of the city.

3. Culture in local policy-making



CANADA – INTEGRATED COMMUNITY SUSTAINABILITY PLANS
These local, long-term community sustainability plans in Canada have considered culture as the fourth pillar of sustainability.

4. Citizenship, participation and democracy



ANGERS, FRANCE CULTURE AND SOLIDARITY CHARTER
The Charter places the inhabitants of Angers at the centre of local cultural policies.

5. Cultural heritage



BUENOS AIRES, ARGENTINA - EMILIO BALCARCE TANGO ORCHESTRA SCHOOL
In Buenos Aires, music, heritage, education, and neighbourhood revitalization go together.

6. Territorial planning, cultural infrastructure, and public space



ZARAGOZA, ARAGON, SPAIN - EL GANCHO NEIGHBOURHOOD REVITALIZATION/RENEWAL
The inhabitants of the neighbourhood are the key actors of a major cultural event that has been a catalyst for local revitalization.

7. Culture and local communities



MEXICO CITY, MEXICO FACTORIES OF ARTS AND JOBS
The four Faros of Mexico City include training, education, public spaces, and empowerment of the community.

8. Resilience and climate change



CHICAGO, USA ENVIRONMENTAL SENTINAL
Within a major redevelopment of an abandoned rail line, a climate-monitoring artwork of 453 temperature-sensitive, native, flowering trees form a seasonal spectacle to engage citizens and scientists in understanding local microclimates and the effects of climate change.
>> The 606 Project.
>> Environmental Sentinal.

FIGURE 3. CULTURE AT THE HEART OF SUSTAINABLE URBAN DEVELOPMENT.

Source: Adapted from Duxbury et al. (2016).

Figure 3 illustrates various ways that cities have successfully been operationalizing culture in the context of sustainable urban development, impacting several of its dimensions and key issues, namely: social cohesion; economic development; policy-making; citizenship, participation, and democracy; heritage; territorial planning, infrastructure, and public spaces; local communities; resilience and climate change (Duxbury et al., 2016).

These implemented city practices are informed by, and inform, a broader array of work about how culture can be interrelated with activities and thinking about sustainable development or sustainability more generally. A recent EU-funded research networking project, the COST Action IS1007 Investigating Cultural Sustainability (Dessein et al., 2015), articulates three predominant models of how culture is connected to sustainable development (see Figure 4).

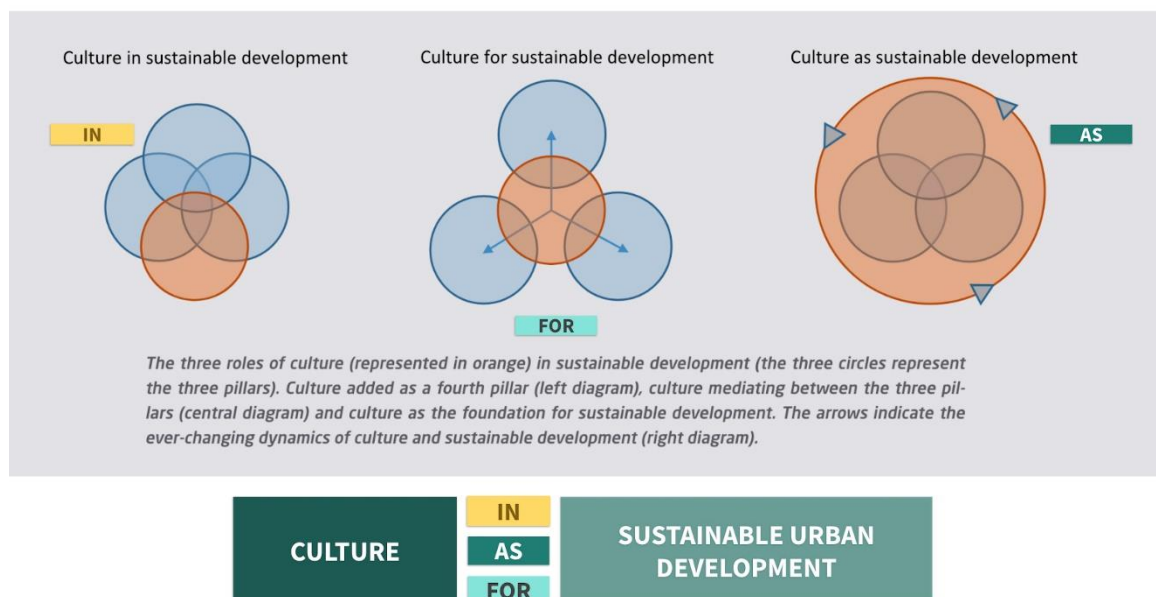


FIGURE 4. CULTURE IN, FOR, AND AS SUSTAINABLE URBAN DEVELOPMENT.

Source: Adapted from Dessein et al. (2015).

The first model, located on the far left of Figure 4, is that of *culture 'IN' sustainable development*, where culture (represented by the orange circle) is viewed as a fourth pillar or fourth dimension of sustainable development, as important as social, economic or environmental aspects and intersecting with these other aspects. This model emphasises the role of cultural expression and cultural dynamics in a society to bring it forward into a more sustainable future.

The second model, with culture positioned in the centre, emphasises culture as a perspective or a viewpoint. The idea behind *culture 'FOR' sustainable development* is that within

sustainable development processes and choices there are often trade-offs, for example, between environmental protection versus economic issues. Whatever the decision, the process through which it is made is through one’s own cultural lens and one’s own perspective. This is really about recognizing how central culture is as a mediating force for all perspectives and negotiations going forward.

The third model is about *culture ‘AS’ sustainable development*, considering culture as a foundation, and the collective work that is underway through which we are building a new collective culture for a more sustainable life on this earth and with each other.

These three different perspectives and discussions are not entirely mutually exclusive, but they are helpful for organising the various perspectives and approaches in documents and discourses related to culture and sustainable development.

2.3. CULTURAL MAPPING THINKING

In the case of URBiNAT, it has been useful to think about cultural mapping as a field of interdisciplinary research as well as a methodological tool increasingly used in the context of participatory planning and community development. In other words, to view it both as a process and a research methodology. Figure 5 presents how the three perspectives on culture and sustainability have informed the cultural mapping thinking of URBiNAT, in dynamic articulation with the advancement of the tasks of its work packages since 2018.

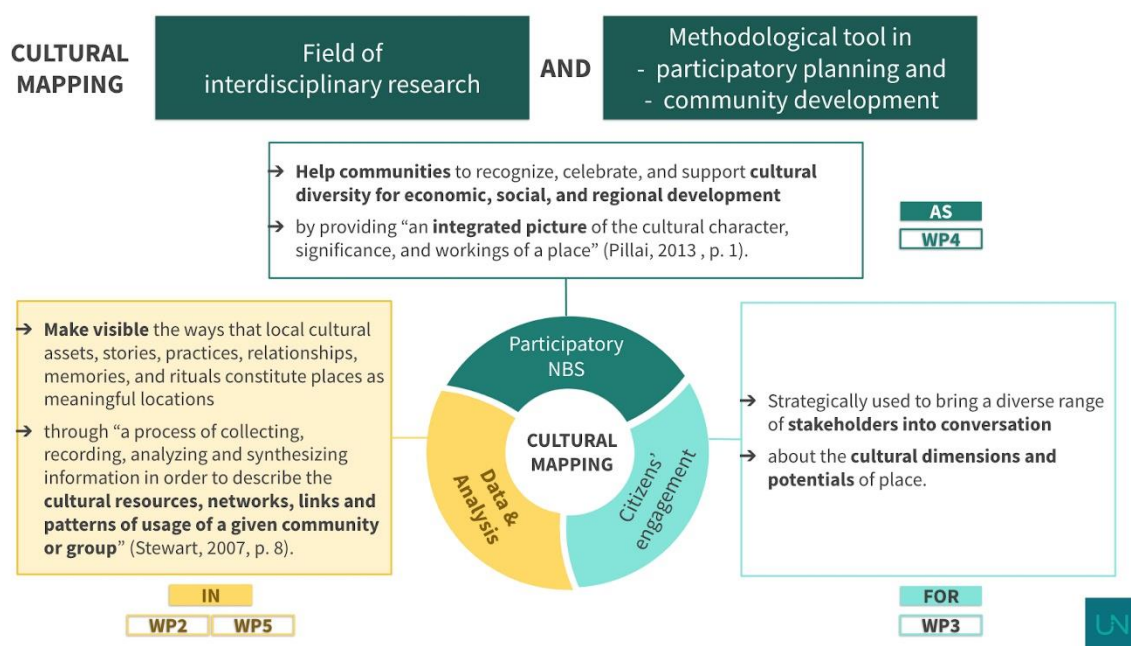


FIGURE 5. CULTURAL MAPPING THINKING IN URBINAT, AS INTERNALLY SYSTEMATISED IN 2020.

Source: Nathalie Nunes

The first (yellow) dimension on the left of Figure 5 translates into how culture is articulated or expressed within one society, or *'in'* sustainable urban development. In this context, cultural mapping is trying to identify and articulate those cultural aspects of a society, making visible the assets, stories, practices, relationships, memories, and rituals that constitute places as meaningful locations, as well as the patterns of usage of a given community or group and their cultural resources, networks, buildings, etc. Within the research structure and work plan of URBiNAT, this perspective fits into the data collection in the study areas of the project and the corresponding production of analysis. That is, in the contexts of the Living Labs of URBiNAT cities (work package 2) and URBiNAT's Observatory (work package 5), which supports the data collection in the intervention areas, establishes the tools and processes for monitoring and evaluation of the NBS implementation, and produces research on the key analytical dimensions of the project.

The second dimension of cultural mapping on the right of Figure 5 is that of a communications platform, prioritising individual and diverse perspectives, and using mapping as a place where people can come together to discuss shared community and bring them into conversation. This is about how to engage citizens and stakeholders in support of NBS (work package 3), to enable the co-creation of healthy corridors and establish community-driven processes *'for'* sustainable urban development.

The third dimension, on the top of the circle, is about building a new platform *'as'* sustainable urban development. In terms of cultural mapping, it is about creating this integrated picture of the cultural character, significance and workings of a place in order to help communities to recognize, celebrate and support their cultural diversity for their own development going forward in different aspects. This perspective projects cultural mapping into the NBS catalogue of URBiNAT (work package 4) as a participatory solution, that is, a process which constitutes itself as a means, by supporting the co-creation process, and as an end, by establishing platforms for empowerment as a result of participation in the process (URBiNAT, 2021).

Cultural mapping thinking has been useful to explore its relevance for an inclusive and innovative urban regeneration with NBS as proposed by URBiNAT. However, in practice, as analysed in the second section of the present work-in-progress paper, it has been challenging to apply cultural mapping because of a lack of common understanding and consensus among partners on specific actions to focus on the cultural dimensions of the urban capital, both tangible and the intangible ones, and taking advantage of the catalyst effect of cultural mapping for co-implementation and co-monitoring. Contextualising cultural mapping in a broader context has been an opportunity to clarify the approach both in theory and in practice, which result in a wide variety of outputs, often much more than a map. To make these ideas more concrete, Annex A presents a diversity of cultural mapping practices, many of which translate into more than a map. Within the Annex, examples are presented in Table A, grouped according to key cultural mapping features.

3. LOOKING FOR CULTURAL MAPPING IN THE PRELIMINARY STAGE OF CO-CREATION

3.1. PARTICIPATORY ACTIVITIES INFORMED BY CULTURAL MAPPING

URBiNAT initially introduced cultural mapping as a participatory approach in the strategic design of its participatory process, together with motivational interviewing and participatory design (URBiNAT, 2019a), as shown in Figure 6. Cultural mapping not only has the potential to catalyse processes for actively connecting people and deepening knowledge of a locality, but it also offers the possibility to be applied in different ways, combined with different approaches, or informed by other approaches (URBiNAT, 2019a). Its flexibility is of great methodological relevance, since participatory methods need to be adapted according to the local context and participatory specificities of each city. Indeed, cultural mapping is flexible according to the objectives, purpose and what one wants to map, for example, facilities, organisations, stories of places, historical sites, other aspects oriented towards the past (memories and landmarks) or aspects oriented towards the future (aspirational mapping), intended for the community or for outsiders (URBiNAT, 2019a).

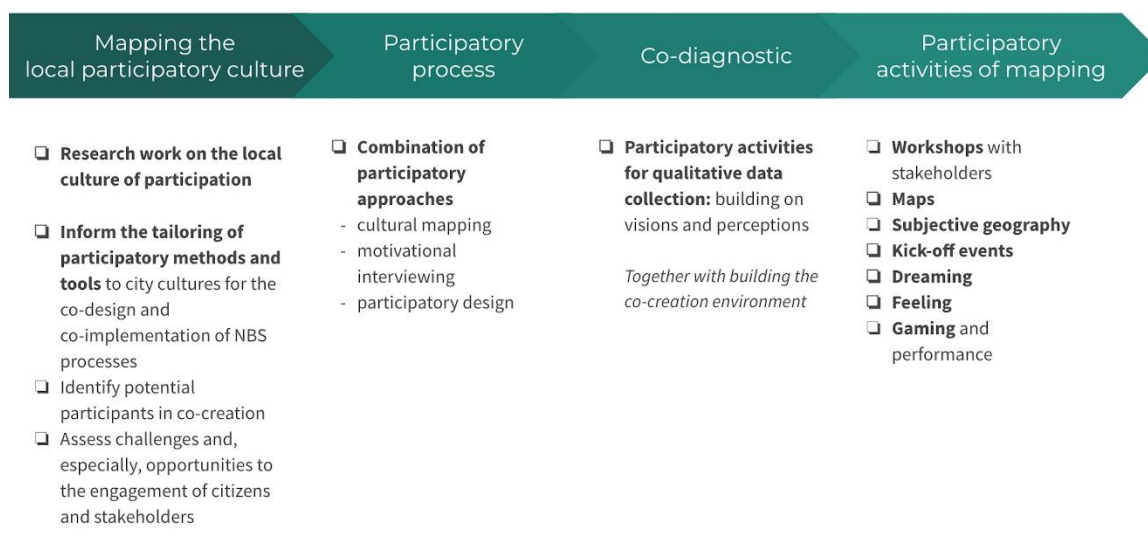


FIGURE 6. BACKGROUND OF THE CO-CREATION OF PARTICIPATORY METHODS IN URBiNAT, AS INTERNALLY SYSTEMATISED IN 2020.

Source: Nathalie Nunes

In each city, the tailoring of participatory methods has been informed by original research on the local culture of participation to understand how participation works locally, to identify potential participants in co-creation, and to assess challenges and, especially, opportunities in regards to the engagement of citizens and stakeholders within URBiNAT (2019b). This

research consisted of identifying and collecting a wide variety of data and documentation, organising workshops, holding formal and informal meetings, and conducting semi-structured interviews. This was carried out by URBiNAT researchers and experts dedicated to citizen engagement. Their analysis paved the way to a strategy of developing municipal roadmaps for the healthy corridor to address the commitment of advancing innovation in the decision-making process of each city, and aiming to improve the quality of participation as a means and as an end (URBiNAT, 2019b).

The local task forces in each of the URBiNAT cities, which bring together researchers, experts and municipal technicians, kicked-off the engagement process in the intervention areas of the project by means of participatory activities, which were also aimed at collecting qualitative data, launching the first stage of the co-creation process, local diagnostics.

At the co-diagnostic stage, the combination of cultural mapping, as a participatory approach, with motivational interviewing and participatory design resulted in the creation of participatory activities of mapping in each of the front-runner cities of Nantes, Porto and Sofia (URBiNAT, 2019c). As illustrated in Figures 7 and 8, these activities included workshops with stakeholders, maps, subjective geography, kick-off events, dreaming, feeling, gaming and performance. The participatory activities of the local diagnostic stage also included applying other methods of data collection for qualitative research, such as photo-elicitation and walkthrough, in order to document and build on the visions and perceptions of participants.

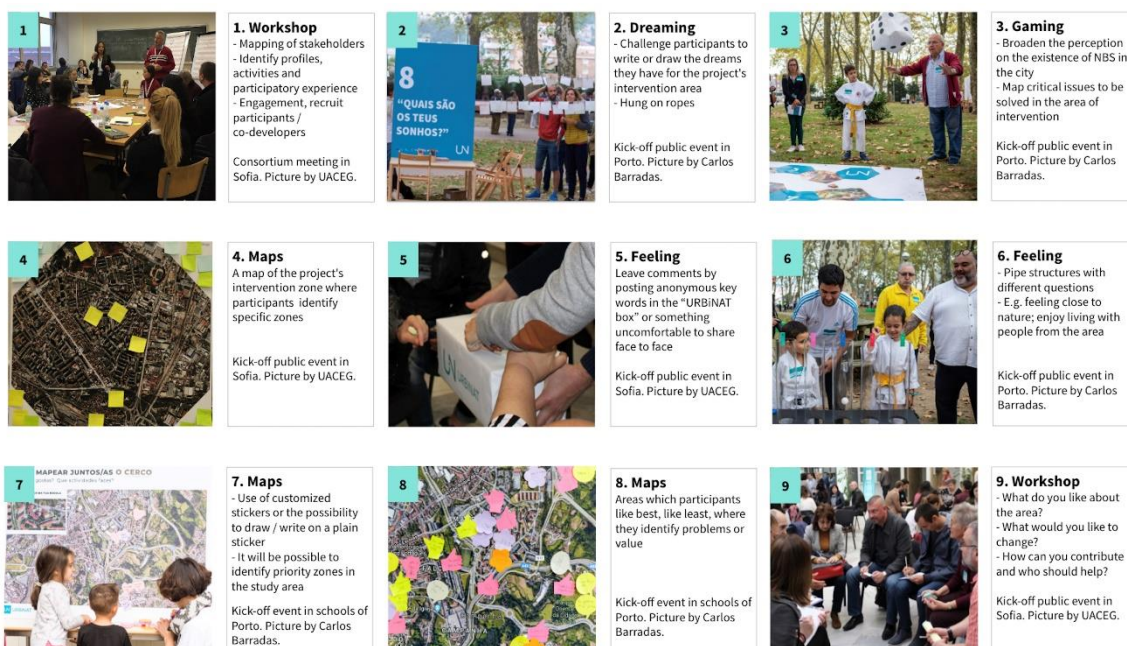


FIGURE 7. EXAMPLES OF PARTICIPATORY ACTIVITIES OF MAPPING ORGANISED BY URBiNAT IN 2019.

Source: Nathalie Nunes

Therefore, on one hand, cultural mapping informed and facilitated the initial engagement of citizens in the co-creation process, and, to this effect, it provided general guidelines for implementing participatory activities (URBiNAT, 2019a, Annex 1), as illustrated in Figure 8. On the other hand, and as a result of informing the implementation of participatory activities, cultural mapping also contributed to the participatory qualitative data collection component of the local diagnosis in front-runner cities, appearing in the list of nine methods¹ to collect new data in URBiNAT's intervention areas, reported in the methodological description of the local diagnostic report (URBiNAT, 2019c).

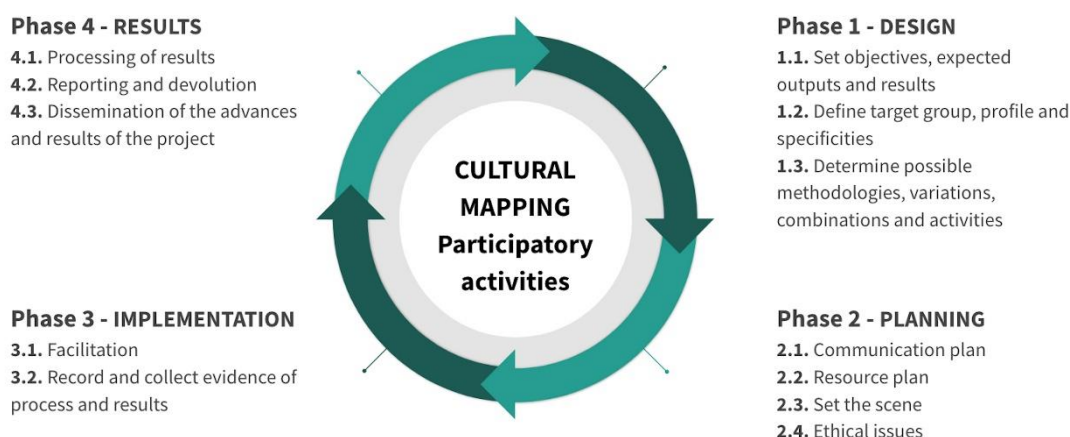


FIGURE 8. PROTOCOL OF CULTURAL MAPPING AND GENERAL GUIDELINES FOR IMPLEMENTING PARTICIPATORY ACTIVITIES.

Source: Adapted from URBiNAT (2019a).

However, having cultural mapping identified as a method that can be applied in the local diagnostic of URBiNAT's front-runner cities does not automatically translate to cultural dimensions being included in the methodological co-creation of participatory activities of mapping (also including the participatory approaches of motivational interviewing and participatory design), although it contributed to an overarching umbrella for the purpose of systematisation of methods. Indeed, in the case of the participatory activities of mapping, the cultural dimension was not the main focus, with the participatory mapping processes consisting of more open questions to start engaging and knowing local residents and other stakeholders, as well as making URBiNAT known to them at a very early stage of the process.

¹ Method 1: Cultural mapping; Method 2: Walkthrough; Method 3: Photovoice; Method 4: Focus group; Method 5: Face-to-face interviews; Method 6: Questionnaire; Method 7: Behavioural mapping; Method 8: Laboratory analysis; Method 9: Territorial mapping.

Overall, the main focus of the mapping exercises was to make visible what is not so evident or not tangible in and about the territory, perceiving it from local people, and learning it through meeting and interacting with people – approaches consistent with cultural mapping.

3.2. ANALYSIS OF LOCAL DIAGNOSTIC REPORTS WITH A ‘CULTURAL MAPPING LENS’

URBiNAT’s local diagnostics phase in the front-runner cities of Nantes, Porto and Sofia resulted in extensive reports, constituting a baseline of data and analysis, both quantitative and qualitative, for the design of and research on the healthy corridor (URBiNAT, 2019c). These reports include existing data on the territorial, social and economic profile of the intervention areas as well as at the city scale, collected by the municipalities, other institutions and organisations. They also include new data such as the information collected by means of participatory activities involving citizens and stakeholders of the intervention areas.

An analysis of the three diagnostics reports was conducted with a ‘cultural mapping lens’, as summarised in Table 2, focused on the following three dimensions: i) *the type of cultural information available*, i.e. what knowledge was made visible in terms of local cultural assets, stories, practices, relationships, memories, and rituals constituting places as meaningful locations; ii) *the mapping exercise performed*, i.e. how the process of collecting, recording, analysing and synthesising information was applied; iii) *presence/absence of topics expected to be covered by means of cultural mapping*, i.e. assessment of absent information that would describe cultural resources, networks, links and patterns of usage of a given community or group.

Looking for culture in these reports, the cities of Porto and Sofia provided information about history, local traditions and knowledgeable residents. There were some mappings of cultural facilities in the neighbourhoods that were selected, and one could identify pieces of cultural data and cultural information. The mapping exercises reported also capture different relevant elements. For instance, in the case of Porto, the mapping process(es) captured activities in the neighbourhoods, places enjoyed by residents, aspirations and ideas for the future, but meaningful details appear to be lost in the analysis and summarization processes. In the case of Sofia, the mapping process(es) also covered intangible aspects such as values, beliefs, perceptions, attitudes, relationships, traditions, identities, and shared sense of place, but the mapping results as they were reported do not allow any of these to be geographically identified and related to a printed map of the area.

When comparing the two first dimensions of analysis against what one would expect to see in a cultural mapping exercise, that is, typical aspects summarised or identified and articulated in a cultural map, many topics are not covered in these reports, namely: i) *cultural assets* – organisations, creative people/artists, activities, facilities, public art, monuments – when they are mapped, only cultural facilities are included; ii) *cultural referents/motifs* – linking to local identities, symbols; iii) *history, stories, narratives* – stories of the place, linked to specific places or areas; iv) *sites for rituals, cultural events, fairs*; and v) *meaningful places* – both where and why.

In other words, these are the sort of aspects that are missed in a typical diagnostics process. This leads us to the conclusion that specific actions are needed to address and to collect this type of information, building up a process which focuses specifically on the cultural dimensions. The inclusion of specific exercises and methodologies to focus on the cultural dimensions of a neighbourhood and its resident community seems necessary, especially when considering the importance of culture for urban regeneration and to build a platform of participation.

Building upon the local diagnostic reports of URBiNAT's front-runner cities, cultural mapping topics which are not evident in the initial diagnostics report could be made visible or better visualised (e.g. specific map) in similar reports for other cities. As well, information garnered through cultural mapping could be made visible through other complementary means, considering, for example, existing information not included in the local diagnostic reports or existing information collected after the local diagnostic reports; and information to be collected in upcoming participatory activities as part of the whole co-creation process of the healthy corridor.

TABLE 2. ANALYSIS OF THE LOCAL DIAGNOSTIC REPORTS OF URBINAT'S FRONT-RUNNER CITIES, BASED ON A CULTURAL MAPPING LENS

Dimensions of analysis	Porto	Sofia	Nantes
Cultural information	<p>Text describes history of the area in general terms, but historical sites and landmarks are not mapped.</p> <p>Text also refers to local traditions and residents with deep knowledge about territory and its potential. However, these are not clearly articulated nor mapped as part of the data obtained to date.</p> <p>Text mentions local organisations that produce theatre, dance and music projects = cultural assets. But where are they based? Where do they rehearse? Where are performances held?</p>	<p>Text describes historical details, and narratives of place names (name also mentioned as asset in cultural mapping exercise).</p> <p>Facility map includes cultural facilities –text mentions community centres; municipal cultural institute; centre for arts, culture and education for children.</p> <p>Text mentions cultural diversity –official stats seem to indicate this is limited in the study area but other texts indicate high diversity (re: religions, Chinese community with pavilion of peace).</p> <p>In cultural mapping exercise, mentions the holiday of the district –not elaborated nor date given.</p>	<p>City self-described as post-industrial reinvention with culture, so the concept of “reinvention” has local currency.</p> <p>Cultural facilities described and mapped.</p> <p>Other text on cultural facilities mentions: sociocultural centre; toy library; university theatre; centre for ‘do it yourself’ activities.</p>
Mapping exercise	<p>The mapping exercises seem to capture:</p> <ul style="list-style-type: none"> - activities of the neighbourhood residents and where they occur; - places residents enjoy; - + and – of sites / likes and dislikes; - aspirations and ideas for the future. 	<p>Cultural mapping exercises are introduced as creating opportunities for dialogue and to diversify sources of information, and positioned as part of “mapping participatory culture” (which may be misleading).</p> <p>Identifies local assets –tangible and intangible. Intangible aspects described as: values, beliefs, perceptions, attitudes, relationships, traditions, identities, and shared sense of place.</p> <p>Mapping results reported do not allow any of these to be geographically mapped, though in one of the exercises, the assets were related to a printed map of the area.</p>	<p>Cultural mapping + walkthrough postponed to 2020.</p> <p>Sounds as though focus will be on (tangible) assets and points of interest on a predefined path.</p>

		Aspirations for the area include: creative space (participatory); improvements to libraries; museum; space for interaction between ethnic groups.	
Cultural mapping topics not evident	<ul style="list-style-type: none"> x cultural assets –organisations, creative people/artists, activities, facilities, public art, monuments x cultural referents/motifs –linking to local identities, symbols x history, stories, narratives –stories of the place, linked to specific places or areas x sites for rituals, cultural events, fairs x meaningful places –why and where 	<ul style="list-style-type: none"> x cultural assets –organisations, creative people/artists, public art, monuments [only cultural facilities mapped] x cultural referents/motifs –linking to local identities, symbols x history, stories, narratives –stories of the place, linked to specific places or areas x sites for rituals, cultural events, fairs x meaningful places –why and where 	<ul style="list-style-type: none"> x cultural assets –organisations, creative people/artists, public art, monuments [only facilities mapped] x cultural referents/motifs –linking to local identities, symbols x history, stories, narratives –stories of the place, linked to specific places or areas x sites for rituals, cultural events, fairs x meaningful places –why and where

Source: Nancy Duxbury (CES-UC), URBiNAT.

3.3. CULTURAL MAPPING IN THE CO-CREATION PROCESS AS A WHOLE

By definition, cultural mapping is not only a product nor only a method or service but a whole process. To systematically implement such a process within URBiNAT would require an interdisciplinary shift towards a common understanding and consensus among URBiNAT's partners on specific actions to focus on the cultural dimensions of the urban capital, especially the intangible ones. This would enable the project's cities and other partners to take advantage of the catalyst effect of cultural mapping for the co-implementation and co-monitoring phases.

As a participatory NBS, cultural mapping can be associated with all NBS, since it gives support to the co-creation process as a whole, and provides platforms for discussion, engagement and empowerment through participation in the process (URBiNAT, 2021), as summarised in Table 3. At each stage of the co-creation process, cultural mapping encompasses a specific focus and relevance. Starting with providing baseline data and knowledge for thinking about places, people and resources at the co-diagnostic phase, it can generate information that is not usually captured in standard statistics and profiles, nor in other standard qualitative methods. The cultural data and information collected are also useful for the ongoing monitoring and assessment of cultural vitality and community well-being, by providing evidence, for instance, of new cultural celebrations, production sites, intergenerational skills transfer occurrences, community public art and landmarks. Periodically returning to cultural mapping can also provide opportunities for adding new layers of information and new perspectives, perhaps inspired by the knowledge previously compiled.

TABLE 3. CULTURAL MAPPING IN THE CO-CREATION PROCESS OF NBS

Co-creation stages	Focus and relevance of cultural mapping
Co-diagnostic	<p>Mapping provides baseline data for thinking about places, people and resources.</p> <p>Participatory cultural mapping provides cultural information and data not usually captured in standard statistics and profiles, or other standard qualitative methods.</p> <p>The methods used and the information collected are also useful for ongoing monitoring and assessment of cultural vitality and community well-being, e.g. new cultural celebrations, production sites, intergenerational skills transfer, community public art and landmarks.</p>
Co-selection & co-design	<p>Incorporating meaningful symbolic elements, e.g. diversity of languages and cultures, historic objects and events.</p> <p>Sited in places that are meaningful to the community.</p> <p>Enabling cultural activities, such as festivals and other gatherings.</p> <p>Recuperating meaningful places.</p>

	<p>Incorporating and integrating art in installations and interventions, e.g. lighting features, street furniture.</p> <p>Developing public art.</p> <p>Engraving history and creating new landmarks.</p>
Co-implementation	<p>Initial cultural mapping at the co-diagnostic stage can inform the design and development of installations and interventions, and inspire the involvement of different community groups in the co-implementation process.</p>
Co-management & co-monitoring	<p>By promoting the sense of belonging, ownership and collective achievement, cultural mapping seeds the involvement of inhabitants in collective life.</p> <p>Co-management of the public space, including of the nature-based installations and interventions implemented throughout the co-creation process, will benefit from this catalyst effect.</p>

Source: Nancy Duxbury (CES-UC), adapted from URBiNAT, 2019a.

In addition, this data can integrate the co-selection and co-design phases, providing symbolic and meaningful elements (e.g. diversity of languages and cultures, historic objects and events) and highlighting places that are meaningful to the community. Cultural mapping also serves as a process of generating greater community self-knowledge and awareness, contributing to the catalyzation of a variety of informed actions, including enabling new cultural activities, recuperating meaningful places, incorporating and integrating art in installations and interventions (e.g. lighting features), developing public art, engraving history and creating new landmarks. Within the context of URBiNAT, it is important to highlight how the initial cultural mapping at the co-diagnostic stage can inform the development and design of installations and interventions. Moreover, by promoting the sense of belonging, ownership and collective achievement, cultural mapping processes can seed the involvement of inhabitants in collective life while, at the same time, benefiting co-management of the public space from this catalyst effect, including the management of the nature-based installations and interventions implemented throughout the co-creation process.

The analysis of the preliminary stage of URBiNAT's co-creation process has shown the challenge of having cultural mapping being approached prominently as a means of supporting participatory planning and not consistently as an end of interdisciplinary research and community development. Such a conclusion highlights the need to discuss with cities its implementation as a process, to co-analyze findings from the process, and to test it as an engaged methodology in the context of inclusive and innovative urban regeneration as proposed by URBiNAT. In this sense, section 2 provides a broader context for the cultural mapping of URBiNAT, reinforcing its relevance for urban regeneration and in building a platform of participation.

4. CULTURAL MAPPING AS AN INTERDISCIPLINARY ACTION RESEARCH

As analysed in the first section of this work-in-progress paper, cultural mapping as proposed by URBiNAT fits into the broader context of sustainable urban development. It is of great methodological relevance for an inclusive and innovative urban regeneration with NBS, as a flexible approach and diversity of practices making room for co-creation, according to the local context and participatory specificities of each city. Moreover, it is of interest for URBiNAT to think about cultural mapping as a field of interdisciplinary research, namely in the framework of action research, which is further explored in this section by means of a personal research account.

This section is written in the first person, by the researcher Fernanda Araujo Curi while a postdoctoral fellow at the Center for Social Studies of the University of Coimbra, associated with the H2020 URBiNAT project. It is based on three research she developed from 2014 and 2020, including her practice and observation of the process of citizen participation of the URBiNAT project in the parish (*freguesia*) of Campanhã in the city of Porto, Portugal. A parish is an administrative subdivision of the Portuguese municipalities. URBiNAT is developing a healthy corridor with inhabitants and stakeholders in the parish of Campanhã, aiming at connecting the neighbourhoods of Cerco, Falcão and Lagarteiro between them and with the rest of the city of Porto.

As an urban architect and museologist, Fernanda Araujo Curi's focus as a researcher is on the articulation between these areas, namely in the relationships between the public space, culture and territory. Taking the cultural facilities and green areas of cities as objects of reflection and analysis, her interest is in valuing the urban public space and its appropriation by people.

For this work-in-progress paper, she reflected on three research projects carried out in the last decade: "Ibirapuera, Uberlândia and Campanhã," a park, a city and a neighbourhood (or parish as used in Portugal). They are objects of very different scales and researched in different contexts, but they have, in common, the idea of "cultural mapping" as an interdisciplinary action research in the city's co-creation processes. The objective is to reflect how such mappings, flexible and adaptable to available resources, can take different forms: spaces for collective, creative expression and interaction between different groups; and platforms for dialogue, engagement, participation and empowerment. Fernanda Araujo Curi synthesises the processes in the first two cases and focuses a little more on Campanhã, which is the study area of the URBiNAT project in the city of Porto.

4.1. A PARK: IBIRAPUERA URBAN INVENTORY

My collaboration with URBiNAT began in 2018 with a brief contribution to the project's deliverable D1.2, a handbook on the theoretical and methodological foundations of the project (URBiNAT, 2018), which addressed some of the issues about public space investigated in my doctoral thesis, defended that year at the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo (Curi, 2018). The thesis was developed between 2013-2018 and is

entitled *Ibirapuera, urban metaphor. The public/private in São Paulo*. It is an analysis of the trajectory of social and institutional appropriations that have taken place in this symbolic public space in São Paulo over the last seven decades, which exposes the paradoxes of this city. As a large public archipelago divided into disconnected or privatised islands, Ibirapuera Park is both evidence and instrument of a public dimension of space that is defined by its coexistence with private interests, and generally weakened by them. This hypothesis was proven right after the end of this research, in 2019, with the official privatisation of Ibirapuera, promoted by the city of São Paulo, through a concession of the management, operation and maintenance of the park to a private company for 35 years.

In parallel to my PhD, I worked as a researcher at the Wanda Svevo Archive of the Bienal de São Paulo Foundation, located in Ibirapuera Park. It was in this archive that I found the first documents used in the thesis, based on thousands of primary sources gathered in dozens of collections. In addition to the archival documentation and its systematisation, issues relating to appropriate land and buildings, inside and outside the park area, were mainly confirmed by practices of direct observation, walking and cycling throughout this territory. With daily work in the archives and living just a few minutes away from Ibirapuera, ideas related to this park, this region, its problems and potentialities also emerged in an intuitive and empirical way.

The opportunity to share this experience and the partial results of the research took place initially through a series of 14 weekly workshops that I organised during the three months of the 31st Bienal de São Paulo, in 2014. As important as digging up piles of existing documents, was being able to create and share new documentation together with artists, students, staff, and park lovers. It was a crucial part of the research as it allowed powerful dialogues between very different but complementary perceptions and approaches, some of which were shared in a blog created by the participants (Curi, 2014). In a period of almost eight years dedicated to the Archive and Ibirapuera, it was possible to build a large inventory. An 'urban inventory' that relies both on the act of 'making an inventory' and on the act of 'inventing'. Developing narratives from a dialogue between primary and created sources has certainly given new life to the research object. Inventive narratives are not only interested in the past, but also in possible ways to (re)formulate content and reflect on current issues and concerns.



FIGURE 9. MAPPINGS IN IBIRAPUERA PARK (CITY OF SÃO PAULO, STATE OF SÃO PAULO, BRAZIL).

Source: Fernanda Curi.

4.2. A CITY: MINI-DOCUMENTARY ABOUT UBERLÂNDIA

Soon after completing my doctorate in São Paulo, I spent a year as a postdoc at the Faculty of Architecture, Urbanism and Design at the Federal University of Uberlândia, between September 2018 and August 2019. A relevant medium-sized city in the state of Minas Gerais, in the interior of Brazil, situated at a crossroads on the way to Brasília, Uberlândia hitched a ride on the wave of modern progressive development in the country's capital. Crossed by the Uberabinha river, the city grew with its back to the river that named it and like many other cities, in Brazil and in the world, it closed countless other rivers for the construction of avenues. Driven by the constant promise of progress and opportunities, it did not prioritise quality public spaces in its urban planning, thus being marked by a voracious expansion, verticalization and segregation.

This time, action research took shape within the scope of the optional subject “Public Space, Culture and Territory,” which I offered as part of the postdoc program and brought together a group of 25 undergraduate and graduate students. The proposal was to reflect on the city's public space, alternating theoretical and practical approaches. The methodology included the debate of key concepts (such as territory, heritage, public/private space, urbanity, resistance) with seminars, archival research, routes and mappings, in addition to a final collective work. The students decided to jointly produce a mini-documentary about Uberlândia (Curi, 2019). In the midst of a series of demonstrations and stoppages against the dismantling of education in the country promoted by the Brazilian government, the 5-minute video is a breath of

lucidity and an act of resistance, the result of a collective and prospective effort that very well synthesises the discoveries and analyses of this group of participants.

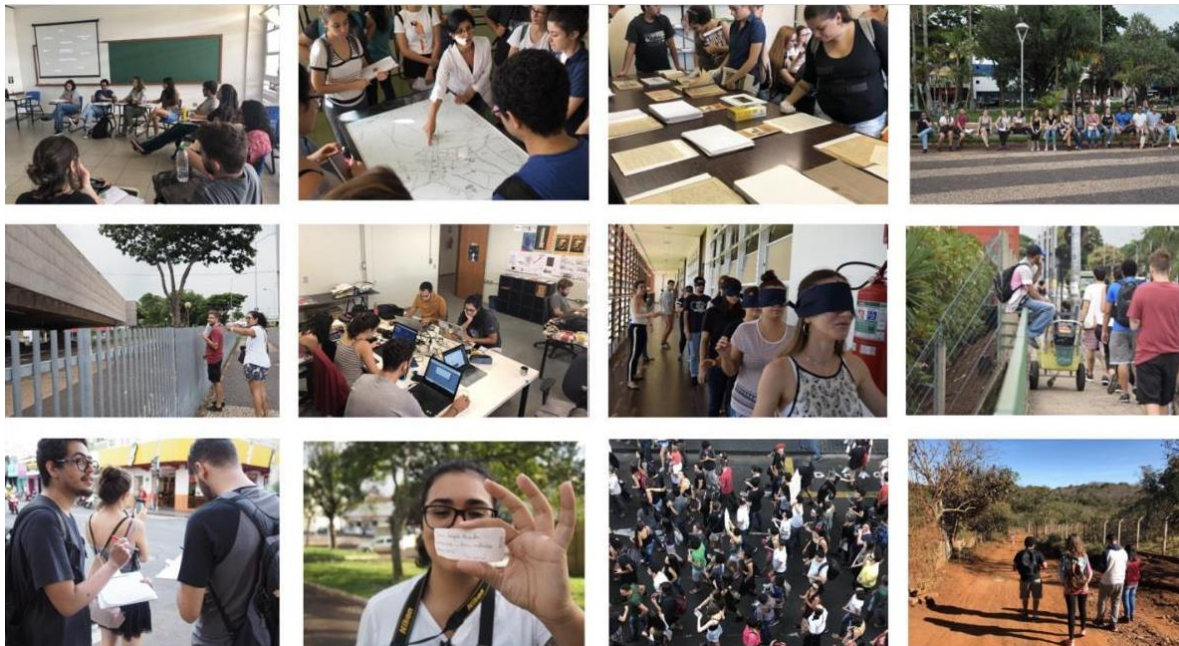


FIGURE 10. MAPPINGS IN THE CITY OF UBERLÂNDIA (STATE OF MINAS GERAIS, BRAZIL).

Source: Fernanda Curi.

4.3. A NEIGHBOURHOOD: CULTURAL PLATFORM IN CAMPANHÃ

These previous experiences brought me to CES, and to URBiNAT. After three first months in Coimbra, I moved in December 2019 to the project's study area, the parish of Campanhã, often referred to as the 'wrong side' of Porto. It is on the opposite side of what would then be, the 'right side', the side where the Douro river meets the sea, and where all the investments made in the city in recent years have been destined. Campanhã, an area that still remains very rural and authentic, concentrates the largest green area and most of Porto's social housing neighbourhoods, fragmented by a system of roads, bridges, viaducts and avenues. We could say that Campanhã is in the last moments of a pre-gentrification era. The premise, and the great challenge of a project like URBiNAT, is to promote opportunities to make this process less vertical, predatory and exclusive; and bring the university and public authorities together in the co-creation of this part of the city together with the people living and working there.

As analysed in section 3, it is important to contextualise that, before November 2019, at the co-diagnostic stage, the engagement adopted cultural mapping as a participatory approach

together with motivational interviewing and participatory design. There certainly was an intensification, moving from co-diagnostic to co-design, building upon the previous research on the local participatory culture and the relationships established. The cultural mapping approach thus enabled the introduction of 'proximity and informality' in the transition from co-diagnostic to co-design, key factors to make room for co-creation as well as to introduce interdisciplinary research and contribute to community development.

Since November 2019 we have organised and carried out a series of workshops, meetings and tours with citizens of all ages. Thus, together with the participants, it was possible to diagnose and design ideas and proposals to improve the parish; that articulate with the healthy corridor of URBiNAT, in the physical work or in the immaterial scope. The closer encounters, individually or in small groups, allowed for a more generous listening and a deeper exchange, essential in co-creation processes. The experience in the parish allowed us to assimilate a reality that is often not perceived in distant and more quantitative studies and analyses. Being close and available is very important.



FIGURE 11. MAPPING CAMPANHÃ IN THE URBINAT PROJECT.

Source: Fernanda Curi.

The continuity of the equally fundamental process was unfortunately broken by the COVID-19 pandemic, which distanced what was approaching. Even so, this whole process gave rise to excellent ideas that gave rise to a new catalogue of solutions based on nature, proposed by the citizens, for Campanhã. These ideas were subsequently presented and debated among municipal technicians, political representatives/councillors and citizens. Since then, ideas have moved into proposals that have been further detailed for implementation in 2021.

One of these proposals was in line with the “cultural mapping” tool of URBiNAT and the integration of the proponent as a local dynamizer was timely and necessary. The musician, dancer, and founder of the OUPA Association, Ricardinho Lopes, presented the necessary requirements to coordinate the cultural mapping activities in Campanhã: he is young, dynamic and with a genuine interest in local sociocultural issues, in addition to having a network of contacts and previous experiences in projects in the parish, with the involvement of different associations and communities in the neighbourhoods of Cerco, Falcão and Lagarteiro.

Since the beginning of June 2020, the local promoter has been receiving training and support from the URBiNAT team for the development of a cultural platform, named *Campanh’Up*. The research, preservation, communication and action platform aims to “raise Campanhã” and make the (re)cognition of citizens visible through the sharing of narratives, identities, histories and local practices that bring meaning to their places. The idea is for the cultural platform to be developed online and offline, functioning as a living laboratory of ideas and actions that allow us to know and question the reality that surrounds us; and to observe the spaces and places that we can occupy and (re)signify.

However, some questions arise. In pandemic and undemocratic times, with everything being re-signified –the public space, the local and virtual dimension, and almost all of our lives– it became even more urgent and necessary to create spaces and platforms like this one, to broaden the discussion and enable new dynamics in the processes of (de)construction of cities. If within projects such as URBiNAT, such platforms and cultural mappings originate from the need to build more inclusive and horizontal patterns of interactions, in an attractive environment for participation, how to create conditions and bet on this type of tool and its transformative potential, ensuring that it is possible to follow a freer, more creative and unencumbered path, without being constantly conditioned by long institutional approvals and unnecessary bureaucracy?

It is in the field of proximity and informality that we can communicate much more clearly, and create common sense. Doing this on a local scale –in the street, in the park, in the neighbourhood– is a human way of identifying and valuing individual and collective voices and experiences. And now, with one more challenge: proximity with physical distance. In this way, the mappings, inventories and imaginaries of the cities we want to live in are really fundamental; so that we can discover new consensuses, commitments and values of the society we want to be.

5. CONCLUSION: CULTURAL MAPPING FOR AN INCLUSIVE AND INNOVATIVE URBAN REGENERATION WITH NATURE-BASED SOLUTIONS

If culture has been increasingly of interest and relevance for the sustainable development of cities, the road travelled encompasses a series of intertwined conceptual and operational challenges related to implementing local cultural policies and plans, namely: i) limitations

due to legislative frameworks, targeted policies, bureaucratic silos, and administrative reluctance; ii) the complexity of the cultural sector and the cultural features of the community; iii) inadequacy of indicators, measurement, and evaluation of progress and impacts; and iv) underlying issues of citizen participation, attention to gender, and overcoming segmentation (Duxbury et al., 2016).

In the framework of the co-creation process for an inclusive and innovative urban regeneration with NBS promoted by the H2020 project URBiNAT, cultural mapping has been adopted in its early stages as a participatory approach and ground methodology to ensure that cultural dimensions are integrated into the project. However, URBiNAT is no exception in facing the above mentioned challenges, which constitute, at the same time, research opportunities to be further explored. URBiNAT can definitely contribute by means of interdisciplinary action research to strengthen the emerging transdisciplinary field of cultural mapping and contribute to its generative potential, as an example of specific instances of practice on the ground (Longley & Duxbury, 2016).

URBiNAT's work plan includes a task dedicated to action research (work package 5, task 5.6) aiming at developing an EU-wide reference framework for NBS. Much effort has been already invested in developing the study case of URBiNAT's front-runner city Porto, where cultural mapping is taking shape as a participatory NBS. The other URBiNAT cities, in particular the follower ones who entered the co-diagnostic phase in 2020, also offer interesting and diverse developments in testing cultural mapping in their co-creation processes. Both types of situations are facing conceptual and operational challenges, but also finding opportunities in cultural mapping as a structuring methodology and flexible approach to engage with the field, and considering its catalyst effect for co-implementation and co-monitoring of the healthy corridor beyond the term of the URBiNAT project. The interdisciplinary and intercultural sharing and learning promoted within URBiNAT's Community of Practice, which also includes non-EU Observers, paves the way for an ecology of knowledges, based on the diversity of cultures and knowledge, and the recognition of difference, as argued by Boaventura de Sousa Santos (Santos et al., 2008). The development of such an ecology of knowledges can emerge from the co-creation process of URBiNAT's Living Labs, as well as inside and outside URBiNAT's consortium.

In the framework of an interdisciplinary action research project, the researchers' reflexivity can also bring to the surface some blind spots, considering both the reflexive method developed by Pierre Bourdieu (Grenfell, 2008) and the conceptual framework of the sociology of absences and the sociology of emergences developed by Santos (2016). Indeed, reflexivity is crucial to social scientists in the positions they adopt with regard to their research, asking knowledge producers to recognize their own objective position within the intellectual and academic field, and to objectify their practice by accounting both for what is at stake for them and for the implicit conditions and structures of their practice, a methodological process known as 'participant objectivation' (Grenfell, 2008; Deer, 2008). This is particularly relevant for an interdisciplinary shift towards a common understanding and consensus among partners on specific actions to address and collect knowledge about cultural resources and assets which would encompass both the tangible and the intangible cultural dimensions of urban capital.

Regarding Santos' conceptual framework, the sociology of absences contributes to identifying what has been made invisible, devalued, or rendered non-existent; and the sociology of emergences contributes to valuing the resistance of social groups and identifying in this resistance principles and practices of governance that point to other experiences (Santos & Mendes, 2020). Both sociological methods propose a constant ethical vigilance over the unfolding of possibilities, supported by basic emotions such as negative wonder provoking anxiety and positive wonder feeding hope (Santos & Mendes, 2020).

These conceptual frameworks are not only relevant to analyse the co-creation process of NBS as it has been unfolding in URBiNAT's Living Labs with citizens and stakeholders, but also to analyse the co-creation process in its foundations. In other words, to analyse its background or backstage, as it was framed by URBiNAT's partners, involving cities, experts, practitioners, companies, and researchers. In both URBiNAT contexts, making visible absences and valuing emergences may help in looping back to the conceptual and operational challenges related to implementing local cultural policies and plans for sustainable urban development, which is all the more relevant in the case of cultural mapping being a co-creation process (means) and a participatory NBS under co-creation (end). In this way, four aspects emerge we wish to highlight: i) limitations in the local administration/government systems versus innovation to adapt to or overcome them; ii) the complexities of existing versus new narratives about the cultural features of a community; iii) inadequacy versus innovation to adapt processes and tools for monitoring and evaluation; and iv) inequality issues versus equity measures regarding citizen participation, gender, and segmentation.

Cultural mapping, as it is being tested and analysed in the H2020 URBiNAT project, may contribute to advance an EU-wide reference framework for NBS. More specifically, this potential for change arises in relation to having culture at the heart of sustainable urban development for inclusive and innovative urban regeneration processes with NBS. On one hand, the *inclusive* dimension is promoted by means of applying cultural mapping as a methodological tool to support not only participatory planning but also community development. On the other hand, cultural mapping provides an *innovative* approach in the field of an interdisciplinary action research project on NBS by exploring: i) how understanding the local cultural ecosystem informs and influences the community's cohesion, vitality and well-being; ii) how cultural components are produced and reproduced in the context of the territory's urban regeneration; and iii) how cultural mapping functions as a communication, conversational and knowledge production platform.

Moreover, introducing reflexivity in analysing the co-creation process of cultural mapping as a means and as an end may also emphasise the interdisciplinary, transdisciplinary and intercultural nature of this field of research (Nunes et al., 2017). For example, by addressing cross-cutting dimensions of human rights and gender, and entering the field of sociology of law, one can more closely examine how inclusive and innovative urban regeneration projects handle a complex combination of societal challenges aiming at contributing to the right to the city. The reflexive analyses of cultural mapping presented in this working paper help to illuminate the intertwined complexities –social, cultural, economic, ecological, legal and political dimensions– of living in and understanding a place. These dimensions are also unveiled in the collective efforts required to co-design, co-develop and co-implement NBS

in an interdisciplinary, multi-stakeholder, participatory context in order to meaningfully and inclusively catalyse processes that can regenerate a neighbourhood to improve the quality of life and opportunities of its residents.

NOTES ON CONTRIBUTORS

Nancy Duxbury is a senior researcher and lead co-coordinator of the CES interdisciplinary thematic line Urban Cultures, Sociabilities and Participation; member of the European Expert Network on Culture. PhD in Communication from Simon Fraser University, Canada. Current research: culture and local sustainability, culture-based development in small cities and rural areas, cultural mapping, and cultural planning. Principal Investigator of CREATOUR; leader of the CES team contributing to the H2020 project UNCHARTED; member of the H2020 project URBiNAT.

Nathalie Nunes is a French-Portuguese researcher, member of the co-coordination team of URBiNAT at CES. PhD candidate in sociology of law, she has graduated in international and European law and holds a research master's degree in fundamental rights. She gained international experience in Cape Verde (trainee for the French Embassy, project assistant for UNICEF) and in Brazil (law firm, communications agencies, NGOs). In France and Brazil, she collaborated with organisations promoting and defending human rights.

Fernanda Araujo Curi is an architect and museologist, master's in museology (Reinhardt Academy), and PhD in architecture and urbanism (University of São Paulo). Between 2011 and 2018, she worked as a researcher at the Wanda Svevo Historical Archive of the São Paulo Biennial Foundation. She was a postdoctoral researcher at the Faculty of Architecture, Urbanism and Design of the Federal University of Uberlândia between 2018 and 2019, before joining the H2020 URBiNAT project as a postdoctoral researcher at CES, until 2021.

REFERENCES

Buscema, P. M., Ferilli, G., Gustafsson, C., & Sacco, P. L. (2020). The complex dynamic evolution of cultural vibrancy in the region of Halland, Sweden. *International Regional Science Review*, 43(3), 159–202. <https://doi.org/10.1177/0160017619849633>

Curi, F. A. (2014, November 28). *Cycling in São Paulo*. Projeto Clima_Ibirapuera. <https://projetoclima.wordpress.com/>

Curi, F. A. (2018). *Ibirapuera, metáfora urbana: O público/privado em São Paulo, 1954-2017* [Doctoral thesis, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.16.2019.tde-09012019-113200>

Curi, F. A. (2019). *Uberlândia* [Vídeo]. Vimeo. <https://vimeo.com/346264890>

Deer, C. (2008). Reflexivity. In M. Grenfell (Ed.), *Pierre Bourdieu: Key concepts* (pp. 199–212). Acumen.

Dessein, J., Soini, K., & Fairclough, G. (Eds.) (2015). *Culture in, for and as Sustainable Development: Conclusions from the COST Action IS1007 Investigating Cultural Sustainability*. University of Jyväskylä. <http://www.culturalsustainability.eu/conclusions.pdf>

Duxbury, N. (2020, February 26-28). *Cultural mapping, planning, and impact assessment in local European contexts* [Paper presentation]. SA-EU Dialogue: Cultural Mapping, Planning and Impact Assessment for Sustainable and Just Urban Development, Cape Town, South Africa.

Duxbury, N., Garrett-Petts, & W. F., Longley, A. (2019). An introduction to the art of cultural mapping: Activating imaginaries and means of knowing. In N. Duxbury, W. F. Garrett-Petts, & A. Longley (Eds.), *Artistic Approaches to Cultural Mapping: Activating Imaginaries and Means of Knowing* (pp. 1-21). Routledge.

Duxbury, N., Garrett-Petts, W. F., MacLennan, D. (Eds.) (2015). *Cultural Mapping as Cultural Inquiry*. Routledge.

Duxbury, N., Hosagrahar, J., & Pascual, J. (2016). *Why Must Culture Be at the Heart of Sustainable Urban Development?* Committee for Culture, United Cities and Local Governments. http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/en/culture_sd_cities_web.pdf

Duxbury, N., & Redaelli, E. (2020). Cultural Mapping: Annotated bibliography. In P. Moy (Ed.), *Oxford Bibliographies in Communication*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/OBO/9780199756841-0249>

European Commission, Directorate General for Research and Innovation (2015). *Towards an EU Research and Innovation Policy Agenda for Nature-Based Solutions & Re-Naturing Cities: Final Report of the Horizon 2020 Expert Group on "Nature-Based Solutions and Re-Naturing Cities"*. Publications Office of the European Union. <https://data.europa.eu/doi/10.2777/765301>

Ghilardi, L. (2013, July 26). "Mapping Local Urban and Cultural DNA for Sustainable Place Making." *Surf Journal*. <https://www.surf.scot/scotregen/mapping-local-urban-and-cultural-dna-for-sustainable-place-making/>

Ghilardi, L. (2018). *Local DNA Mapping: The Key to Successful Cultural Planning*. Metropolis performance og kunst i by og landskab. <https://www.metropolis.dk/en/local-dna-mapping/>

Gibson, C., Brennan-Horley, C., & Warren, A. (2010). Geographic Information Technologies for Cultural Research: Cultural Mapping and the Prospects of Colliding Epistemologies. *Cultural Trends* 19(4), 325–348. <https://doi.org/10.1080/09548963.2010.515006>

Grenfell, M. (Ed.) (2008). *Pierre Bourdieu: Key Concepts*. Acumen.

Harrington, S., & Stevenson, J. (Eds.) (2005). *Islands in the Salish Sea: A Community Atlas*. TouchWood Editions.

Libânio, C. (2019). Cultural practices and social change: Changing perspectives of the slums in Belo Horizonte through cultural mapping. N. Duxbury, W. F. Garrett-Petts, & A. Longley, *Artistic Approaches to Cultural Mapping: Activating Imaginaries and Means of Knowing* (pp. 162-187). Routledge.

- Longley, A., & Duxury, N. (2016). Introduction: Mapping Cultural Intangibles. *City, Culture and Society* 7(1), 1-7. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2015.12.006>
- Moniz, G. C., & Ferreira, I. (2019). Healthy Corridors for Inclusive Urban Regeneration. *Rassegna Di Architettura e Urbanistica*, 158, 51–59.
- Nunes, N., Söderström, H., & Hipke, S. (2017). Understanding Cultural Sustainability: Connecting Sustainability and Culture.” In S. Asikainen, C. Brites, K. Plebańczyk, L. Rogač Mijatović, & K. Soini (Eds.), *Culture in sustainability: towards a transdisciplinary approach* (pp. 29–45). University of Jyväskylä.
- Pillai, J. (2020). *Cultural Mapping: A Guide to Understanding Place, Community and Continuity*. Strategic Information and Research Development Centre.
- Santos, B. S. (2016). A critique of lazy reason: Against the waste of experience and toward the sociology of absences and the sociology of emergences. In B. S. Santos (Ed.), *Epistemologies of the South* (pp. 176–199). Routledge.
- Santos, B. S., & Mendes, J. M. (Eds.) (2020). *Demodiversity: Towards Post-Abyssal Democracies*. Routledge.
- Santos, B. S., Nunes, J. A., & Meneses, M. (2008). Opening Up the Canon of Knowledge and Recognition of Difference. In B. S. Santos (Ed.), *Another knowledge is possible: beyond northern epistemologies, Reinventing social emancipation toward new manifestos* (pp. ix-x-lxii). Verso.
- Sitas, R., & Sadie, V. (2020). *Cultural Mapping, Planning and Impact Assessment for Sustainable and Just Urban Development*. Final report of the South Africa - European Union Dialogue on Cultural Mapping, Planning and Impact Assessment for Sustainable and Just Urban Development. African Centre for Cities.
- Stewart, S. (2007). *Cultural Mapping Toolkit*. Creative City Network of Canada and 2010 Legacies Now. <https://www.creativecity.ca/product/cultural-mapping-toolkit/>
- URBiNAT (2018). *Deliverable 1.2 – Handbook on the Theoretical and Methodological Foundations of the Project*. Centre for Social Studies <https://urbinat.eu/resources/>
- URBiNAT (2019a). *Deliverable 3.1 – Report on strategic design and usage of participatory solutions and relevant digital tools in support of nature-based solutions uptake*. DTI - Danish Technological Institute <https://urbinat.eu/resources/>
- URBiNAT (2019b). *Deliverable 3.2 – Report on community-driven processes to co-design and co-implement nature-based solutions*. Centro de Estudos Sociais. <https://urbinat.eu/resources/>
- URBiNAT (2019c). *Deliverable 2.1 – Report on Local Diagnostic of Porto, Nantes and Sofia*. IULM. <https://urbinat.eu/resources/>
- URBiNAT (2021). *Cultural Mapping: Participatory Nature-Based Solution*. URBiNAT's website. https://urbinat.eu/nbs_catalogue/cultural-mapping-2/

FUNDING

This research was funded within the framework of the project 'URBiNAT – Healthy corridors as drivers of social housing neighbourhoods for the co-creation of social, environmental and marketable NBS'.

This project has received funding from the European Union Horizon 2020 research and innovation program under grant agreement No 776783.

ANNEX A

A DIVERSITY OF INSPIRING PRACTICES

In the context of providing a diverse array of cultural mapping examples for the cities involved in the URBiNAT project, we have assembled a set of cultural mapping projects which are presented here to illustrate different objectives, approaches, processes and outputs.

1. Making information and perspectives visible

In Table A, examples 1 to 4 present cultural mapping used to make information and perspectives visible. Invisible City (no. 1) from Australia aims to obtain teen or youth voices in order to understand their city from their perspective and how they feel in different places. The project results in a gradation of a wide array of different feelings, captured during walks with a cell phone and mobile app, by means of which teenagers identify how they feel in different locations and text additional comments while *in situ*. These are the types of perspectives that are very difficult to usually get in a planning context. The subjective geography map (no. 2) enables children to identify what is important to them in their community, making the result publicly known by means of printed maps and transit shelter posters. Forbidden Cities (no. 3) aims to make more visible women's perspectives on places that they feel are unsafe in their community. Women's footprint (no. 4) is a feminist historical perspective of restoring or making visible those places that are associated with women's struggles historically.

2. Articulating personal attachments to place

The community atlas of the Islands in the Salish Sea project (no. 5) aims to articulate personal attachments to place and, through multiple efforts, to articulate that collective attachments to place. The multiple island maps show what is special about that place to the people who live there. These special aspects can be cultural, but also environmental or historical, including both events/sites of public knowledge as well as aspects of one's personal history. In the context of a region that was being approached by both developers and resource extractors, this artist-coordinated project was also a political project. As the communities who live in the islands are the ones to really know what is special about those places, the mapping project became an expression of this knowledge and of their proactively assumed responsibility to document and articulate what was special about this place, so that there was a chance of this knowledge being communicated outward, especially to public agencies making policies and decisions about changes to the islands. In the face of multiple expected changes, the cultural mapping project became a tool to both articulate and defend their place (Harrington & Stevenson, 2005).

3. Many formats of processes

Examples 6 and 7 illustrate a whole process of cultural mapping, illustrating that there are many formats of processes. 'Favela é Isso Ai' (no. 6) was a project focused on the slum communities located around the city of Belo Horizonte in Brazil (Libânio, 2019). The cultural mapping involved an extensive series of events for community engagement, drawing maps,

articulating and listing a wide variety of cultural resources and assets, communicating with each other, communicating with other slum communities as well as communicating to the centre city about the cultural richness in these communities. The initiative resulted in a series of publications, as well as a website, and electronic map. It is a good example of a very open, participatory process, which evolves into outputs that could have never been imagined at the beginning, including a broadcasting service to let others know of the cultural vitality of these communities.

'Mapping creative Darwin' (no. 7) is a qualitative GIS project, targeted to the creators of the city of Darwin in the north of Australia (Gibson et al., 2010). It involved different artists and creators being interviewed with a standard printed map to identify where they live, where they work and, in particular, the places that inspire them and are worked into their cultural creations. All the maps were scanned together, demonstrating the places that were particularly important to preserve and to take care of, places that were inspirational for the members of the city's cultural sector.

4. More than just a map

Examples 8, 9, 10 and 11 show some outputs of cultural mapping, that is, results from detailed processes of identifying, articulating, and collecting –collectively highlighting how cultural mapping can become much more than just a map. They include an urban art initiative with murals produced by street artists about sustainable development goals, the 'TOward2030' in Turin, Italy (no. 8); mosaics that have been created in the framework of locally resonant community art projects in Vancouver, Canada, namely 'Mosaic Creek Park' (no. 9) and 'Community Walls / Community Voices' (no. 10); a welcome bag to newcomers developed by the project 'Dig Your Neighbourhood' in Kelowna, Canada (no. 11), which aimed to articulate what is special about a community, to document this through a collection of items assembled or created in the project –including stories, histories, poetry, images and music, among other items– and to make the collection available for free to new residents that move into the neighbourhood.

5. Enabling community voices

The Citizens Atlas of London (no. 12) emerged from grassroots organisation around the Livingmaps Network, gathering researchers, community activists, artists and others with a common interest in the use of counter mapping for social change, public engagement, critical debate and creative forms of community campaigning. The initiative is about enabling community voices in places that the City of London has identified for future development. The goal is to enable current residents to have a say, to foster public discussions about the community and where people would like to see it going in the future. In this sense, cultural mapping is not only about the past and the current, but also can be about looking forward into the future, and having a space for these conversations about the aspirations of the neighbourhood to take place.

TABLE A. CULTURAL MAPPING: A DIVERSITY OF PRACTICES AND FORMATS

Examples of practices and resulting formats	Cultural mapping features
<i>Making information and perspectives visible</i>	
1. Invisible City / Australia	Feelings and places
<p>- A research project exploring how young people experience the city.</p> <p>- Obtaining teen and youth voices in understanding the city from their perspectives and how they feel in different places.</p> <p>- Based on walks with a cell phone app, and associated database for later analysis.</p> <p>Useful links / Sources:</p> <p>- InvisibleCity, Western Sidene University</p>	
2. URBiNAT – Vamos mapear junt@s! / Porto – Portugal	Subjective geography
<p>- Children identify their community, what is important to them, where, and make it publicly known.</p> <p>- Understand how participants see and envision the city.</p> <p>- Inspired by subjective geography.</p> <p>Useful links / Sources:</p> <p>- Géographie Subjective of Catherine Jourdan</p> <p>- Participatory activities of mapping with schools and children in the framework of the H2020 project URBiNAT</p>	
3. Mapa de la Ciudad Prohibida en los Distritos de Bilbao / Spain	Forbidden Cities
<p>Making more visible women's perspective on places of a high physical/safety risk for them.</p> <p>- Making this information more visible for public governing institutions and people in general.</p> <p>- A useful tool to promote positive changes.</p> <p>- Example implemented by the Bilbao Women's Council for Equality</p> <p>Useful links / Sources:</p> <p>- Mapa de la Ciudad Prohibida en los Distritos de Bilbao</p>	
4. El Mapa de las Huellas de las Mujeres y del Feminismo / Spain	Women's Footprint
<p>- A feminist historical perspective of restoring or making visible those places that are associated with women's struggles.</p> <p>Useful links / Sources:</p> <p>- Zaida Fernández</p> <p>- Consejo de la Igualdad de Basauri, Marinea – Casa de la Mujeres de Basauri</p>	

<i>Articulating personal attachments to place</i>	
5. Islands in the Salish Sea – A Community Atlas / Canada and USA	Artist-run and political project
<ul style="list-style-type: none"> - An archipelago of islands, approached by both developers and resource extractors. - Maps can be cultural, but also environmental and historical, including both public knowledge and personal history. - A chance for communities to communicate to public agencies what is special about those places, with changes expected to happen, or in the face of those changes to defend their place. <p>Useful links / Sources:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Harrington, S. & Stevenson, J. (Eds.) (2005). <i>Islands in the Salish Sea: A Community Atlas</i>. TouchWood Editions. 	
<i>Many formats of processes</i>	
6. Favela é Isso Ai / Belo Horizonte – Brazil	Series of cultural mapping events
<ul style="list-style-type: none"> - Series of events for community engagement, drawing maps, articulating and listing cultural resources and assets, communicating with each other, with other favelas as well as to the centre city about the cultural richness in these communities. - The initiative turned into a series of publications as well as a website, and an electronic map. - Very open process, which evolves into outputs that could have never been imagined at the beginning, including a broadcasting service. <p>Useful links / Sources:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Libânio, C. (2019). Cultural practices and social change: Changing perspectives of the slums in Belo Horizonte through cultural mapping. In N. Duxbury, W. F. Garrett-Petts, & A. Longley (Eds.), <i>Artistic Approaches to Cultural Mapping: Activating Imaginaries and Means of Knowing</i> (pp. 162-187). Routledge. - Organização Não Governamental Favela é Isso Ai 	
7. Mapping creative Darwin – Australia	Qualitative GIS project
<ul style="list-style-type: none"> - Different artists and creators being interviewed with a standard map to identify where they live, where they work and the places that inspire them. - All the individual maps were scanned together, showing the places that were particularly important to preserve and take care of, and that were inspirational for the cultural community and cultural sector. <p>Useful links / Sources:</p> <p>Gibson, C., Brennan-Horley, C., & Warren, A. (2010). Geographic Information Technologies for Cultural Research: Cultural Mapping and the Prospects of Colliding Epistemologies. <i>Cultural Trends</i> 19(4), 325-348. 10.1080/09548963.2010.515006.</p>	
<i>More than just a map</i>	
8. Toward2030 / Turin – Italy	Urban art initiative / murals
<ul style="list-style-type: none"> - In order to disseminate and promote the Sustainable Development Goals (SDGs), an urban art initiative by Lavazza and the City of Turin. - From the town centre to the outskirts, each goal has been illustrated by prominent street artists. <p>Useful links / Sources:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lavazza Group – Toward 2030 	

9. Mosaic Creek Park / Vancouver – Canada	Community art project / Mosaic
<p>- This park was named for the creative community art project that gives this space its most distinguishing feature.</p> <p>- The idea for this project came from the initial public design process for the park itself by the Britannia Neighbours group.</p> <p>Useful links / Sources:</p> <p>- City of Vancouver</p> <p>- Mosaic Britannia Neighbours by Kabu</p>	
10. Community Walls / Community Voices / Vancouver – Canada	Community art project / Mosaic
<p>- Over 300 volunteers representing a multicultural and multigenerational group worked with the artists for six months to design and create the mosaics in this project coordinated by the Native Education Centre.</p> <p>- The mosaics reflect the broad, multicultural community of Cedar Cottage and Trout Lake and highlight the Aboriginal community of East Vancouver. The theme of the work is Origins.</p> <p>Useful links / Sources:</p> <p>- City of Vancouver</p> <p>- Vancouver mosaic public dreams Flickr - Wendy Tanner</p>	
11. Dig Your Neighbourhood / Kelowna – Canada	More than just a map / Welcome bag
<p>- Creative writing and visual arts students created the package that includes: board game (local landmarks and trivia questions); book of poetry (celebrating trees); activity book for children (local flora and fauna); CD (music and soundscapes); calendar and postcards (student photography).</p> <p>- Residents and business owners were constantly supportive and engaged with the work.</p> <p>Useful links / Sources:</p> <p>- Eco Art Incubator, Dig your neighbourhood</p>	
<i>Enabling community voices</i>	
12. Citizens Atlas of London / United Kingdom	Citizens Atlas
<p>- In places in the city that have been identified for future development.</p> <p>- A space for conversations about the aspirations of the neighbourhood, through an ongoing creative project.</p> <p>- It emerged from grassroots organisation around the Livingmaps Network, gathering researchers, community activists, artists and others with a common interest in the use of counter mapping for social change, public engagement, critical debate and creative forms of community campaigning.</p> <p>Useful links / Sources:</p> <p>- Livingmaps Network</p> <p>- The Citizen's Atlas of London - YouTube</p>	

Source: Nancy Duxbury and Nathalie Nunes (CES-UC), URBiNAT.

CO-CREATING THE CITY WITH CHILDREN: THE URBINAT PROJECT IN CAMPANHÃ, PORTO¹

Gonçalo Canto Moniz

Departamento de Arquitectura, Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
gmoniz@ces.uc.pt

Fernanda Curi

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
fernandacuri@gmail.com

Vitório Leite

Departamento de Arquitectura, Universidade de Coimbra
Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto
vleite@arq.up.pt

RESUMO

In this text, we intend to analyze the creative process of children in a participatory project and investigate its impact on the co-creation of an urban project for the redevelopment of a public space in Campanhã, Porto. In the first moment, we explore the theoretical framework of the URBiNAT project and how it relates to the concept of creativity. Then, we describe the development and implementation of a set of activities carried out with children studying in the district. Finally, we provide a critical reflection on the obtained results and how they are integrated into the urban project process. Throughout the chapter, we frame the idea of creativity in architecture and how collaborative processes, based on a set of activities with children, can contribute to the emergence of doubts, ideas, and proposals, and generate more transformative and sustainable projects.

PALAVRAS-CHAVE

creativity, co-creation, children, schools, urban regeneration, nature-based solutions

¹ This paper is developed under the project 'URBiNAT – Healthy corridors as drivers of social housing neighbourhoods for the co-creation of social, environmental and marketable NBS' implementation', funded by the European Union's Horizon 2020 Research and Innovation Programme under Grant Agreement No. 776783. <https://urbinat.eu>

1. CREATIVITY, ARCHITECTURE AND PARTICIPATION

In Architecture, creativity is a process that implies a willingness to work towards a critical transformation of reality. In his book, *Creatività e Trasformazione*, architect Gregotti (2016, p. 47) has a discussion with anthropologist Marc Augé (2016) and with architecture students; in this context he states: “creative modification is a long-lasting project that establishes the idea of necessary innovation”. This perspective aligns itself, as explained in the book, with the proposal by Poicaré (Bertelli, 2016, p. 9), in which “creativity is the joining together of existing elements with new, useful connections”. In fact, the usefulness of Architecture, as outlined in the Vitruvian concept of *utilitas*, acts as a stimulus to the entire creative process, while also admitting other artistic, historic, social and environmental dimensions. Gregotti alerts the students of architecture to the dangers of the new, more specifically to the ephemeral and superficial innovation which the contemporary global world may offer to the creative process, and he challenges future architects to always consider local specificity and circumstance, interpreting the needs of the community, historical values and the characteristics of the anthropogeographic context.

The aim of this chapter is to analyse the creative process involved in the plan for a public space that is co-created with children. Firstly, the theoretical framework of the project will be looked at and how it relates to the concept of creativity. This leads to the second stage in which the creation of a group of activities with children is described, and finally the third stage in which there is a critical reflection on the results obtained, and the manner in which these are integrated into the process of planning the public space is described.

It is hoped that by this method the creative process can be integrated within the local community, so that the interpretation of the territory, the identification of needs and the actual construction of the proposals is developed by means of a dialogue between architects and citizens. This is not about “[...] making people take on responsibilities that are ours” –of architects– as Gregotti (Roda, 2016, p. 23) says, which is in opposition to the “participative” stance of for example Giancarlo de Carlo, but rather of working in a collaborative way with people who know, use and think about the territory, using instruments that belong to them. In fact, participative processes also aim to base the projects or planning on the creativity of the users and not just on the creativity of the architect, better still, they aim to construct a co-creative process involving a dialogue between all those who participate in the transformation of the territory. These processes are therefore developed by teams of scientists, social scientists, artists and spatial technicians for the purpose of promoting the construction of “creative narratives”.

2. CO-CREATION WITH CHILDREN

The participative project has as its principal objective the involvement of the community in the process of the transformation of reality. This involvement brings up a variety of different challenges. Firstly, the quality of that involvement, which leads to the establishment of levels

or steps of participation, identifying the different steps that are to be reached, from information to empowerment (Arnstein, 1969). Secondly, a diversity of participants to reflect the local population as well as interested groups (stakeholders) and institutional partners, ensuring a balance relative to sex, age, race and specificity to ensure that the process is inclusive. Thirdly, the quantity of participation, which must be considered throughout the process, with times in which there are large amounts of participation and others when work is carried out in small groups working closer together, including the creation of stakeholder advisory boards made up of the different people involved.

This is the context of the interest in the involvement of schools and their students, given the potential that they bring to participatory processes in relation to quality, diversity and quantity. Schools do in fact have strong roots in their local communities, especially primary schools which have close physical and emotional ties with local families. Involving the school therefore signifies involving the community in the co-creation of solutions to fit their needs and dreams, simultaneously contributing to an education that is open to the challenges of society. Education that is centred on the problems of society and focused on the child permits the development of a process of learning by direct experience, providing tools for the development of personal skills and self-discipline (soft skills). This perspective promotes a more democratic education, in which the child learns by doing, as proposed in 1916 by Dewey (1959, p. 204). According to Dewey, when learning by doing and using creativity it is possible to go beyond the recognition of the things we see, hear, smell, taste or touch. Rather than simply recognizing them, we start to perceive them. As he says, “what one can understand are meanings, and not only events or existence” (Dewey, 1934). Perception is therefore to give meaning to what we feel and to participate in its meaning.

The participation of children in these processes for the transformation of their territories, whether in their schools, neighbourhoods or cities, is part of a slow process of democratic education. These educational ideas, put forward by progressive educationalists such as Dewey, Montessori, Anísio Teixeira and António Sérgio, have not yet, even today, been implemented in their full sense.

In Architecture, Peter Hübner put forward a series of projects for schools in the 1980s and 1990s which involved students as designers and builders, in order to create a world that consisted of a shared vision. According to Jones (2014), “Peter Hübner eschewed the role of design dictator in favour of something more like circus ringmaster, gaining inspiration from place and people, directing events as they unfolded, and coordinating a multiple and unpredictable creativity”. The participatory projects that Hübner implemented, as with those put forward by Sanoff (2010), among others, are open-ended processes in which the creativity and experience of the young users allows the enrichment of the transformative aspect of the project, challenging the architects to develop what Teddy Cruz (Yıldız, 2009) calls critical proximity, as well as creating a feeling of belonging by the community.

This multiple and unpredictable creativity which emerges from a dialogue with users, particularly with children, must be explored throughout all the phases of the co-creation project, from diagnostics to design, construction and evaluation, so that their contribution is recognizable and taken on by all, ensuring its impact on the space as well on the

development of the child. According to Jones et al. (2013, p. xiv), “Participation effectively addresses this gap through involving the user in the early stages of architectural production, leading to an environment that not only has a sense of ownership but is also more responsive to change”.

The involvement of children in the construction of their cities is an idea that is also accepted by UNICEF (2018, p. 55), which emphasizes the impact this approach has on structural transformation:

From vision to strategy to implementation, children and young people will ensure that projects lead productively to structural change. Also, co-production will make children feel ownership of the process and of their city experience, and as adults will be more likely to continue to develop the culture of child responsive planning. From the beginning, children’s participation in urban planning is the best investment for short-term results and for the long-term perspective.

The project Co-design with kids – a toolkit for designers (*Co-design*, n.d.) establishes a project path that integrates a design-thinking methodology that is adapted to children. This project complies with the framework of skills set out for primary education and enables children to stay active, making use of a wide variety of tools and involving the recycling of knowledge and skills. The intention of this project is to show the children that they have freedom of choice relative to the design process, at a level of intensity that allows them to concentrate on trying out the feeling of power in decision-making and transformative action.

When using these tools it is of fundamental importance to understand the intentions and premises of the design process and to understand that these experiences may reach far beyond the transgressive qualities of creative design or of its capacity to cross borders into new territories, although this characteristic must be distinguished from the potential to transform that the process itself may cause (Birch et al., 2017).

The study by Birch, Parnell, Patsarika and Sorn, based on 16 interviews of 16 designers who worked with children, states that almost all, without exception, identified the capacity of the children to think and act outside of the societal norms that so restrict adults (Birch et al., 2017). Almost all the designers involved recognized that this work permitted them to develop new, more active and open methods of communication, which can also be used in activities with adults. On the other hand, some of those interviewed pointed out the difficulty in keeping the activities focused on the desired path and the importance of planning the tools in order that sessions held with entire classes of 20 or 30 children remain on focus.

From these experiences we can conclude that the co-creation of spaces, buildings or cities with children is an opportunity to promote a more transgressive process of transformation due to the creative freedom involved, but also a more sustainable process, as it takes into account local needs and because of the feeling of belonging that is generated in the community.

3. CREATIVITY FOR A HEALTHY CORRIDOR IN PORTO

The involvement of children in the process for the co-creation of healthy corridors for the regeneration of urban areas with large societal challenges is one of the aims of the URBiNAT project, which is active in 7 European cities and is financed by European Union H2020 funding. In each of these cities, the project brings together a team of academics from the fields of urban planning and social sciences, together with municipal technicians, to implement an urban living lab together with citizens and local associations, thereby creating a community of practice and interests for the development of the healthy corridor, as well as to gain methodologies and tools that will allow for the resolution of challenges in the future.

These healthy corridors are also intended to connect urban areas by means of nature-based solutions, centred on the human dimension. To this end the green corridors need to be rethought in terms of the material and immaterial solutions that have an impact on community wellbeing and which create conditions for effective participation in the co-creation process in each territory (Moniz & Ferreira, 2019). Given that the URBiNAT areas of intervention are located in social housing neighbourhoods on the outskirts of cities, dialogue with the school community, students, teachers and parents creates the needed conditions for the full and effective involvement of the resident population. The population living and working in the study area was also involved during the different phases. They took part in public events which were open to all ages, as well as in more specific events aimed at adults, which ran parallel and in compliment to the activities with the children. Those activities will not be analyzed in this chapter.

How then to engage younger citizens in the processes for the co-creation of cities? How can children, with their young, fast, purposeful minds best be encouraged to visualize improvements to the spaces in which they live? How can we involve children, teachers and families throughout the different stages of the project? These questions were used as the basis for a process of participative learning among technicians, teachers and children.

The URBiNAT project has constructed a co-creation process that is divided into four stages – co-diagnostics, co-design, co-implementation and co-monitoring (Figure 1). At each of the stages the children are challenged to participate in a variety of activities, which are taken from a programme designed for them, known as “URBiNAT Schools”. Even though all the URBiNAT cities are involving schools and children from their study areas, we will be focusing on the case study of Campanhã, a parish in the city of Porto, that was developed with the local partners of Municipality of Porto, Domus Social, BIOPOLIS and the transversal partner GUDA.²

² We thank to Porto Local Taskforce for the co-organisation and co-implementation of the activities presented and analysed in this text, namely Ana Ferreira, Marta Pinto and Pedro Pombeiro (Porto Municipality), Joana Restivo and José Ferreira (DOMUS); Beatriz Truta, David Campos and José Miguel Lameiras (BIOPOLIS), Américo Mateus, Susana Leonor and Sofia Martins (GUDA) and our colleagues Nathalie Nunes, Beatriz Caitana, Isabel Ferreira and Sheila Holz (CES).

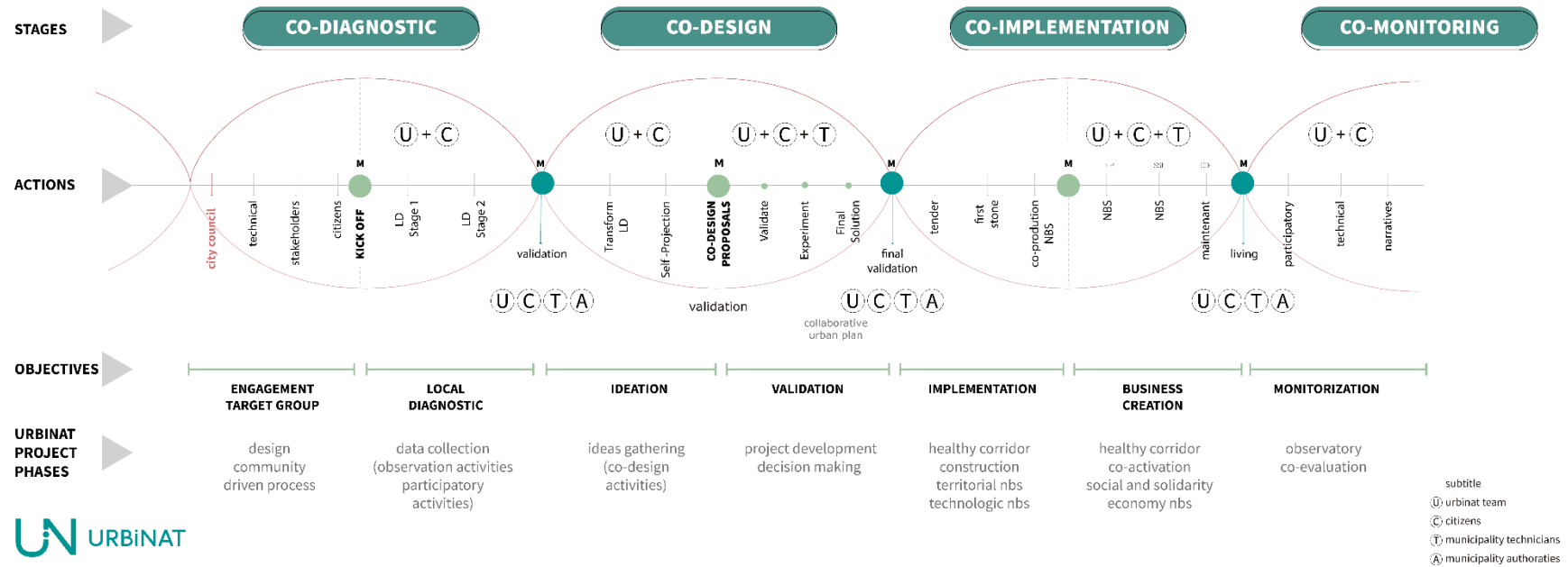


FIGURE 1. DIAGRAM OF THE URBINAT CO-CREATION PROCESS

Source: Moniz (2021), design GUDA.

A group of objectives and activities for participation was constructed for each of the co-creation stages (Figure 1) using specific methods and tools, for the purpose of exploring an in-depth process of the involvement of children in the co-creation of the solutions to be included in the healthy corridor. These solutions resolve concrete necessities of a territorial and environmental character, but also promote immaterial necessities that are educational, cultural, social and economic in nature, as well as aiming to build an integrated approach to planning. The following table identifies objectives for each of the stages, which are not always sequential:

TABLE 1 – RELATIONSHIP BETWEEN THE STAGES OF CO-CREATION AND SPECIFIC OBJECTIVES

Co-diagnostics	Co-design	Co-implementation	Co-monitoring
Perception of the territory	Involving the children in URBiNAT	Supporting implementation of the ideas	Evaluating the process of participation
Knowledge of NBS	Motivating the children to design collaboratively	Auto-construction of solutions	Perception of the improvements in space
Dreaming of the transformation of reality	Constructing scenarios and ideas (visualization)	Using the space to learn	Supporting maintenance of the solutions
	Developing the proposals collectively (design)		

Source: URBiNAT

The URBiNAT project has been underway since 2018 and will finish in March, 2024. Because of this we are looking at the first two stages only: co-diagnostics, carried out between February and November 2019; and co-design, which began in December 2019 and ran to April 2021. Since September 2021, after the last COVID wave, the project is developing the co-implementation stage.

4. CO-DIAGNOSTICS: PERCEIVING, KNOWING AND DREAMING

During the diagnostics phase we created activities for participation in three primary schools (Corujeira, Falcão, Cerco) for all students (around 150 students in each school) with the aim of integrating them in the URBiNAT project co-creation process and of analysing the territory. This relates specifically to the public space, and is carried out by means of group walks (Walkthroughs), workshops using photographs (PhotoVoice) and mapping activities (mapping).

The activities related to participation were designed in accordance with URBiNAT project protocols, but were adapted to the local context of participation and to the experience held by the different schools. In order to create synergies with the schools, the students also presented their own educational projects related to the environment, society, culture and the city. This sharing of knowledge permits the construction of a collective space of collaboration, which we call a community of practice and of interests. Events are organized with the schools for this purpose, and involve the teaching staff and the parents' association, aiming to involve the family members of all the students including brothers and sisters, parents and grandparents. This level of liaison between the teachers and the family widens the impact of the activities on these social groups, as well as ensuring that the activities are suitable and appropriate for the needs of the children. Activities were planned to have a wider scope and so included a group of local citizens and associations who were also involved in the organization of events, so that their knowledge of the area of intervention could also be included in the project.

The collaborative diagnostics (co-diagnostics) of the study area carried out by the primary school children had three main objectives: a) perception of the territory; b) knowledge of the NBS; c) dreaming of the transformation of reality. These three objectives did not necessarily mean that activities had to be organised sequentially, rather that they could be developed into a group of cognitive activities that would enable stimulation of the creative process in the children. The programme in all three schools took place over a period of one day. It started with a brief presentation and introduction of the URBiNAT project, in order to connect the children to the themes of the environment and regeneration of the public space. This was followed by a longer period in which activities were carried out, and finally by a period of closure, in which the collective and community work was celebrated.

5. PERCEPTION OF THE TERRITORY

Analysis of the territory was carried out to stimulate the sensory and cognitive perception of the children via their direct and indirect interactions with reality, specifically by interacting with the public spaces in the study area. This interaction was considered suitable for activating the children's creativity by means of individual actions as well as by means of collective interaction with other children. A variety of activities were therefore designed, supported by URBiNAT, local partners and by the children themselves:

- A walkthrough –walking through the area of study– with comments at several points along the way, carried out in groups of 10 children and two monitors. At each of the previously determined key locations the children were invited to reflect on what they most liked, what they liked least, and what they would like to change about that place (Figure 2).
- Photographs of the area of study (PhotoVoice) to stimulate the children's memories and a critical reflection on the reality that is represented in the image. In this exercise the same questions were asked: what do you like most? what do you like least? what would you like to change?

In the three walking routes and the three activities with photographs that took place, the perceptions made by the children were recorded by category: nature, mobility, culture, sport, leisure, identity, community, belonging, life experience. Perceptions were often very close to needs, revealing a realistic assessment of the territory. The children like nature (trees, plants, gardens, vegetable plots), animals (dogs, cats, birds) spaces (school, renovated buildings, spaces for playing and fields for sports). The children also identified the aspects that they do not like (dirt, lack of trees, lack of pavements on the streets, lack of walking routes, lack of areas for playing, lack of safety, lack of lighting, lack of places to be with other people, the smells from flowers, noise, badly parked cars). Finally, they identified improvements that they could make (renovating abandoned spaces, renovating the children's play area, renovating the sports field, planting more trees, creating routes for bicycles, a park for dogs and cats, benches for sitting, etc.).



FIGURE 2. WALKING ROUTE IN THE FALCÃO NEIGHBOURHOOD, PORTO, JUNE 2019

Source: Maças de Carvalho

6. KNOWLEDGE OF NBS

The aim of the URBiNAT project is to promote urban regeneration by means of nature-based solutions (NBS). As a starting point, a catalogue was created containing a set of NBS that

have already been tested by the different partners in order to inspire the process for the co-creation of specific solutions for each city. These solutions were organized into four categories: territory, technology, participation and social and solidarity economy (Conserva et al., 2021). An activity was carried out in the schools to introduce these concepts, to identify the NBS that the children knew and liked, and finally to ask the children which NBS they would like to have in their healthy corridor in Campanhã. With these objectives in mind, A3 posters were printed with images representing NBS, and the posters were put up on a line, similar to a clothesline (Figure 3). This activity generated discussion among the children on the importance of each NBS, which allowed them to assimilate the concept which was both new yet familiar. The children wanted to implement, in descending order, paths for walking and cycling, forests of native trees, a hydroponic greenhouse, a community compost solution, the creation of a Superbarrio app/game, houses for making bread, solidarity markets. It is interesting to note that the choice of solutions resolves the perceptions and needs identified by the children in the previous activity.



FIGURE 3. EXHIBITION OF NBS, CORUJEIRA PRIMARY SCHOOL, PORTO, MAY 2019

Source: Carlos Barradas

7. DREAMING OF THE TRANSFORMATION OF REALITY

The transformation of reality can first emerge by means of the understanding that there is a need, as well as by the mapping of uses and feelings, which permits the activation of dreams (real or unreal) of a better world.

The URBiNAT project has therefore brought together a set of activities to allow these actions to be brought to fruition:

- Mapping of uses by means of an interpretive map of the study area, in which children place stickers of the activities that they carried out in the different spaces represented.
- Mapping of feelings that the children have in relation to the spaces and the community (Figure 4).
- Design of a dream that they have for their communities, with representations of public culture and leisure facilities, houses, nature and feelings (amusement parks, swimming pools, theatres, cinemas, lakes, hill with a piano, a neighbourhood that is pretty, cleanliness, always being with parents, nature, aromatic gardens, libraries, fruit trees, constructed climbing walls, a house to help people, houses for everyone, happy boys and girls, greater level of safety, etc.).



FIGURE 4. MAPPING, CERCO PRIMARY SCHOOL, PORTO, JUNE 2019

Source: Carlos Barradas

These activities (Table 2) revealed how the physical and social space is perceived by the children, and the critical awareness that children between the ages of six and 10 have in relation to the territory they inhabit. The proposals that emerge from their dreams are level-headed and demonstrate a profound knowledge of the privations experienced by their community. The perception that children have of their territory permits the construction of a table of reference for the public space that combines an understanding of the territory in relation to its environmental, cultural, social, sporting and educational dimensions. We are

in fact not dealing with quantitative diagnostics (Table 3), based on statistical data and technical surveys, but rather on qualitative diagnostics, carried out in collaboration and dialogue with the community and which brings the experience and knowledge of the community about the reality in which they live, into the light.

TABLE 2 – RELATIONSHIP BETWEEN THE THREE OBJECTIVES OF CO-DIAGNOSTICS WITH CREATIVE PROCESSES

Co-diagnostics		
Perception of the territory	Knowledge of NBS	Dreaming of the transformation of reality
Walk through the study area	NBS hanging in the trees	Mapping usage
Photography of the neighbourhood		Mapping of feelings
		Designing the dream
Interaction with the space	Experience of usage of the space	Learning through experience
Sensorial reaction to the space	Awareness of the values to be integrated into the space	Development of abstract thinking
Memory of the space	Capacity to relate the reality to concrete solutions	Relating spaces and values
Critical reflection on the space	Capacity to adapt	Capacity to imagine the future
Values to be preserved		

Source: Moniz (2021).

TABLE 3 – RELATIONSHIP BETWEEN THE THREE OBJECTIVES OF CO-DIAGNOSTICS WITH THE RESULTS OF THE ACTIVITIES

Co-diagnostics			
	Perception of the territory	Knowledge of NBS	Dreaming of the transformation of reality
What I like	nature (trees, plants, gardens, vegetable plots), animals (cats, dogs, birds) spaces (school, renovated buildings, spaces for playing and sports)		
What I don't like	dirt, lack of trees, lack of pavements on the streets, lack of walking routes, lack of areas for playing, lack of safety, lack of lighting, lack of places to be with other people, the smells of flowers, noise, badly parked cars		
What I want	renovation of abandoned spaces,	paths for walking and cycling, forests of native trees, hydroponic greenhouses, a community compost solution, Superbarrio app/game, houses for making bread, solidarity markets	public culture and leisure facilities, houses, nature and feelings (amusement parks, swimming pools, theatres, cinemas, lakes, hill with a piano, a neighbourhood that is pretty, cleanliness, always being with your parents, nature, aromatic gardens, libraries, fruit trees, constructed climbing walls, a house to help people, houses for everyone, happy boys and girls, greater level of safety, etc.)

Source: Moniz (2021).

8. CO-DESIGNING: TRANSFORMATION, IDEATION AND DEVELOPMENT

Once the project had started, we challenged one class of 25 children from year 3 (aged eight), from each of the four primary schools, to work in greater depth on work already carried out in the previous phase. The objective was to co-design solutions that would meet the real needs of the children in relation to the school space as well as the surrounding territory, by means of a set of activities that they could participate in (Table 4). The activities were organized along the same lines as those referred to in the previous stage relative to appropriacy to the educational context of each school, with preparation and activities being monitored by a teacher and authorized by the parents. “Activities” refers to the actions carried out by the project team with those classes. Activities in each school were carried out with four objectives in mind: to involve the children in the URBiNAT project; to motivate the children towards collaborative design; to construct scenarios and ideas (ideation); and to develop proposals collectively (design). The two first objectives were carried out by means of a preparatory activity (pre-workshop) which took place during an afternoon in each of the schools. The last two objectives were worked on by means of a second activity (workshop) held over a morning, involving a walkthrough between the primary school and the secondary school, in which the URBiNAT project has a work room, which we call the living lab.

TABLE 4 – RELATIONSHIP BETWEEN THE OBJECTIVES, ACTIVITIES AND CREATIVE SKILLS DEVELOPED

Co-design			
Transformation	Self-projection	Ideation/visualization?	Design
Involving the children in URBiNAT	Motivating the children to design collaboratively	Constructing scenarios and ideas (ideation)	Developing the proposals collectively (design)
Introduction to URBiNAT	Observation of the playground	Walkthrough between the primary school and the secondary school	Collective design of the walkthrough carried out
Home-school route	Fortune-telling game		Fortune-telling game
			Neighbourhood game
Learning new concepts	Capacity to observe	Observation of the public space	Maquette of the intervention area
Integrating your cultural identity	Learning to see	Recognition of spaces, objects and people	Finding solutions for the challenges posed by the reality
Integrating specificities of the group	Selecting the elements to be recorded	Sharing knowledge of the reality	Thinking collaboratively

Source: Moniz (2021).

9. INVOLVING THE CHILDREN IN URBINAT

The first stage involved a one-hour activation period at each school in the form of a mini awareness-raising workshop. This provided a brief introduction to the URBiNAT project in the classroom in order to involve the children in the concepts (nature, urban, healthy) and the participative methodologies and objectives of the healthy corridor. Another aim was to highlight the importance of the rights of children in thinking about and reformulating the city in which they live. In each of the four schools, URBiNAT found groups that were very different from each other but which were equally motivated to think about their school space and their territories.

In one of the schools Cerco do Porto, the work carried out with a group of Roma children permitted exploration of their creative universe, within the framework of their strong cultural identity. For this reason, it is not possible, nor desirable, to homogenize participative processes or create a manual to be replicated in different contexts without taking all the specificities into account, whether this is the cultural context of the participating group, or weather conditions, for example.

In another school Falcão, the first activity was held with a group of 17 children, five of whom had functional specificities. We made a brief presentation of the URBiNAT project, and invited the students to map the route between their primary school and the secondary school, a walk which took place the following week, using string and pins in the form of a simplified maquette (Figure 5). URBiNAT is thereby introduced together with an introduction to the territory in order to help consolidate the children's urban references.

At yet another school (São Roque), we asked the students to draw the route from their house to school, and to include what they considered to be of greatest importance, what they see, what they like, and what they would change. It was found that the majority of the students get to school by car (13 out of 25); five students walked; five students came by bus; and that there are students who do not know where they live, just how they get to school. One of the students was clear in their drawing: between two buildings, a car and a tree, and a phrase: "I go by car but I would like to walk". Even though many students who walk to school had difficulty in drawing their route, some of those who went to school by car mentioned that they spent the journey time on the smartphone, so they didn't know which places they were passing. Other observations made by the team: almost all the children drew their route in a linear manner; very few represented a specific theme/place, and generally they made use of different forms of representation, those who went to school by car focused on drawing the car itself, the street, the traffic signs, traffic lights; among points of reference (home-school) the majority identified (by drawing or labelling) places that they recognized: shops, services, other schools; the majority drew natural elements during the route; the sun, flowers, trees, animals; some drew the people they walk with (family, friends...).

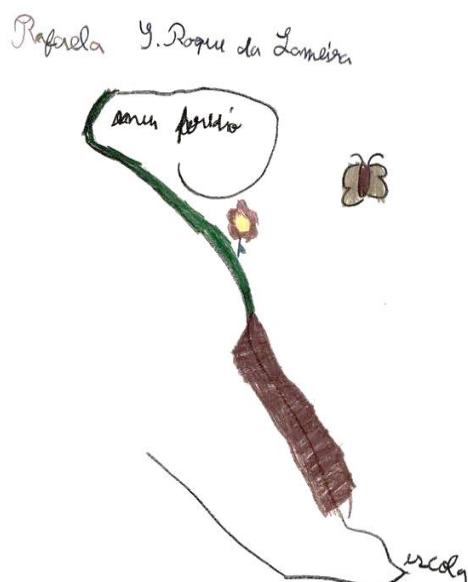


FIGURE 5. DRAWINGS OF THE HOME-SCHOOL ROUTE AND CLASSROOM ACTIVITY, DECEMBER 2019

Source: Joana Restivo

10. MOTIVATING THE CHILDREN TO DESIGN COLLABORATIVELY

The second stage is intended to motivate the children to design collaboratively by means of an exercise involving the observation of a common space –the school playground– and looking at “what is good” and “what could be improved”. In larger classes, the students were separated into groups and took part in activities simultaneously, such as drawing (or describing) the route from their house to school, or marking on a maquette the route that we would take in the following activity.

Observation is a fundamental stage of the creative process, in which the participant develops the capacity to observe, to learn to see, so that they can then select the elements that they are going to record. The children were therefore challenged to draw and to write, using tools that they like and which they have mastery over. For this purpose, the children were organised into groups of two, and each group received a clipboard with sheets of white paper, and a pencil. It was interesting to see how an object as simple as a clipboard could make a difference to the children, allowing them to take on the role of the small architect or urban planner that they each have inside them.

In one of the schools (Corujeira), many children made important and very specific observations, such as the possibility of enlarging access to the playground which is currently carried out by means of a small corridor and a door with metal grids, on the issue of rubbish (lack of suitable bins for collection and recycling), on the issue of vegetable plots and gardens

(these exist, but are not maintained); and the problem of the children's play area, which is not suitable for older children. When analyzing the drawings, it was interesting to observe the different ways of seeing and interpretation, with some children choosing a more concrete approach, "they should allow balls/basketball; they should clean the floor, they should remove the cobwebs, they should sweep the leaves from the playground, they should put in a swing, etc.". Another pair opted for a more poetic tone, creating a duality "wall-ruined; handrail-broken; net-fallen; gate-ruined". A third pair revealed an environmental consciousness: "Vegetable plot next to the school", "recycle", "bring together the city and nature". In that school, all the pairs opted to write and not to draw. The class carried out an activity during the week involving the game known as "Cocas" (an origami-style fortune teller),² which was used to summarize the issues recorded and the proposals made: improvements to the vegetable plot, to the garden and to the children's play area, which are small and could be bigger, to have more flowers and plants; the broken dustbins could be replaced by recycling points; the roof covering the area used for gym lessons should be replaced by a gymnasium "so that we could exercise when it rains"; replace the broken basketball net; change the entrance to the school, which is small and dangerous. It would be better to enter the school via the side street, which accesses the school playground; create a tiled panel which could improve the "ruined" playground wall. The listing of the points that need improvement identifies a group of ideas and demands related to the concrete situation of each school.

At another school (Cerco do Porto), using the same method, students listed a set of proposals for their playground by means of drawing and writing: "fruit trees (orange, apple and pear); vegetable plot with greens and a lot of food; a drinking fountain; a dustbin on the playing field; paint the school; fit a new gate, a bar, a climbing wall, tidy up the wall, a new play area, animals, a new garden, plant flowers, clean and improve the school, make the slide bigger, fit four swings into the play area, add a trampoline, gymnasium, a pavilion for gymnastics, benches to rest on, benches next to the playing field, a basketball court, cutting back the weeds, buying nets and a new ball" (Figure 6).

² The "Cocas" game –known as Fortune Tellers in English– is also known as "quantos queres" in Portugal, and in Brazil as "vai e vem", "abre-fecha" or "come-come". It consists of a type of origami construction that opens and closes to show numbers or drawings that contain below them, when opened, a secret, a reply or a task to be carried out.



FIGURE 6. PARTICIPANTS DURING A BREAK, AND NOTES TAKEN BY ONE OF THE STUDENTS OF THE CERCO DO PORTO PRIMARY SCHOOL, JANUARY 2020

Source: Vitório Leite

At another school (Falcão), the group included students with special educational needs who participated actively, with the support of their own classmates who help and take care of each other. Some students preferred to draw, and others to write, about what it is that they liked about their playground and also about the school's surroundings, such as the organic allotments of the Horta Oliveira, which is next to the school and visible through the fence: "There could be plants around the trees and play time could be more colourful, and the allotments could be more colourful, and I like the allotments and play time. There could be more trees, a slide above a tree, the school could be cleaner, the floor could be different and not made up of stones; a football pitch, it could have toys and more trees, the bathroom should be cleaner".

At the fourth school (S. Roque), in the activity with the clipboards, the students give value to the flooring around the school, and make proposals for alterations (Figure 7). In most of the drawings, the students show that they would like to change the flooring around the school (more grassy areas, a sand pit...). They draw the activities that they carry out during the break (running races, going around the school building) and have proposals: almost all the students drew equipment for a children's play area and for drinking fountains.



FIGURE 7. DRAWINGS FROM THE PLAYGROUND ACTIVITY

Source: Vitório Leite

11. CONSTRUCTING SCENARIOS AND IDEAS (IDEATION)

The second stage of the activity, a walk from the primary school to the secondary school of the parish of Cerco do Porto, was meant for observation and recognition of the public space between the two schools. The secondary school contains a room very kindly provided by the school board for use by URBiNAT.

As the previous week the students had already carried out observation of the playground, their common space within the school, the proposal was now to extend that observation to the common space outside of the school: the streets, alleyways, squares and gardens... The students suggested a route that went through the neighbourhoods of Falcão, Cerco do Porto and by the Ilhéu housing estate, which allowed them to identify their own houses and small shops run by friends and family members, as well as their plots on the council run Horta da Oliveira (Oliveira urban farm) allotments. It must be noted that the children were very aware of the difficulties of the route and the presence of rubbish on the ground in some stretches, at the same time as suggesting more places to play and children's play areas, particularly in the Corujeira square, for which they suggested elevated platforms at the top of the trees for tree-top walks.

The walk took a little over an hour, and the children seemed happy to be out on the street on a sunny day, and were enthusiastic and interested in showing their classmates the places that they knew (shops, cafés, hairdressers), as well as pointing out the more informal paths and short cuts they were familiar with, commenting that these were in very poor condition (Figure 8).

At the Cerco do Porto primary school, the students suggested a walking route passing through Pêgo Negro and Tinto river, places which they went to in the summer and which they wanted to show to us and to the teacher, but it was raining so hard that we had to go directly from the primary school to the secondary school. On the way back to the primary school, the rain had lessened and we were able to go inside the housing estate. The children showed us their houses and their favourite places, which they had mapped, such as the little market and the court for sports.

On the route between São Roque primary school and the secondary school, the students showed enthusiasm and interest in sharing the locations that they knew and went to (streets, shops, grocery stores), as well as their own houses or those of family members. They made comments about the trees and areas planted as gardens and/or the types of paving used in the streets.



FIGURE 8. WALKING ROUTE IN THE AREA OF INTERVENTION AND COLLECTIVE DRAWING, CORUJEIRA PRIMARY SCHOOL, DECEMBER 2019

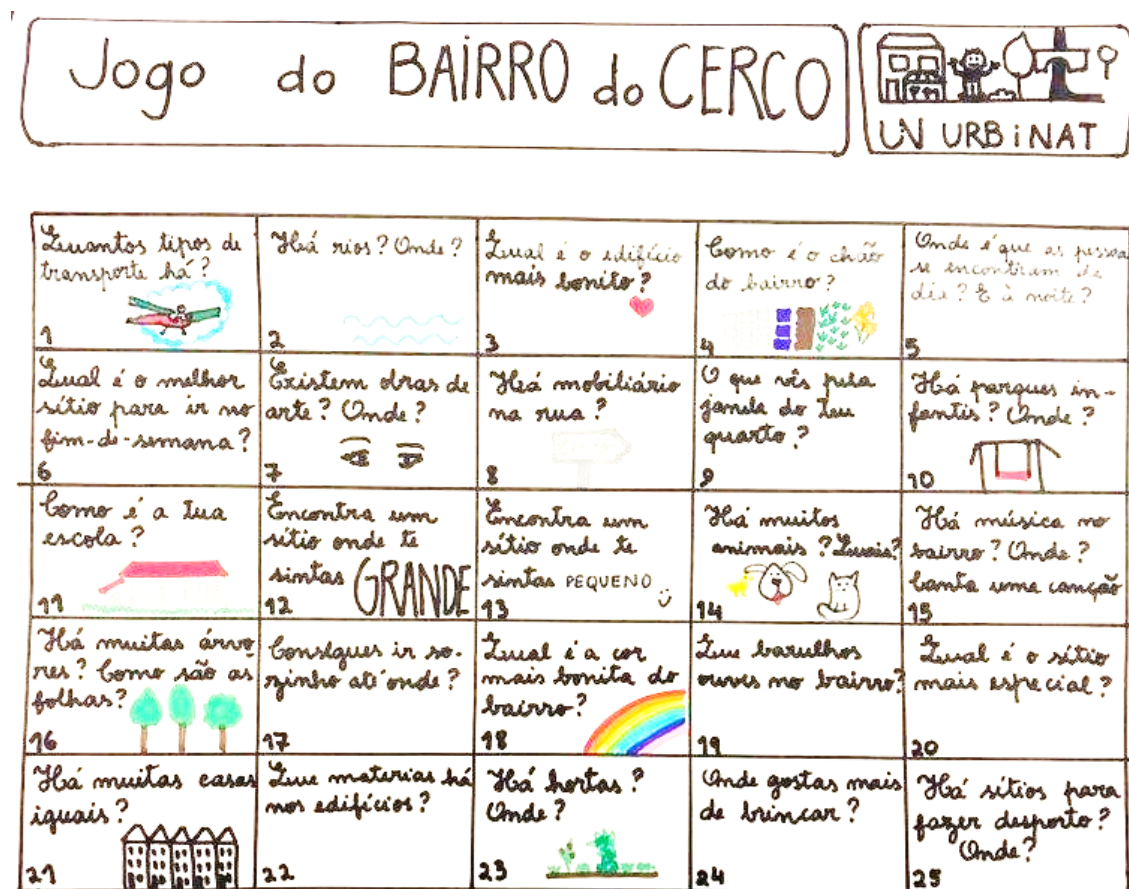
Source: Fernanda Curi

12. DEVELOPING THE PROPOSALS COLLECTIVELY (DESIGN)

For the three schools with which it was possible to hold the second stage of the activity – the walking route between the primary and secondary school – Cerco do Porto, Corujeira and São Roque – distinct tools were used to develop the suggestions collectively. With the students from Cerco do Porto primary school, which involved a smaller class, we played the Cerco neighbourhood game,³ prepared by facilitator Ângela Fernandes, and we mapped some of the places that are most visited by the students in the neighbourhood and surrounding

³ The Cerco neighbourhood game consisted of 25 questions which the children replied to in accordance with the card that they chose from the pile. As it was a simple game, drawn onto a piece of paper (as shown in Figure 9), the thing that seemed to attract the children straight away was the machine to shuffle the cards used in the activity. As the game advanced, with its questions and answers, involvement grew. Even though it was designed specifically for the Cerco school, the game was also used, to great interest, by the São Roque school, this time without the cards but using dominoes instead.

area. The questions in the game led to a debate and to finding locations on the map: “Which is the prettiest building? What is your school like? Are there a lot of trees? What are the leaves like? What can you see out of your bedroom window? What is the best place to go at the weekend? Where do you most like to play? Are there any children’s play areas? How far can you go on your own?”.



Bónus : O que gostavas de ter no teu bairro?

FIGURE 9. THE CERCO NEIGHBOURHOOD GAME

Source: Prepared by facilitator Ângela Fernandes

It is revealing that the places preferred by the students for spending the weekends are the Parque Nascente and Alameda shopping centres, which shows the necessity for the improvement of public spaces and their appropriacy for residents of housing estates. Other students also mentioned the Sunday market at Cartes avenue. The existent gipsy religious place was also chosen as one of the favourite places.

Inside the Cerco housing estate, where all the students lived, highlighted spots were the “ring” (with a football pitch, which contained a pile of rubbish when we passed by there on the return trip); the café/supermarket belonging to a lady named “Fatinha”; and on the other side of the avenue, the municipal pitch used by Salgueiros football club. Many of the students had fond memories of a swimming pool that was installed in the middle of the estate for a time in the summer, but which was later removed. The students also mentioned their own school as a place they liked, and many also recounted the trips that they had made, many of them on their own, to Pêgo Negro and to the Lagarteiro estate (where many of the children have family living), and to the Oriental city park.

For the 25 students at the school, we suggested a collective drawing. We arrived at the school and the children were surprised by the continuous roll of paper set out on a large table, and at our request for them to collectively draw the route that we had just walked. At the start, they did not understand how this would be possible, and so we remembered together all the places we had passed through and attributed each place to one child, with the children divided into two groups. We reminded the children that it was important to think about the connection between one place and another, so that instead of making lots of different drawings we would make one single drawing only, which would give an idea of the route. We also allowed the children to change places if they wanted to and to help others with their drawings, which led to small conflicts such as when one of the girls drew a “museum of architecture” next to the Oliveira urban farm allotments, and the child who had drawn the allotments said that they didn’t want a museum there.



FIGURE 10. VIDEO OF THE COLLECTIVE DRAWING OF THE ROUTE

Source: URBiNAT (2020).

With the larger class, at the São Roque school, we created a small-group dynamic using the tools that we had already used in the previous schools, and added a maquette, which had been produced to be worked with as part of the different activities of the living lab. Once motivated, the children were divided into three groups to move between the three tables – the drawing table, the maquette table and the game table.

On the table for drawing the route, the children were generally reluctant to carry out a collective drawing and were initially resistant, finally establishing individual areas for each

drawing. They finished the activity however with much enthusiasm and satisfaction. The aspects that they valued most in relation to the route were their school, nature, animals and recycling street bins (ecopontos).

On the games table, the children took turns in pairs to play, with great happiness, the fortune telling game (Cocas), while the others played the neighbourhood game. On the maquette table, the students spent time identifying places, the route that they had recently walked, and in making small trees out of foam to highlight the green spaces (Figure 11). Confirmation of the success of the activity came in the form of an e-mail from teacher Rute Lourenço of São Roque primary school, the following week: “The activity was very interesting and important for them to be able to start understanding the environment that surrounds them [...] and once again I would like to thank you, it all went brilliantly”.



FIGURE 11. STUDENTS FROM SÃO ROQUE PRIMARY SCHOOL TAKING PART IN ACTIVITIES AFTER THE PRIMARY SCHOOL-SECONDARY SCHOOL WALK

Source: Fernanda Curi

13. DEVELOPING THE PROPOSALS COLLECTIVELY (DESIGN)

In the final phase of the co-design process, the ideas that came up throughout the activities were recorded and classified by the URBiNAT team, who tried to find common elements emerging from the four schools. This phase will also be complemented by new activities for participation that were delayed as a result of the COVID-19 pandemic.

Proposals will therefore be separated into those related to school recreation spaces, those related to the spaces between the schools and public spaces, and those that relate to the public space in the area of intervention.

- Improvement of the educational equipment for playing during breaks for recreation at school
- Improvement of the playgrounds at primary schools
- Pedagogical vegetable plots at primary schools
- Improvements to the entrances of primary schools
- Educational living labs in the healthy corridor (sensory garden)
- Activities of eco-building and urban agriculture
- Cleaning and maintenance of public spaces
- Centre for Environmental Education

These proposals reveal that eight-year-old students do in fact consider the specifics and circumstances of what is real, and seek to carry out a critical transformation of reality, in accordance with the recommendations of Gregotti who we have identified in the first part of this text. Perhaps it cannot be said that his proposals are “outside the box”, in that they are not extravagant, however, they reflect a strong progressive purpose founded on environmental education and healthy eating. These are proposals that strengthen the relationship with the community by means of public spaces, such as spaces for playing as well as those for learning, or for learning through play, as espoused by modern educational thought.

14. CONCLUSION

The experience gained by working with schools under the scope of the URBiNAT project has provided evidence of the potential of the city as a place of learning, motivating younger citizens to research and to question the realities that surround them, to observe with care those everyday spaces and places which often pass unnoticed, and to express them visually. These experiences have certainly encouraged new perceptions and reflections, both individual and collective, which may signify a first step towards the construction of new meanings, and towards a critical perspective on the type of city in which we want to live.

The trust of the school community was gained by means of the presentations and initial activities that took place at the schools, to get to know the habits, day-to-day customs, and needs of the students and teachers. At the same time that the project and its objectives were presented, we also made ourselves known as professionals and organizers of the sessions, revealing our own habits and ideas as well as some of the tools that we use regularly, such as drawing and observation.

A common terrain was created, which gave the participants the confidence needed to act more autonomously in the processes we were suggesting to them. The aim was to encourage the externalization and sharing of each person's individual creative moments, both in relation to the diagnosis of needs and problems, as well as in the proposal of ideas and theories for transformation.

Despite the definition of methodology and the initial preparation that was carried out for the sessions, flexibility and adaptability were still needed and were of fundamental importance, with dialogue and the sharing of ideas constantly at the forefront. This positioning had already been observed in similar events carried out previously in Porto in 1977 by the artist Elvira Leite (2019). Individual creative liberty was supported in this way, which enabled the taking of collective decisions, such as the choice of places to visit or proposals for drawings, which may have helped this small community to think about its surroundings and come closer to the environment of which it is a part.

This sharing was different from activity to activity, from school to school, but in all of these it was possible to note that initial doubts on what to do, how to draw or how to think gave way to theories and propositions, and also created more doubts, of how to change, how to transform and how to improve.

If the space which we inhabit is a collective and incremental process that is morphologically crystallized, by everyday socio-spatial practices (Brenner & Schmid, 2018), in order to improve and transform in accordance with the needs of the people who use and inhabit them, it would seem to be important to develop processes of design and decision-making that are fundamentally related to this (Petrescu, 2012), such as the one we attempted to carry out during these stages of the project.

It was from this idea of the close relationship –to be as democratic and transgressive as possible– that we tried to include the school in the creative processes of design and decision-making over the city to which it belongs, attempting to grow the relationship of these communities with the urban space so that they could contribute in a transformative and inclusive manner to the design and production of the urban space of Campanhã.

NOTES ON CONTRIBUTORS

Gonçalo Canto Moniz is Associate Professor at the Department of Architecture of the Faculty of Science and Technology of the University of Coimbra, where he presented his doctoral thesis in 2011 on Modern Teaching in Architecture, published in 2019 by Afrontamento and

FIMS. He is a researcher at the Center for Social Studies at the University of Coimbra and co-coordinator of the thematic line Urban Cultures, Sociability and Participation. He has researched and published on urban regeneration, modern architecture and teaching. Member of the coordination team for the European projects URBiNAT "Healthy corridor as drivers of social housing neighborhoods for the co-creation of social, environmental and marketable NBS", (H2020, 2018-2024) and "TRANS-Lighthouses: More than green - Lighthouses of transformative nature-based solutions for inclusive communities", (Horizon Europe, 2023-2026)

Fernanda Curi is a urban architect and museologist, Fernanda Araujo Curi works as a researcher and consultant in cultural, urban and social projects. PhD in Architecture and Urbanism from the University of São Paulo (2018) and Master in Museology from the Reinwardt Academie (Amsterdam, 2009). Guest PhD student at the École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS (Paris, 2017). Post-Doctoral Researcher/Teacher at the Faculty of Architecture, Urbanism and Design of the Federal University of Uberlândia, Minas Gerais (2018-2019). Post-Doctoral Researcher at the Center for Social Studies at the University of Coimbra, associated with the European project URBiNAT (Porto 2020-2021).

Vitório Leite is an architect from the Faculty of Architecture of the University of Porto. Between March 2011 and August 2012 he worked at the Mobil architects office in Santiago de Chile, working mainly in the area of urban planning and housing. He has worked in Porto since 2014, where he founded merooficina, with Catarina Ribeiro, an architecture, rehabilitation and urban planning office. He is a guest assistant for Project 2 at the Faculty of Architecture of the University of Porto and a researcher at the Department of Architecture at the University of Coimbra.

REFERENCES

- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Augé, M. (2016). Il qui e l'altrove ai tempi della globalizzazione. In M. Roda (Ed.), *Marc Augé, Vittorio Gregotti: Creatività e trasformazione* (pp. 35-44). Christian Marinotti Edizioni.
- Bertelli, G. (2016). Architettura e oltre. In M. Roda (Ed.), *Marc Augé, Vittorio Gregotti: Creatività e trasformazione* (pp. 5-12). Christian Marinotti Edizioni.
- Birch, J., Parnell, R., Patsarika, M., & Šorn, M. (2017). Creativity, play and transgression: Children transforming spatial design. *CoDesign*, 13(4), 245-260. <https://doi.org/10.1080/15710882.2016.1169300>
- Brenner, N., & Schmid, C. (2018). Elements for a New Epistemology of the Urban. In S. Hall, S. & R. Burdett, R. (Eds.), *The SAGE Handbook of the 21st Century City* (pp. 47-67). Sage.

“Co-design with kids – a toolkit for designers” (n.d.). Co-design with kids: a toolkit for designers. <https://studiolab.ide.tudelft.nl/studiolab/codesignwithkids/>

Conserva, A., Farinea, C., & Villodres, R. (2021). *URBiNAT - D4.1: New NBS Co-Creation of URBiNAT NBS (live) Catalogue and Toolkit for Healthy Corridor*. IAAC.

Dewey, J. (1934). *Art as Experience*. Perigee Books.

Dewey, J. (1959). *Democracia e educação* (G. Rangel & A. Teixeira, Trad.). Companhia Editora Nacional.

Gregotti, V. (2016). Creatività e modificazione creative. Em M. Roda (Ed.), *Marc Augé, Vittorio Gregotti: Creatività e trasformazione* (pp. 45-56). Christian Marinotti Edizioni.

Jones, P. B. (2014, October 14). *Learning Process: Justus-von-Liebig School, Moers, Germany, by Peter Hubner*. Architectural Review. <https://www.architectural-review.com/today/learning-process-justus-von-liebig-school-moers-germany-by-peter-hubner>

Jones, P. B., Petrescu, D., & Till, J. (Eds.) (2013). *Architecture and Participation*. Routledge.

Leite, E., Victorino, S. (2019). Excerpts from an interview with Elvira Leite, May 2016. In L. Almeida Matos & S. Lourenço Marques (Eds), *Pedagogy of the Streets, in Porto 1977* (pp. 108-113). Pierrot le Fou and La Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto.

Moniz, G. C. (Ed.). (2021). *URBiNAT - D4.2: Healthy Corridor Concept*. Centro de Estudos Sociais.

Moniz, G. C., & Ferreira, I. (2019). Healthy Corridors for Inclusive Urban Regeneration. *Rassegna di Architettura e Urbanistica*, 158, 51-59.

Petrescu, D. (2012). Relationscapes: Mapping agencies of relational practice in architecture. *City, Culture and Society*, 3(2), 135-140. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2012.06.011>

Roda, M. (Ed.) (2016). *Marc Augé, Vittorio Gregotti: Creatività e trasformazione*. Christian Marinotti Edizioni.

Sanoff, H. (2010). *Community participation in school planning: Case studie sof engagement in school facilities*. VDM Verlag Dr. Müller.

UNICEF (2018). *Shaping urbanization for children: A handbook on child-responsive urban planning*. UNICEF.

URBiNAT (2020, April 2). Collective drawing, Campanhã, Porto, Portugal. [Video] YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=dbPX57CJF-M>

Yıldız, S. (2009, November 19). *With Teddy Cruz on «Power» and «Powerlessness»* [Interview]. <https://archinect.com/features/article/93919/with-teddy-cruz-on-power-and-powerlessness>

PATRIMONIO, ESPACIO URBANO Y PERSPECTIVA DE GÉNERO

Carolina Quiroga

Universidad de Buenos Aires

arq.carolinaquiroga@gmail.com

RESUMEN

Los espacios patrimoniales no son neutrales e históricamente han sido valorados, legitimados y preservados desde una perspectiva androcéntrica. Esta mirada sesgada, ha omitido e invisibilizado la experiencia de mujeres y colectivos sociales minoritarios y/o minorizados –LGBTIQ+, infantes, personas mayores– y obturado su representación y acceso al patrimonio cultural. Este artículo analiza cómo se han construido los discursos hegemónicos en torno al patrimonio (androcentrismo, occidentalismo, conocimiento especializado). Luego expone las capacidades de los enfoques de género e interseccionales para revertir estos procesos discriminatorios en tres cuestiones: representación y memoria, participación social y re-diseño inclusivo. Finalmente, aborda el potencial de integrar la perspectiva de género en la educación vinculada al re-uso del espacio urbano.

PALABRAS-CLAVE

patrimonio, espacio urbano, perspectiva de género, educación

1. LOS DISCURSOS HEGEMÓNICOS DEL PATRIMONIO

El reconocimiento de la diversidad cultural, originalidad y pluralidad de identidades, como factor de intercambio, de innovación y de creatividad al patrimonio común de la humanidad, la expansión de los objetos y actores intervinientes en los procesos de patrimonialización y la prioridad de las cuestiones de género en la agenda a nivel mundial constituyen un contexto social, cultural y político que tanto erosiona las categorías tradicionales como introduce nuevas imágenes para abordar la dimensión del patrimonio cultural.

De patrimonio como concepto referido a los edificios antiguos, durante el siglo 20 y 21 se expande su significado para introducir otras escalas, épocas y la dimensión intangible. En la década del 60, la Carta de Venecia (Segundo Congreso de Arquitectos y Técnicos de Monumentos Históricos, 1964) introdujo el concepto de *Monumento Histórico* aplicado a obras arquitectónicas, sitios urbanos o rurales que han adquirido con el tiempo un significado cultural imbuidos con un mensaje del pasado de valor histórico y estético.

En la década del 70, en la Convención de Patrimonio Mundial definió como *Patrimonio Cultural* a monumentos, grupos de edificios y/o lugares cuyas propiedades son las más representativas, únicas e irremplazables en aspectos históricos, estéticos, científicos, sociales

y ecológicos (UNESCO, 1972). En la próxima década, la Carta de Washington señaló como *Bien Cultural* a las poblaciones o áreas urbanas históricas que constituyen la memoria de la humanidad y expresan su carácter histórico, estético, social, económico, político (ICOMOS, 1987). En los 90, la Carta de Burra asignó el concepto de *Sitios con significación cultural* a lugares con registro histórico de cualquier escala con valores estéticos, históricos, científicos, sociales o espirituales (ICOMOS, 1999).

En el siglo 21, se introdujo como categoría el *Patrimonio Cultural Inmaterial* ampliando el alcance de los testimonios físicos a aquellos aspectos intangibles que definen una sociedad – usos, representaciones, expresiones, conocimientos y técnicas– y representan un crisol de la diversidad cultural y la garantía del desarrollo sostenible (UNESCO, 2003). Se desarrollaron categorías como la de *Poblaciones y Áreas Urbanas Históricas* en los Principios de La Valeta para la salvaguarda y gestión de las poblaciones y áreas urbanas históricas (ICOMOS, 2011), el *Paisaje Urbano Histórico* en la Recomendación sobre el paisaje urbano histórico (UNESCO, 2011) e *Itinerario Cultural* en la Carta de Itinerarios Culturales (ICOMOS, 2008) que evidenciaron una mirada más compleja y multidimensional del patrimonio.

No obstante estos avances, los mencionados procesos de ampliación conceptual y evolución valorativa sobre que es patrimonio, es decir aquellos bienes materiales e inmateriales dignos de ser preservados, exhibidos y cuidados, han sido activados por una muy reducida parte de la sociedad y con el objeto de valorizar y legitimar una visión, un conjunto de imágenes y una experiencia de la realidad también parcial. El patrimonio no es un elemento neutral sino que como fiel reflejo de la sociedad donde se inserta reproduce las estructuras de poder patriarcales.

Desde la década del 70 las arqueólogas feministas (Conkey y Spector, 1984; Conkey y Gero, 1997) y en un período reciente los estudios críticos del patrimonio desde disciplinas como la arqueología, la historia del arte, los estudios culturales y los estudios de género han interpelado el origen, la construcción y los significados del patrimonio.

Un primer punto es que Patrimonio es una palabra fuertemente generalizada desde lo masculino. Del latín *patrimonium*, palabra a su vez compuesta por dos lexemas *patri* (padre) y *monium* (recibido) es decir lo que recibimos o heredamos de nuestros padres. Esto encierra en su significado más esencial un estrecho vínculo con el patriarcado.

Laurajane Smith presenta la teoría del *Discurso Patrimonial Autorizado* (AHD-Authorized Heritage Discourse). Dicho discurso, es decir el modo que se piensa y se entiende, así como se refleja y se constituye una práctica social, ha sido en base a percepciones y valoraciones masculinas occidentales de las clases sociales de élite que establecieron cómo el patrimonio era definido, identificado, valorado y preservado.

Según Smith, el patrimonio tiene género en general masculino que cuenta una historia centrada en el varón. La masculinidad del patrimonio determina la forma en que se define, se entiende y se habla del patrimonio y, a su vez, en la forma en que reproduce y legitima las identidades de género y los valores sociales que las sustentan. En el caso de la literatura, se destaca el nivel de omisión de los sitios y lugares de importancia para la historia y la

experiencia de las mujeres en los registros del patrimonio conservado o preservado y, en segundo lugar, el grado en que las historias contadas en los lugares y museos del patrimonio tienden a transmitir y legitimar los estereotipos de género de varones y mujeres.

Estos discursos autorizados han estado dominados por una perspectiva occidental, especialmente eurocéntrica y contruidos por especialistas procedentes de disciplinas como la arqueología, la arquitectura y la historia del arte. Esta forma de entender los bienes culturales ha privilegiado lo grandioso, lo monumental, lo antiguo, lo prestigioso como valores intrínsecos de dichos objetos. Espacio patrimonial era aquello certificado por un conocimiento masculino experto que, además, era el único encargado de velar por su conservación y asegurar su correcta transmisión a las futuras generaciones (Smith, 2008).

García Canclini interpela acerca de que justifica mantener una concepción de patrimonio basada en el valor excepcional y universalizable de ciertos objetos, ya que aproxima los estudios sobre estos bienes a las estéticas idealistas que valoraban las obras como objetos singulares, originales, y por eso con una capacidad única de representar el “genio” de sus creadores. Asimismo, que las actividades destinadas a definirlo, preservarlo y difundirlo, amparadas por el prestigio histórico y simbólico de ciertos bienes, incurren casi siempre en una simulación: fingen que la sociedad no está dividida en clases, géneros, etnias y regiones, o sugieren que esas fracturas no importan ante la grandiosidad y el respeto ostentados por las obras patrimonializadas. Se desentienden de lo demostrado por centenares de estudios sobre el lugar de los indígenas, las mujeres y los pobres urbanos: la diversidad de las memorias nacionales, la discriminación de las subalternas y su arrasamiento en las guerras y dictaduras (Gracia Canclini, 2010).

Guadalupe Sánchez Esquinas, dice que el patrimonio no es un elemento neutral, sino que, como fiel reflejo de la sociedad donde se inserta, constituye una herramienta al servicio del patriarcado. Patrimonio o aquellos elementos que tradicionalmente se han considerado dignos de ser valorados, conservados, exhibidos, alabados, queridos y cuidados han sido activados por una parte muy reducida de la sociedad y con el objetivo de valorizar, legitimar, reforzar y perpetuar una visión y una experiencia de la realidad que también resulta parcial. La despatriarcalización del patrimonio es desafiar la hegemonía masculina que pretende perpetuarse en el poder a través del patrimonio y que implica la discriminación política, económica, cultural y afectiva de las mujeres y la desvalorización de lo que se califica de femenino (Jiménez Esquinas, 2017).

Iñaqui Urtizberea describe el sesgo androcéntrico del patrimonio y su persistencia hasta la actualidad. Si bien ha habido fenómenos como los procesos de descolonización que abrieron a la integración de nuevos bienes patrimoniales e identidades –las comunidades rurales, trabajadoras, no blancas, indígenas– la cuestión del género ha quedado al margen de estas transformaciones. A pesar de que la primera y segunda ola feminista habían denunciado la situación de las mujeres, el género se ha pasado por alto en los debates provocando una clara masculinización del patrimonio que excluye e invisibiliza a las mujeres (Urtizberea Arrieta, 2017).

En el campo doctrinario patrimonial, algunos documentos han venido puesto en agenda la necesidad de revisar la inequidad en lo patrimonial. En 1976, UNESCO en la *“Recomendación relativa a la Participación y la Contribución de las Masas Populares en la Vida Cultural”* (UNESCO, 1976) pone el acento en garantizar efectivamente el libre acceso a las culturas nacionales y mundiales a todos los miembros de la sociedad, sin distinción ni discriminación fundadas en la raza, el color, el sexo, la lengua, la religión, las convicciones políticas, el origen nacional o social, la situación económica o cualquier otra consideración, y fomentar así la libre participación de todas las capas de la población en los procesos de creación de valores culturales” y la necesidad de el acceso de pleno derecho de las mujeres, las culturas campesinas, las personas discapacitadas, etc.

En 2001, la *“Declaración Universal de la UNESCO sobre la Diversidad Cultural”* (UNESCO, 2001) plantea la cultura como un derecho humano, que adquiere formas diversas a través del tiempo y del espacio y dicha diversidad se manifiesta en la originalidad y la pluralidad de las identidades que caracterizan a los grupos y las sociedades que componen la humanidad. En 2005, la *“Convención sobre la protección y la promoción de la diversidad de las expresiones culturales”* introduce el concepto de interculturalidad o la presencia e interacción equitativa de diversas culturas y la posibilidad de generar expresiones culturales compartidas, adquiridas por medio del diálogo y de una actitud de respeto mutuo (UNESCO, 2005).

En 2014, UNESCO en el documento *“Equidad de Género. Patrimonio y Creatividad”* dice que, si se aplica una perspectiva de género a la definición de patrimonio, se advierte no solo la medida en que las mujeres a menudo no son reconocidas o que son subestimadas, incluso en lo que respecta a su contribución a la creación y recreación del patrimonio, además del modo en que permanecen en este papel invisible como parte de un sistema de dominación más amplio. Las desigualdades de género entran en juego a partir del proceso de identificación del patrimonio y se entrecruzan en los procesos de transmisión y protección formal (UNESCO, 2014).

Asimismo, observa que las interpretaciones androcéntricas de patrimonio dominan los modos en que se identifica y selecciona el patrimonio, tanto a niveles nacionales como internacionales. Como ejemplo, el análisis patrimonial de David Lowenthal (1998) en el Reino Unido evidencia como la interpretación del patrimonio restringe los roles de las mujeres al de *“gestar y dar a luz a los hombres que lo forjaron”* y que *“el patrimonio es, tradicionalmente, un mundo de hombres, y la herencia, esencialmente, una cuestión de padres e hijos”* (Lowenthal, 1998).

2. PATRIMONIO URBANO INCLUSIVO

El espacio se produce bajo factores socio-culturales inscriptos en un sistema genérico que refuerza las diferencias atribuidas históricamente a lo femenino y lo masculino. El espacio (social) es un producto (social) que conjuga las dimensiones de las prácticas espaciales o el espacio percibido, las representaciones del espacio o el espacio concebido y los espacios de

representación o el espacio vivido (Lefebvre, 2013). Dichas dimensiones están atravesadas por la ideología del patriarcado que opera dividiendo los espacios masculinos (productivos, públicos, ciudad) de los espacios femeninos (reproductivos, privados, domésticos), paradójicamente, controlados por un diseño androcéntrico.

En este contexto, la perspectiva de género y los enfoques interseccionales se convierten en una herramienta política para denunciar y transformar las injusticias espaciales de la cultura patriarcal.

La perspectiva de género implica integrar un abordaje o un enfoque proyectual estratégico que permita una valoración e intervención del patrimonio heredado con criterios de mayor equidad e inclusión. Se trata de explorar teorías, metodologías y operatorias que cuestionen y reviertan los fenómenos de desigualdad para lograr que todos los colectivos sociales de una ciudadanía tengan acceso y representación al patrimonio material e inmaterial. Si bien las mujeres representan uno de los grupos más impactados, la perspectiva de género no es solo una cuestión de mujeres sino de considerar aquellos abyectados por etnia, clase, raza, edad. (Quiroga et al., 2018, p. 2458)

Los enfoques interseccionales posibilitan identificar, analizar críticamente y profundizar en la comprensión de cómo las categorías sociales de género, clase etnia, nacionalidad, etc. se inscriben e interrelacionan en las narrativas oficiales interpretadas por los actores públicos en el ámbito de la gestión del patrimonio cultural (Grahn, 2011). La noción de interseccionalidad como elemento en un abordaje de género sobre los bienes culturales permite examinar cómo las diversas estructuras de opresión se entrecruzan, trabajan juntas y dan forma a las relaciones de poder jerárquicas sociales de una manera que les da a ciertas combinaciones un valor más alto que a otras. Del mismo modo, en los procesos de construcción de políticas de gestión cultural cuales son los intereses que subyacen para marginar o priorizar algunas identidades.

Los procesos excluyentes de género que afectan a mujeres y colectivos LGBTIQ+ e impiden un ejercicio pleno de los derechos culturales, a su vez, se entrecruzan y potencian en función de la etnia, la nacionalidad, la clase social, la discapacidad, etc. En el caso del patrimonio y las mujeres, puede mencionarse la doble discriminación de aquellas no blancas, no burguesas, no europeas o de áreas no hegemónicas de sus países como las mujeres de los pueblos originarios, afrodescendientes o rurales. Así, resulta doblemente necesario planificar políticas culturales para valorar y preservar sus prácticas culturales, tradiciones, arquitecturas.

En este marco, re-pensar un patrimonio urbano desde una perspectiva de géneros e interseccional hacia lograr espacios ciudadanos realmente inclusivos, encuentra numerosos campos de oportunidades y desafíos, de los cuales se delimitan tres cuestiones importantes: la representación y la memoria, la participación social y el re-diseño inclusivo.

3. REPRESENTACIÓN Y MEMORIA

Los procesos de patrimonialización se han basado en general en la idea de legitimar el patrimonio como las producciones de los maestros, los genios, los padres del arte y la arquitectura, unas figuras masculinas, blancas y europeas que han creado objetos sobresalientes y excepcionales con discípulos en todo el mundo. Esta mirada sesgada ha opacado, excluido e invisibilizado múltiples contribuciones. Por una parte, las mujeres que realizaron obras de arquitectura, urbanismo y paisajismo. Por otra parte, todas aquellas figuras que no han sido consagradas como maestros. Asimismo, los artefactos no referidos directamente a los maestros como las arquitecturas locales y cotidianas que han surgido por fuera de estos relatos hegemónicos. Pero centramos la problematización en las mujeres y colectivos minoritarios y/o minorizados.

Desde una perspectiva de género, una acción posible para revertir estos procesos discriminatorios tiene que ver con el conocimiento y la difusión de los aportes que las mujeres han realizado al patrimonio de las ciudades, cuya producción representa un conjunto de bienes culturales de sumo valor social, histórico y estético. La historia de la arquitectura y las publicaciones, las referencias, los archivos y los registros en muchas ocasiones han suprimido o invisibilizado su legado. En Argentina, la obra de Itala Fulvia Villa (1913-1991) Odilia Suarez (1923-2006), Carmen Córdova y, en Brasil, Carmen Portinho (1903-2001), Lina Bo Bardi (1914-1992) o Rosa Kliass (1932-), entre muchas otras, son parte sustancial del pensamiento y la materialización que ha dado forma a las identidades de los espacios urbanos.

No obstante, estos valores no se han visto reflejados al momento de llevar adelante acciones de patrimonialización. En Latinoamérica, todos los sitios modernos de Patrimonio Mundial corresponden a arquitectos varones: Brasilia (Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Brasil, 1987), Ciudad Universitaria de Caracas (Carlos Raúl Villanueva, Venezuela, 2000), Casa Estudio de Luis Barragán (Luis Barragán, México, 2004), Conjunto Moderno de Pampulha (Oscar Niemeyer, Brasil, 2016), Casa Curutchet, (Le Corbusier, Argentina, 2018), Iglesia de Cristo Obrero y Nuestra Señora de Lourdes (Eladio Dieste, Uruguay, 2021). Resulta significativa la ausencia por ejemplo de la obra de Lina Bo Bardi, referencia indiscutible de la arquitectura moderna latinoamericana.

En este campo de acciones, durante los últimos años surgieron numerosas iniciativas para poner en la agenda el rol de las arquitectas: equipos de investigación, cursos y seminarios, grupos estudiantiles feministas y redes de mujeres profesionales. Merece destacarse el trabajo de la arquitecta argentina Inés Moisset (Moisset, n.d.), quien no solo ha producido conocimiento (Moisset, 2017, 2020) sino generado espacios de investigación y redes pioneras para visibilizar las contribuciones de las mujeres en arquitectura, urbanismo y paisaje como el blog Un Día / Una Arquitecta.¹

¹ Un Día / Una Arquitecta es un proyecto creado en 2015 que publica cada día en las redes sociales (blog, Facebook) la biografía de una arquitecta. Su objetivo es visibilizar el aporte de las arquitectas en diferentes facetas: proyecto arquitectónico, urbano y



FIGURA 1. MADRES DE PLAZA DE MAYO

Fuente: Archivo General de la Nación Argentina.

Otro aspecto es aquel vinculado a poner en valor la historia y mantener viva la memoria de las huellas de las mujeres y diversidades en los espacios de las ciudades, no solo como un acervo del pasado sino como un testimonio factible de integrarse en la vida contemporánea. Como ejemplo, puede mencionarse la Plaza de Mayo en la ciudad de Buenos Aires como escenario del reclamo de derechos humanos por parte de las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo (Torre, 2003). Desde 1977, este grupo de mujeres se reunió en la plaza para reclamar por la aparición con vida de sus familiares secuestrados, torturados y desaparecidos durante la dictadura militar. Durante cada jueves, marcharon en ronda alrededor de la pirámide de Mayo situada en el centro de la plaza llevando un pañuelo blanco como símbolo de identificación. Al día de hoy, han recuperado la identidad de 130 nietos, el último en 2019. En 2005, la legislatura declaró sitio histórico el área que rodea la plaza como espacio apropiado por estas mujeres que se han convertido en un símbolo de resistencia y búsqueda de justicia.

La misma plaza de Mayo también han formado parte de las luchas intensas que durante los últimos años han tenido los movimientos feministas hacia la búsqueda de derechos políticos

paisajístico, tecnología, curaduría y publicaciones, producción artística, política, gestión del hábitat social, teoría y enseñanza ("Un día / una arquitecta", 2015).

y cívicos. A los tradicionales grupos feministas políticos y académicos se sumaron organizaciones de mujeres rurales, indígenas, migrantes. Se acrecentaron los procesos de movilización social que demandan los derechos de mujeres y colectivos LGBTIQ+. Entre las apropiaciones de la plaza de Mayo merece mencionarse NI UNA MENOS, una marcha masiva iniciada en 2015 donde las mujeres se reunieron en 80 ciudades para reclamar por el brutal incremento de femicidios. Luego se expandió a varios países de Lationamerica, Europa y Asia. Estas conquistas del espacio público fueron la base para lograr concretar importantes avance legislativos: Ley de Matrimonio Igualitario (2010), Ley de Identidad de Género (2012), Ley del Aborto (2020) y la Ley Micaela² (2019) que establece una capacitación obligatoria en género y violencia en todas las personas que trabajen en la administración pública e instituciones educativas.

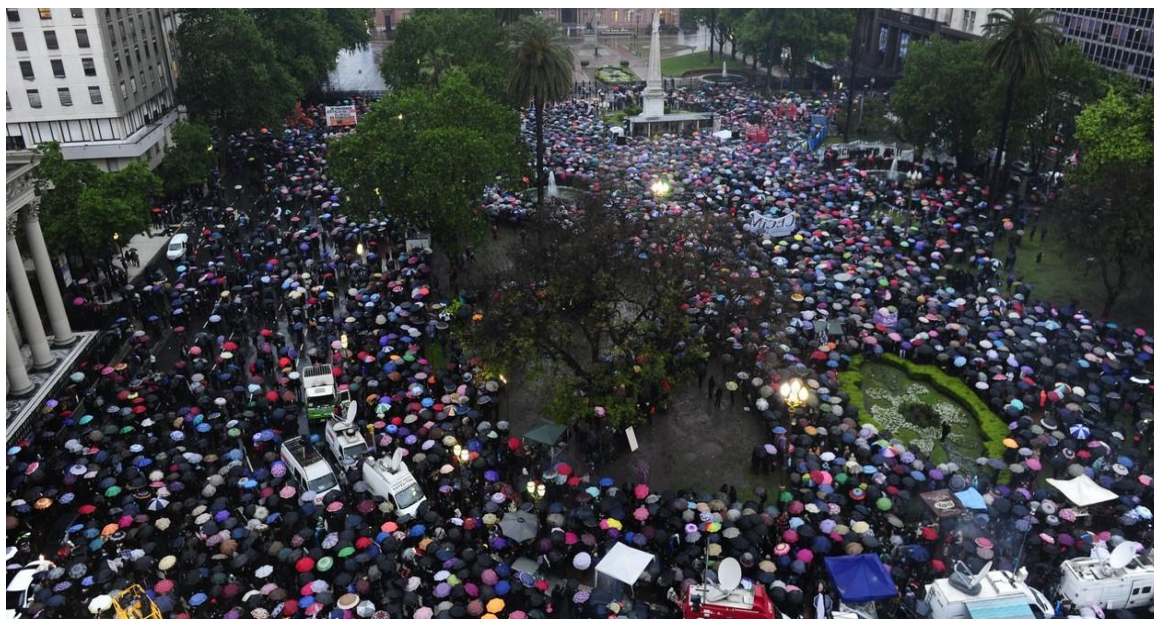


FIGURA 2. MARCHA NI UNA MENOS 2016.

Fuente: Juano Tesone, diario Clarín.

4. PARTICIPACIÓN SOCIAL

Abordar las cuestiones de la participación social requiere ante todo caracterizar los agentes sociales que intervienen en la conservación patrimonial. Probablemente asociado a la preservación monumental, se ha naturalizado que las cuestiones patrimoniales son un territorio restringido a los especialistas en el pasado: restauradores, arqueólogos,

² La ley Micaela surge a partir del femicidio de Micaela García, una joven de veintiún años violada y asesinada en abril de 2017 por un varón con antecedentes de ataques sexuales.

historiadores, antropólogos. Sin embargo, esta restricción no corresponde a la reformulación experimentada por el concepto de patrimonio cultural.

Canclini señala tres cambios en esta definición que recolocan el tema de la participación. Una primera cuestión, es que el patrimonio no incluye solo monumentos y bienes del pasado o expresiones muertas sino el patrimonio vivo es decir las manifestaciones actuales visibles e invisibles. Otro aspecto es la extensión de las políticas patrimoniales de conservar y administrar producciones del pasado a los usos sociales que relacionan los bienes con las necesidades de las mayorías. Por último, frente a la selección que privilegiaba bienes de las clases hegemónicas (pirámides, palacios, objetos de la nobleza y la aristocracia) se reconoce como el patrimonio de una nación a los productos de la cultura popular. A pesar de estos avances, algunos ejes teóricos y políticos aún necesitan ser trabajados: la relación del patrimonio cultural con la desigualdad social, los usos simbólicos enfrentados a los usos mercantiles del patrimonio, el papel del público en la valoración y preservación, entre otros (García Canclini, 1987).

La relación entre sociedad y patrimonio en los primeros documentos doctrinarios destinaba el campo de las intervenciones a las instituciones y profesionales (Carta del Restauo, CSABA, 1932) y el rol de la comunidad se centraba en ser su destinatario promoviéndose acciones educativas que despertaran el conocimiento e interés por el cuidado de los monumentos (Primer Congreso de Arquitectos y Técnicos de Monumentos Histórico, 1931). Posteriormente, se define que la conservación de los monumentos tiene que tener un fin útil a la sociedad (Segundo Congreso de Arquitectos y Técnicos de Monumentos Históricos, 1964). Desde ese rol de usuario y espectador se avanza entendiendo que la participación del mayor número posible de personas y asociaciones en las actividades culturales más diversificadas y libremente escogidas es indispensable para el desenvolvimiento de los valores humanos esenciales y de la dignidad del individuo; que el acceso de amplias capas de la población a los bienes culturales sólo se puede asegurar si se reúnen las condiciones económicas que permitan a los interesados no sólo disfrutar de esos bienes, sino también participar activamente en todas las manifestaciones de la vida cultural así como en el proceso del desarrollo cultura (UNESCO, 1976).

A tres décadas de creada la Convención para la Protección del Patrimonio Cultural y Natural por UNESCO, en 2002 la Declaración de Budapest actualiza sus objetivos para adecuarlos a los nuevos desafíos subrayando la relevancia de un rol social activo en las intervenciones patrimoniales. Así, se propone el “procurar que se asegure un equilibrio adecuado y equitativo entre conservación, sustentabilidad y desarrollo, a fin de que los bienes del Patrimonio Mundial puedan ser protegidos a través de actividades adecuadas que contribuyan al desarrollo económico y social y a la calidad de vida de nuestras comunidades” para lo cual es necesario “tratar de asegurar que nuestras comunidades locales, a todos los niveles, participen activamente en la identificación, protección y administración de los bienes de nuestro Patrimonio Mundial” (UNESCO, 2002).

La participación ciudadana en cuestiones patrimoniales tiene diferentes modalidades factibles de utilizarse tanto en la difusión y gestión de bienes culturales como en la intervención patrimonial. La informativa (folletos, afiches, páginas web, encuentros

informativos, visitas) que da cuenta de los datos de un determinado proyecto. La consultiva (entrevistas, encuestas, foros, talleres), cuyo intercambio aporta datos y condicionantes al proyecto. La gestinaria (mesas de trabajo, instancias de negociación y conflicto) donde se estudia, discute y participa en la toma de decisiones. La de empoderamiento (mesas de trabajo, talleres, redes de gestión) cuando se forma parte de los acuerdos mediante la acción conjunta, responsable y compartida.

Si bien mucho se ha avanzado integrando los actores sociales a la temática patrimonial algunos estudios recientes demuestran que es un camino aún por recorrer. Uno de ellos seleccionó 19 presentaciones a la lista de Patrimonio Mundial en 2014 y analizó palabras del tesoro regular de UNESCO sobre participación social detectando sus frecuencias de aparición, y pudo observar una evidente falta de atención por comprometer e integrar a las sociedades locales. Resultó sorprendente que el concepto responsabilidad social fue usado en una sola presentación, la idea de participación pública solo fue mencionada en 9 ejemplos y la participación comunitaria en 4 propuestas. Del mismo modo, la cohesión social y la inclusión social formaron parte de los objetivos de 6 y 3 dossiers respectivamente (Van de Vries, 2015).

Como contrapartida, cabe mencionar el creciente interés por parte de la comunidad en involucrarse en experiencias vivenciales de reconocimiento del patrimonio organizadas por instituciones académicas, profesionales, gubernamentales y ONG's –recorridos y caminatas urbanas, itinerarios museales, monumentos de puertas abiertas. Con el mismo sentido de contacto directo y actitud participativa, actualmente surgen otros métodos para leer la ciudad: los mapeos colectivos, la deriva basada en la teoría del situacionista Guy Debord de discurrir entre diferentes ambientes, la idea del andar como práctica estética que transforma un lugar y sus significados (Careri, 2002) y el urbanismo cotidiano que revaloriza las situaciones diarias, reales, vernáculos y espontáneas. Figuras como Jane Jacobs hoy encuentran vigencia en su crítica hacia las renovaciones urbanas que atentan contra la identidad histórica de los barrios y la calidad del espacio público, la importancia de la comunidad en la agenda urbana y las actividades de apropiación que son revalorizadas en las Caminatas de Jane en todo el mundo. Acerca del entorno existente, Jacobs señaló que el valor económico de los edificios de nueva planta es reemplazable en las ciudades gastando más dinero en la construcción, pero el valor económico de los edificios viejos es irremplazable a voluntad. Lo crea el tiempo. Este requisito económico de la diversidad, los barrios de una ciudad vital sólo pueden heredarlo y mantenerlo a lo largo de los años (Jacobs, 2011).

5. RE-DISEÑO INCLUSIVO

El campo de las intervenciones patrimoniales paulatinamente ha migrado de la idea de *preservar monumentos* (CSBA, 1932) o de la conservación entendida solo como una acción inscrita a a generar criterios acerca de cómo preservar o conservar la ciudad, el paisaje y el territorio entendiendo lo heredado como un organismo más complejo y multidimensional.

Surgieron categorías como *zonas ambientales* (Normas de Quito, 1967), *centro histórico* (MPI, 1972), *ciudad histórica, conjunto urbano histórico o pueblo tradicional*, (Consejo de Europa, 1975) *conjunto histórico o tradicional* (UNESCO, 1976) *ciudad histórica y barrios históricos* (ICOMOS, 1987), *itinerario cultural* (ICOMOS, 2008), *paisaje urbano histórico* (UNESCO, 2011).

Estas nociones introducen nuevos enfoques de proyecto a nivel conceptual y metodológico que diversifican y enriquecen los procesos de rescate: conservación sustentable, intervenciones resilientes, gestión, interdisciplina, participación comunitaria, gestión colaborativa, entre otros. Sin embargo, abordajes como el urbanismo con perspectiva de género aplicado a la rehabilitación urbana, conservación de centros históricos, completamiento de vacíos urbanos y/o renovación de sitios o conjuntos en estado de obsolescencia aún representa un corpus teórico e instrumental escasamente explorado.

La Carta Europea de las Mujeres en la Ciudad (Unión Europea, 1995) es el primer documento que describe las problemáticas de las mujeres en los espacios urbanos e instala las cuestiones de género. Se expone que “las mujeres están ausentes de, o de alguna forma invisibles, en todos los niveles de toma de decisiones relacionados con la ciudad, la vivienda y el planeamiento urbano” y plantea una nueva filosofía en el planeamiento urbano que tenga en cuenta las necesidades y las diferentes expectativas de los ciudadanos, mujeres y hombres. Los esfuerzos por revitalizar las ciudades deben converger para crear nuevas prioridades políticas y económicas que apunten hacia el aumento de la armonía social. Se proponen ejes para mejorar la vida de mujeres en la ciudad: la ciudadanía activa, la toma de decisiones e igualdad en la democracia, la igualdad de oportunidades, la participación, la vida diaria, el desarrollo sostenible, la seguridad y movilidad, el derecho al hábitat y la vivienda, los temas de género, la educación, el papel de los medios de comunicación y la transmisión de la experiencia y las redes de acción.

Un aspecto remarcable de esta carta es señalar el rol de las mujeres arquitectas en el espacio urbano: se debe animar a las mujeres graduadas en Planeamiento y Arquitectura a ejercer esas profesiones y a que sean reconocidas en ellas y cambiar la mentalidad, ya que hoy quedan ideas muy misóginas en estas áreas, a pesar del cambio sustancial, la idea de “las mujeres en el hogar” está implícita en los medios de comunicación y en los libros escolares, a pesar del ejemplo de mujeres creativas en puestos de dirección, arquitectas y mujeres urbanistas.

Cabe mencionar que La Carta Europea de las Mujeres en la Ciudad no forma parte de las recopilaciones documentales de la doctrina patrimonial y tampoco es una bibliografía habitual en la producción teórica y las actividades formativas en la especialidad. Como ejemplo, el libro editado por Instituto Nacional de Cultura de Perú “Documentos fundamentales para el patrimonio cultural: textos internacionales para su recuperación, repatriación, conservación, protección y difusión” recoge 70 documentos (10 Convenciones, 17 Cartas culturales, 10 Declaraciones, 11 Recomendaciones UNESCO, 1 Principio, 9 Otros Documentos, 6 Convenios, 6 Memorandos Bilaterales), sin incluir la carta dedicada a las mujeres (Instituto Nacional de Cultura de Perú, 2007).

A pesar de esta vacancia y, si bien, son reflexiones parciales, algunos documentos recientes que abordan las intervenciones patrimoniales denotan un cambio de mirada entorno a las cuestiones de género. Un ejemplo refiere al concepto de los jardines históricos y sus criterios de conservación. La Carta de Florencia de 1982 los define como monumento vivo o “una composición artística y vegetal que, desde el punto de vista de la historia o del arte tiene un interés público” delimitando su alcance a jardines excepcionales y especialmente antiguos. Se generan lineamientos acerca de acciones posibles para su mantenimiento, conservación, restauración, recuperación (ICOMOS-IFLA, 1982).

En 2017, el Documento sobre los Parques Públicos Históricos Urbanos (ICOMOS-IFLA, 2017) deja de centrar el valor de un paisaje patrimonial en la carga histórica o artística estableciendo que el concepto de “parque público” se basa en el principio de apertura y accesibilidad para todas las personas que lo visiten y disfruten. Sin limitarlos o definirlos por su tamaño, es fundamental para la identidad de los parques históricos urbanos –jardín/es, plaza, parque– su dependencia de elementos tales como la vegetación, los elementos arquitectónicos, los juegos de agua, los caminos o la topografía que contribuyen a su carácter, a su interés estacional, a la sombra, y a su identidad visual y espacial.

A diferencia de la Carta de Florencia centrada en los aspectos técnicos del proyecto, este documento expone que la idea de preservación y rehabilitación del paisaje con sentido social e incluso al plantear la necesidad de generar adaptaciones de diseño universal accesible al momento de intervenir. Los parques públicos históricos *“son recursos culturales de propiedad pública y por tanto deben ser accesibles a todas las personas, algunos de sus componentes o áreas pueden requerir una modificación con el fin de asegurar los nuevos usos y el acceso a todas las personas con discapacidad”* (ICOMOS-IFLA, 2017). Por lo tanto, *“los profesionales del diseño deben de utilizar un enfoque de conjunto para diseñar soluciones para todos los usuarios, en lugar de crear instalaciones separadas para las personas con discapacidad”* (ICOMOS-IFLA, 2017).

A escala urbana, los procesos de rehabilitación tienen *“el desafío de construir un espacio sin género ni orden patriarcal por lo tanto sin jerarquías, un espacio para visibilizar las diferencias, un espacio de todos y todas en igualdad de valoración de miradas, saberes y experiencias”* (Muxi, 2016). Las aceleradas dinámicas urbana de nuestro tiempo producen no solo situaciones de conflicto sino un enorme potencial desde el proyecto: áreas vacantes y bordes sin resolución, densificación descontrolada, falta de espacios públicos e infraestructura, sitios y edificios desafectados porque la función que albergaban ha desaparecido, quedó obsoleta o fue relocalizada.

Como buena práctica puede mencionarse la experiencia desarrollada por Eva Kail y Elizabeth Irschick en la ciudad de Viena cuyas políticas públicas de planeamiento se sustentan en modelos con perspectiva de género (Irschick y Kail, 2013):

- *Fortalecer una estructura urbana policéntrica* preservando o desarrollando equipamientos descentralizados y bien conectados.
- *Una ciudad con distancias cortas* o reducir los volúmenes de tráfico manteniendo densidades, estructuras de usos mixtos y distribución descentralizada de funciones para impulsar la independencia de niños, adultos mayores y discapacitados.

- *Espacio público de calidad* adaptado a las diferentes necesidades sociales a partir de acciones de rehabilitación u obras nuevas.
- *Promover los medios de transporte sustentables* –caminata, bicicleta y transporte público– y la vivencia del espacio público.
- *Ciudad segura acorde a los principios de Janes Jacobs*: una clara señalización entre espacio público-privado, calles vivibles y habitadas usando las plantas bajas y edificios orientados hacia la calle u ojos sociales (social eyes).
- *Ciudad sin barreras arquitectónicas* para personas con discapacidad.
- *Planeamiento y construcción basado en los requerimientos de la vida cotidiana* con el diseño de edificios cuyas tipologías se adapten a una diversidad de dinámicas familiares.

6. EDUCACIÓN, RE-USO Y PERSPECTIVA DE GÉNERO

La dimensión del patrimonio cultural es un hecho inherente a todo proceso de diseño, y desde esta perspectiva, tanto en niveles iniciales como en instancias superiores de la enseñanza de arquitectura, las cuestiones del patrimonio urbano-arquitectónico se vuelven esenciales como contenido pedagógico para “entender la sustentabilidad, el contexto social y el sentido de lugar en el diseño de edificios y transformar la concepción arquitectónica profesional para que sus métodos creativos sean parte de un continuo y armonioso proceso cultural” (UNESCO-UIA 2011).

Arquitectura constituye uno de los dominios donde la manipulación e integración de conocimientos, información y técnicas de diversos campos representa un requisito fundamental, donde no es posible entender partes separadas escindidas de la comprensión de la totalidad. La actividad del diseño, asumida desde esta dimensión transdisciplinaria, puede estrechar la brecha entre el saber y el hacer, y en particular respecto a la conservación entre lo antiguo y lo nuevo. Una gran parte del pensamiento teórico enfatiza el rol central del proyecto, no solamente como provisión de nuevas disposiciones sino como una actividad capaz de integrar la actitud investigativa y la creatividad, requisitos indispensables para la protección del patrimonio construido y el medio ambiente (Quiroga, 2014; Lapadula y Quiroga, 2012).

El taller de arquitectura es un espacio apropiado para indagar las diversas relaciones entre territorio, cultura, tradición, ciudad y arquitectura como soporte donde se despliega la actividad proyectual. De igual forma, un lugar para reflexionar acerca de la herencia tanto desde su universo simbólico y valor histórico como de sus capacidades proyectuales (Moniz et al., 2018).

Fomentar la capacidad de observación, investigación y análisis, el énfasis en la materialidad, alentar una visión interdisciplinaria y el sentido de que la historia forma parte del presente, son algunas de las ventajas que surgen de introducir la conservación como parte del

entrenamiento proyectual. Asimismo, la intervención en sitios y edificios existentes requiere conocimientos y habilidades propias del trabajo en el taller: la integración de problemáticas de diversa índole, la coherencia entre concepto y operación, el manejo espacial y formal, la preocupación tectónica y la comprensión del edificio como organismo, entre otros.

A pesar de que las cuestiones de género ocupan un lugar prioritario a nivel mundial en la educación, los modelos pedagógicos, los contenidos y los equipos docentes en los cursos dedicados específicamente al entrenamiento del diseño continúan siendo en general un territorio masculino y masculinizado. Como ejemplo de esta inequidad puede mencionarse en Argentina, la Carrera de Arquitectura en la Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo de la Universidad de Buenos Aires. Desde su creación en 1901 como Escuela de Arquitectura en la Facultad de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales y luego como Facultad de Arquitectura y Urbanismo en 1947, la cantidad de mujeres estudiantes ha crecido siendo hoy el 60% de la matrícula y el 58% de los graduados. Sobre los docentes de todas áreas de conocimiento de la facultad (proyecto, tecnología, historia morfología), también hay una proporción equitativa en los inicios de la carrera docente: 45% en los cargos de auxiliares y el 44% en las coordinaciones docentes. Pero esto disminuye a medida que se asciende a los cargos de mayor jerarquía, siendo el 21% de las profesoras titulares y el 34% de las profesoras adjuntas.

Esta situación se intensifica brutalmente en los talleres de arquitectura: hay 27 cátedras con todos profesores titulares varones quienes están a cargo de sus seis niveles –Arquitectura 1 a 4, Proyecto Urbano, Proyecto Arquitectónico. Las 27 cátedras tienen en total 66 profesores regulares, es decir que accedieron a su cargo por concurso, de los cuales solo 2 son mujeres arquitectas (profesoras adjuntas) y 64 son profesores varones –23 titulares, 5 asociados y 36 adjuntos.

Este desbalance en la representación y perspectiva de las mujeres en la formación arquitectónica responde a factores multicausales. En primer lugar, persiste el modelo patriarcal del atelier donde los arquitectos varones son los sujetos sociales más aptos para conducir los talleres. Además, no hay un programa para contener las necesidades propias de las mujeres y apoyar su crecimiento académico. Esto resulta en un alto índice de deserción de las docentes con hijos cuando no pueden combinar la docencia, la profesión y las tareas de cuidado.

En este contexto, consideré necesario y urgente crear un taller de arquitectura feminista. Con el arquitecto Juan Alonso desarrollamos un programa que, si bien se concretó en 2020, resulta de nuestra trayectoria como docentes de diseño arquitectónico (23 años y 14 años respectivamente) y del dictado del seminario Patrimonio y Género y el workshop Nuestras Arquitectas, junto a Inés Moisset (Moisset y Quiroga, 2020). Esta vasta experiencia sumada a nuestra militancia feminista nos permitió no solo tener el conocimiento y las herramientas sino saber cuáles valores pedagógicos eran necesarios cambiar.

En 2020, LINA Laboratorio de Intervención +Arquitectura (LINA, n.d.; Quiroga, 2020), una plataforma global de investigación y experimentación proyectual llevó adelante un programa educativo para vincular las dimensiones del patrimonio y género. Así comenzó el Taller de Arquitectura Feminista para estudiantes de arquitectura de la Universidad de Buenos Aires.

Su formato educativo es el de una pasantía de investigación con crédito académico (equivalente a una materia optativa de 60 horas). Por el contexto de la pandemia de COVID 19 se planteó en una modalidad virtual.

Cuando se inició la difusión en las redes sociales se recibieron gran cantidad de pedidos de estudiantes locales e internacionales interesados en participar del taller y se decidió abrir la convocatoria a otras instituciones. El taller finalmente se integró por 115 estudiantes de 8 facultades y escuelas de arquitectura de diferentes ciudades de Argentina (Universidad Nacional de Avellaneda Universidad Nacional de Buenos Aires, Universidad Nacional de Córdoba, Universidad Nacional de Cuyo, Universidad Nacional de la Plata, Universidad Nacional de Tucumán), de Bolivia (Universidad Mayor de San Andrés) y de Uruguay (Universidad de La República).

El objetivo principal del taller es reflexionar y explorar acerca de la perspectiva de género como un enfoque proyectual estratégico que permite un diseño y re-diseño del hábitat con criterios de mayor equidad e inclusión. El curso se estructura en tres laboratorios proyectuales. El Módulo 1 [R] Lab. Registros + Mujeres Arquitectas consiste en el estudio y visibilización de obras de mujeres. El Módulo 2 [D] Lab. Arquitectura(s) (De) Construidas indaga acerca de la arquitectura desde un abordaje feminista. El Módulo 3. [I] Lab. Paisajes (Inter) Seccionales toma las cuestiones proyectuales del paisaje urbano.

El Laboratorio Paisajes (Inter) Seccionales planteó reflexionar e investigar desde un abordaje feminista acerca de conceptos y operatorias con equidad de género en el diseño de paisajes colectivos, deconstruyendo desde el campo proyectual los criterios binarios (mujer/varón, privado/público) que han excluido históricamente a mujeres y colectivos minoritarios y/o minorizados del espacio público. Como señaló Falú (2009, p. 29):

Nos interesa poner en debate la cuestión del espacio público, de lo público y lo privado como dimensiones políticas. La ciudad como espacio para ser vivido; las calles, las plazas, los recorridos, los sitios de encuentro, como lugares de reconocimiento y de interlocución de la ciudadanía y entre la diversidad de identidades ciudadanas, y entre estas y el Estado. Una ciudad donde las mujeres se apropien de sus derechos y recuperen las calles, extendiendo el discurso de reconocimiento de los derechos a otros colectivos excluidos.

ALAMEDA DE MENDOZA UN LUGAR HISTORICO PARA TODOS



FIGURA 3. FORMACIÓN Y RE-USO: ESPACIO URBANO CON ENFOQUE INCLUSIVO, LABORATORIO PAISAJES (INTER) SECCIONALES, LINA 2020.

Fuente: Camila Rosales, Martina Mingorance, Libel González y Camila Estrada, Carrera de Arquitectura de la Facultad de Ingeniería, Universidad Nacional de Cuyo.

Sus objetivos fueron:

- Discutir acerca del sesgo androcéntrico en el proyecto del espacio público.
- Indagar sobre la perspectiva de géneros como soporte teórico y operacional en el re-diseño y rehabilitación –organización, equipamiento, espacios, tecnologías– del paisaje colectivo.

- Experimentar el potencial de la arquitectura feminista como aporte al habitar colectivo contemporáneo.



FIGURA 4. ROL SOCIAL Y POLÍTICO DEL PROYECTO, LABORATORIO PAISAJES (INTER) SECCIONALES, LINA 2020.

Fuente: Matías Cósser Álvarez, Gabriel Tranamil y Vanesa Velázquez, Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Nacional de La Plata.

Cada grupo de estudiantes seleccionó como caso de estudio un espacio público. En primer lugar, se re-mapearon desde las condiciones urbanas, espaciales y funcionales, así como los

aspectos simbólicos que producían desequilibrios en un uso pleno de toda la comunidad. Una segunda instancia consistió en el re-proyecto donde cada equipo pudo indagar conceptos, operaciones y formas de materializar el espacio seleccionado.

En referencia a los casos de estudio de espacios públicos, los estudiantes seleccionaron sitios muy diversos: plazas principales de sus ciudades, boulevares, parques urbanos, plazas barriales, vacíos urbanos en áreas marginales, centros de manzana, conjuntos de vivienda masiva, sus campus universitarios, entre otros. Esta multiplicidad de escalas, antigüedades y programas no solo permitió ricas reflexiones sobre los procesos y operaciones de intervención, sino expuso que, en la mayoría de los casos había severas condiciones de discriminación simbólica y espacial, incluso en los sitios patrimoniales más reconocidos y mejor conservados.

En términos generales, uno de los aspectos distintivos de las propuestas desarrolladas es que se orientaron hacia nociones que erosionan los valores de diseño tradicionales fuertemente atravesados por la cultura patriarcal como los patrones heteronormativos y los sistemas dicotómicos (mujer/varón): perspectiva de géneros, perspectiva interseccional, urbanismo feminista, urbanismo ecofeminista, urbanismo queer. Si bien se ha avanzado en la teoría, hay pocas obras realizadas con estos conceptos. Entonces, el mayor desafío de los estudiantes fue como traducir estos conocimientos teóricos a decisiones concretas de diseño feminista.

Uno de los aspectos más subrayables de los proyectos fue recuperar el rol político de la arquitectura. En este sentido, algunas intervenciones incluyeron itinerarios culturales para contar la historia de la comunidad transexual, espacios para realizar marchas del colectivo LGBTIQ+ o equipamientos de asistencia social para la violencia de género, un severo problema social local. Cabe señalar que en Latinoamérica cada dos horas muere una mujer como víctima de feminicidio, es decir es asesinada por el solo hecho de ser mujer. En Argentina, el aislamiento por la pandemia del COVID 19 produjo un incremento notable de los casos de violencia doméstica contra mujeres y niñas. Del mismo modo, los feminicidios aumentaron de 280 (2019) a 295 víctimas (2020).

La democratización y el acceso equitativo al espacio público fueron otros de los temas de investigación proyectual. Aunque cada caso de estudio tuvo desafíos particulares, surgieron temas comunes al momento de definir estrategias de rehabilitación: la seguridad (iluminación, señalización), la accesibilidad, la creación de ámbitos para todas las edades y géneros, los lugares para juego que favorezcan la autonomía de los niños, entre otros. Además de los espacios destinados al ocio, la recreación y el deporte, los proyectos también combinaron los paisajes productivos como las huertas urbanas y los jardines comunitarios. Especialmente en las áreas de bajos recursos, estos lugares fortalecen el tejido social y la economía popular.

7. REFLEXIONES FINALES

Desacralizar la idea de espacio icónico o excepcional de las ciudades como único representante de una cultura homogénea para abrirse a valorar y preservar aquellos lugares representativos de las variadas interpretaciones, historias y experiencias de todos los grupos sociales de una comunidad, sintetizan en mi opinión, uno de los grandes desafíos de nuestro tiempo.

A pesar de los profundos avances realizados, el patrimonio monumental aún resulta un concepto establecido y naturalizado a pesar de que las condiciones sociales, culturales y políticas que esta categoría busca capturar han sufrido cambios profundos, aunque sea parciales. En este contexto, la perspectiva de género como herramienta para valorar e intervenir los espacios heredados representa un enfoque innovador y una forma de impulsar hacia el futuro la memoria, las tradiciones y la historia con un sentido de mayor equidad e inclusión.

NOTA BIOGRÁFICA

Carolina Quiroga es arquitecta especialista en Conservación Patrimonial. Profesora del Taller de Arquitectura en la Universidad de Buenos Aires y Patrimonio y Rehabilitación en la Universidad de Belgrano. Directora de la plataforma LINA que dicta el Seminario Patrimonio y Género y el Taller de Arquitectura Feminista. Investigadora del Programa GADU –Género, Arquitectura, Diseño y Urbanismo. Autora de artículos y publicaciones a nivel nacional e internacional sobre arquitectura, patrimonio, género y formación. Integrante de ICOMOS y DOCOMOMO.

REFERENCIAS

- Careri, F. (2002). El andar como práctica estética/Walking as an aesthetic practice. Gustavo Gili.
- Conkey, M. W., & Gero, J. M. (1997). Programme to practice: Gender and feminism in archaeology. *Annual Review of Anthropology*, 26(1), 411-437. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.26.1.411>
- Conkey, M. W., & Spector J. D. (1984). Archaeology and the Study of Gender. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 7, 1-38. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-003107-8.50006-2>
- Consejo de Europa (1975). *Declaración de Ámsterdam*. Consejo de Europa.
- CSABA - Consejo Superior de Antigüedades y Bellas Artes (1932). *Carta del Restauero*. Roma
- Falú, A. (2009). Violencias y discriminaciones en las ciudades. En Ana Falú (Ed.), *Mujeres en la ciudad: De violencias y derechos* (pp. 15-38). Red Mujer y Hábitat de América Latina, Ediciones Sur.

García Canclini, N. (1987). ¿Quiénes usan el patrimonio? Políticas culturales y participación social. *Antropología*, 15, 11-24.

García Canclini, N. (2010). *La sociedad sin relato. Antropología y estética de la inminencia*. Katz editores.

Grahn, W. (2011). Intersectionality and the construction of cultural heritage management. *Archaeologies*, 7(1), 222-250. <https://doi.org/10.1007/s11759-011-9164-x>

ICOMOS - International Council of Monuments and Sites (1987). *Carta de Washington. Carta internacional para la conservación de ciudades históricas y áreas urbanas históricas*. ICOMOS.

ICOMOS - International Council of Monuments and Sites (1999). *Carta de Burra. Carta para Sitios de Significación Cultural*. ICOMOS

ICOMOS - International Council of Monuments and Sites (2008). *Carta de Itinerarios Culturales*.

ICOMOS - International Council of Monuments and Sites (2011). *Principios de La Valeta para la salvaguarda y gestión de las poblaciones y áreas urbanas históricas*. ICOMOS.

ICOMOS - International Council of Monuments and Sites, & IFLA - International Federation of Landscape Architects (1982). *Carta de Florencia sobre Jardines Históricos*. ICOMOS, IFLA.

ICOMOS - International Council of Monuments and Sites, & IFLA - International Federation of Landscape Architects (2017). Document ICOMOS-IFLA sur les parcs publics urbains historiques. ICOMOS & IFLA, GA 2017 6 3 2 Textes doctrinaux. https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA2017_6-3-2_HistoricUrbanPublicParks_FR_adopté-15122017.pdf

Instituto Nacional de Cultura de Perú (2007). *Documentos fundamentales para el patrimonio cultural: textos internacionales para su recuperación, repatriación, conservación, protección y difusión*. INCP.

Irschick, E., & Kail, E. (2013). *Manual for Gender Mainstreaming and Urban Planning*. Urban Development and Planning.

Jacobs, J. (2011). *Muerte y vida de las grandes ciudades*. Capitán Swing Colección Entrelíneas.

Jiménez Esquinas, G. (2017). El patrimonio (también) es nuestro. Hacia una crítica patrimonial feminista. En I. Urtizberea Arrieta (Ed.), *El género en el Patrimonio cultural* (19-49). Universidad del País Vasco/ Euskal Herrico Unibertsitatea.

Lapadula, M. I., & Quiroga, C. (2012). Heritage as a pedagogical resource and platform for exploration in architectural design education. *The Journal of Architecture*, 17(4), 591-607. <https://doi.org/10.1080/13602365.2012.709028>

Lefebvre, H. (2013). *La producción del espacio*. Capitán Swing.

“LINA” (n.d.). <https://linaplataforma.wordpress.com/>

Lowenthal, D. (1998). *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge University Press.

- Moisset, I. (n.d.). *Inés Moisset*. <https://inesmoisset.com/>
- Moisset, I. (2017). Cien arquitectas en Wikipedia. *Dearq*, 20, 20-27. <https://doi.org/10.18389/dearq20.2017.02>
- Moisset, I. (2020). Los silencios de la historia: mujeres en la Bauhaus. *Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*, 113, 165-180.
- Moisset, I., & Quiroga, C. (2020). *Nuestras Arquitectas. Buenos Aires 1. Un Día | Una Arquitecta*.
- Moniz, G. C., Canziani, A., & Quiroga, C. (2008). Learning to Reuse Modernity: Emerging challenges and didactic experiences. En A. Tostões & N. Koselj (Eds.), *Proceedings of the 15th Docomomo International Conference Slovenia Metamorphosis: The Continuity of change* (pp. 532-539). Docomomo International.
- MPI -Ministerio de Instrucción Pública (1972). *Carta del Restauero*. Roma.
- Muxi, Z. (2016). Género y Arquitectura. Una perspectiva desde lo conceptual. *Arquitectura y Urbanismo XXXVII*, 1, 71-76.
- Normas de Quito. (1967). *Normas de Quito. Informe final de la Reunión sobre Conservación y Utilización de Monumentos y Lugares de Interés Histórico y Artístico*.
- Primer Congreso de Arquitectos y Técnicos de Monumentos Históricos (1931). *Carta de Atenas para la restauración de monumentos históricos, Atenas*.
- Quiroga, C. (2014). Redesign Education and Modern Heritage: The conflict and challenge of the emergent scenarios. En A. Tostões, J. S. Kimm, T. Kim (Eds.), *Proceedings of the 13th Docomomo International Conference Seoul: Expansion and Conflict* (pp. 63-67). Docomomo Korea.
- Quiroga, C. (2020). LINA Laboratorio> Intervención + Arquitectura. *Revista Notas CPAU*, 45, 34-35.
- Quiroga, C., Quiroga, M., & Alonso, J. M. (2018). Patrimonio y proyecto: conflictos y oportunidades de un campo en transformación. En J. Calamari et al. (Eds.), *Actas XXXII Jornadas de Investigación. XIV Encuentro Regional SI+ Campos*, Buenos Aires: FADU UBA, 2450-2465.
- Segundo Congreso de Arquitectos y Técnicos de Monumentos Históricos (1964). *Carta de Venecia. Carta Internacional sobre la Conservación y la Restauración de los Monumentos y los Sitios*, Venecia.
- Smith, L. (2008). Heritage, gender and identity. En B. Graham y P. Howard (Ed.), *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity* (159-178). Ashgate Publishing.
- Torre, S. (2003). Claiming the public space: The Mothers of Plaza de Mayo. En J. Rendell, B. Penner, & I. Borden (Eds.), *Gender Space Architecture: An interdisciplinary introduction* (pp. 140-145). Routledge.
- Un día / una arquitecta (2015). <https://undiaunaarquitecta.wordpress.com/>
- UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (1972). *Convención sobre la Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural*. UNESCO.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (1976). *Recomendación relativa a la Participación y la Contribución de las Masas Populares en la Vida Cultural*. UNESCO.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2001). *Declaración Universal de la UNESCO sobre la Diversidad Cultural*. UNESCO.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2002). *Declaración de Budapest sobre el Patrimonio Mundial*. UNESCO.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2003), *Convención para la Salvaguarda del Patrimonio Cultural Inmaterial*. UNESCO.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2005). *Convención sobre la protección y la promoción de la diversidad de las expresiones culturales*. UNESCO.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2011). *Recomendación sobre el paisaje urbano histórico, con inclusión de un glosario de definiciones*. UNESCO.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2014). *Equidad de Género. Patrimonio y Creatividad*. UNESCO.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, & UIA - International Union of Architects (2011). *Carta para la Formación en Arquitectura*, Aprobada por la Asamblea General de la UIA Tokyo 2011. UNESCO-UIA.

Unión Europea (1995), *Carta Europea de la Mujeres en la Ciudad*. <http://habitat.aq.upm.es/dubai/96/bp018.html>

Urtizberea Arrieta, I. (2017). El sesgo androcéntrico del patrimonio. En I. Urtizberea Arrieta (Ed.), *El género en el patrimonio cultura* (pp. 11-18). Universidad del País Vasco/ Euskal Herrico Unibertsitatea.

Van de Vries, M. (2015). La “inclusión social” como palabra de moda en las candidaturas a Patrimonio Mundial. En *Actas del II Congreso Internacional en Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial: Personas y Comunidades* (pp. 668-686). Universidad Complutense de Madrid.

AGENCIAMENTOS DA ESFERA PÚBLICA EM ESTADOS DE EXCEÇÃO

Maria Júlia Barbieri

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

mjbarbieri@gmail.com

Christine Greiner

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

christinegreiner3@gmail.com

RESUMO

A pandemia da Covid-19 tem lançado múltiplos olhares sobre a cidade e seus processos, revelando de modo muito incisivo as contradições inerentes ao modo como a definimos, planejamos e ocupamos. São muitas as questões que se apresentam, evidenciando como a cidade e o urbano passaram a ser ainda mais intensamente mediadas pela tecnologia dos dispositivos em rede. O objetivo deste artigo é indagar como a noção de esfera pública também é afetada pelas novas concepções de cidade que emergem do estado de calamidade, como essa situação afeta os corpos (corpos das pessoas e corpos das cidades) e para isso trazemos como exemplos algumas intervenções artísticas, realizadas no Brasil nesse período da pandemia, que mostram como a arte pode se apropriar de diferentes territorialidades para produzir espaços de enunciação e instaurar novos regimes de visibilidade na cidade.

PALAVRAS-CHAVE

cidade, esfera publica, arte, pandemia

1. INTRODUÇÃO

A dimensão pública do espaço está na origem das cidades, a pólis grega e a urbe romana trazem em seu seio esse espaço compartilhado que materializa as relações da cultura, do coletivo e da política. A própria noção de esfera pública desenvolvida por pensadores como Hannah Arendt (2007) faz referência a essas espacialidades afirmando que o espaço comum da pólis grega é o espaço do corpo político, onde o discurso publicizado ganha força nas negociações necessárias aos debates e decisões para o bem comum.

Nesse momento originário do surgimento das cidades, a emergência da esfera pública surge como oposição e descolamento da esfera privada, da casa e da família, ou seja, é sempre na relação entre essas duas naturezas espaciais –o público e o privado– que as atividades

humanas acontecem. O espaço público da pólis grega é o lugar onde os indivíduos atuam, além de sua vida íntima, numa segunda vida, chamada por Aristóteles de bios político, e que segundo Hannah Arendt (2007), era caracterizado por dois tipos de atividade: a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*). É nesse contexto, que o espaço público se apresenta a nós como um híbrido entre duas dimensões: uma espacial, e outra, comunicacional, de modo que a cidade seja de fato um sistema vivo e dinâmico de onde emergem processos de mediação, enunciação e de prática da liberdade.

Essas duas esferas, que estão sempre em relação, vão se transformando de acordo com contextos e configurações distintas da vida em sociedade, que também reconfiguram o ambiente urbano. Na Idade Média, o que vemos, segundo Arendt (2007) é a esfera pública se transformar radicalmente quando as atividades humanas se fecham novamente no ambiente privado e o espaço público da cidade se dissolve para a constituição dos feudos, a esfera pública passa, portanto, a acontecer nos ambientes religiosos. Na Idade Moderna, com o início da economia mercantil, a ascensão da burguesia e mais tarde a Revolução Industrial, vemos nascer uma esfera que não é nem pública e nem privada, mas social, essa esfera está intimamente conectada com os novos ambientes desenhados pela sociedade burguesa numa cidade que ganha complexidade a medida em que se diversificam as relações humanas.

Portanto, a noção de esfera pública e de espaço público é concebida de modos diversos diante das configurações das relações humanas e em cada momento servem à diferentes tipos de mediações e enunciações. O que podemos inferir aqui é que as noções de público, privado e a própria ideia de cidade estão intimamente ligados e em constante transformação.

Quando pensamos sobre essa questão na contemporaneidade, à luz de Judith Butler (2018) em sua proposta de uma Teoria Performativa da Assembleia a partir da aliança dos corpos, vemos, de certo modo, uma retomada da esfera pública e da ocupação dos espaços da cidade por manifestações que, embora tenham propósitos distintos, fazem emergir novamente o próprio espaço público como dispositivo político de enunciação.

O espaço público passa a ser reocupado por movimentos de minorias que reivindicam a esfera pública em si, e veem na cidade a possibilidade de se instaurar um território comunicacional potente para sua visibilidade e aparecimento. Segundo Butler (2018) é a partir da aliança dos corpos que a política se faz possível e, nesse sentido, a presença do corpo e mais especificamente o espaço "entre" corpos legitima a emergência das diferenças de modo que na relação entre o "eu e o outro" sempre está implícito um embate entre subjetividades e singularidades que se presentificam num corpo político.

Olhar para esfera pública a partir do corpo implica também em compreender que esse corpo cohabita dois territórios distintos, o privado e o público. Ou seja, o corpo privado no ambiente doméstico, é um corpo pré-político que, quando abandona o interior da intimidade para se expor no espaço público e reivindicar sua existência, se torna um corpo político. Logo, não existe distinção entre esses corpos, há apenas uma diferença de estados que varia a partir do lugar onde esse corpo opera e da intenção com a qual ele se manifesta.

No campo de estudos da performance, alguns autores têm contribuído também com este debate, chamando a atenção para o fato de que nem todo espaço público se constitui como uma esfera pública e que a arte da performance, pode muitas vezes qualificar o espaço público convertendo-o em uma esfera pública. Nesse sentido, um tópico muito discutido pela arte, são os debates sobre as questões de gênero, que questionam a concepção desse corpo pré-político no privado, uma vez que as relações de poder nesse âmbito e o incremento da violência doméstica convertem os corpos privados em corpos eminentemente políticos.

A potência da performance urbana para dar visibilidade a questões éticas, sociais e políticas que costumam ter pouca expressão pública (Pais, 2017) é um bom exemplo.¹ Autoras como Bojana Cvejic e Ana Vujanovic construíram uma cartografia de diferentes concepções de esfera pública no Ocidente e impactaram de maneira relevante os debates sobre dramaturgia contemporânea.²

Além destas pesquisas, o clássico de Claire Bishop (2012), *Artificial Hells: Participatory Art and the Politics of Spectatorship*, reúne uma série de referências para entender o que é arte participativa e o seu impacto na esfera urbana, desde os movimentos situacionistas de Guy Debord e as discussões de Walter Benjamin até discussões mais recentes que falam por exemplo nas zonas autônomas temporárias (TAZ) (Hakim Bey) e na filosofia da diferença como uma semiótica de desterritorializações, a partir da obra de Deleuze e Guattari. No caso das TAZ e partindo das chamadas Utopias Piratas, Bey discute uma série de processos auto-organizativos e subversivos que desestabilizam os padrões de normalidade urbana, muitas vezes, partindo de acionamentos tecnológicos. O livro-manifesto foi escrito originalmente nos anos 1980, muito antes da calamidade da covid se manifestar.

Quanto à chamada filosofia da diferença, Lapoujade (2015) explica que para Deleuze e Guattari, os signos nunca são signos de alguma coisa, mas são sempre signos de desterritorialização e reterritorialização, marcando limiares transpostos nesses movimentos. O que se chama de territorialidade na obra destes autores é o primeiro agenciamento, aquilo que faz deslocar, sugerindo que todo agenciamento é, em certo sentido, territorial.

Este aspecto é extremamente importante para se pensar a diferença entre espaço público e esfera pública. Como mencionado anteriormente, trata-se de uma rede signica, de uma rede de comunicação. Não é o espaço tal e qual, mas qualificado no sentido de abrigar e constituir sucessivas desterritorializações.

Na atualidade, experimentamos uma cidade híbrida, onde a presença do corpo acontece simultaneamente em dois espaços distintos, o território físico da cidade e a rede virtualizada de comunicação. Se isto já vinha acontecendo sobretudo com as redes móveis dos celulares, com a pandemia tudo se radicalizou. Willian Mitchell (2004) discorre sobre o modo como a ampliação das nossas capacidades perceptivas e cognitivas por meio de dispositivos tecnológicos tem nos tornado ciborgues que habitam uma cidade em rede, numa existência

1 Em 2017, tivemos a oportunidade de participar do Projecto P! organizado pela professora Ana Pais na Fundação Gulbenkian, entre outros espaços, e que gerou a publicação *Performance na Esfera Pública* (Pais, 2017).

2 A publicação de Cvejic e Vujanovic foi resultado de uma residência nos Les Laboratoires d'Aubervilliers que geraram o livro *Public Sphere by Performance* (Cvejic e Vujanovic, 2012).

mediada entre territórios físicos e informacionais. Nesse sentido, vemos as esferas públicas e privadas também se diluírem entre esses territórios, de modo que o espaço público da cidade e o espaço privado da casa, não possam mais ser definidos sem esses seus duplos informacionais.

Essa proposição de Mitchell (2004) vem de encontro à Teoria Corpomída de Katz e Greiner (2015) que reposiciona o corpo nos processos comunicacionais, numa perspectiva que articula a semiótica peirceana e alguns autores das ciências cognitivas, em especial aqueles que estudam a noção de mente incorporada (Varela et al., 1993), afirmando que corpo não é mero receptor passivo da informação, ele se produz ao mesmo tempo em que produz a informação, nas interações com o ambiente. Logo, precisamos compreender que se corpo e ambiente se autoproduzem, essa interação qualifica e dispara diferentes processos tanto no corpo quanto no espaço e qualquer transformação nessas interações provoca mudanças que podem ser percebidas no corpo e nas espacialidades.

2. A CIDADE PANDEMIA

Num recorte mais específico, nos propomos a refletir sobre, de que modo, a situação de calamidade, instalada pela pandemia da COVID-19, principalmente no Brasil, reconfigura a experiência urbana e a própria concepção de cidade e esfera pública. Nesse novo modo de viver a cidade que se instalou sobre a nossa rotina, o *home-office*, o *home-schooling*, as lives, as tele-conferências, o *e-commerce*, o *delivery*, passaram a protagonizar e definir as relações que antes eram estabelecidas no território físico da cidade, desterritorializando o cotidiano radicalmente, e nos revelando de modo muito incisivo a dimensão virtualizada das práticas cotidianas.

Nesse contexto, a casa se reconfigura para abrigar todas essas atividades que antes aconteciam lá fora, no ambiente urbano. Nesse "lado de dentro", a casa abandona o status da intimidade do "lar" para tornar-se escola, escritório, sala de aula, academia de ginástica, consultório de análise e terapia, estúdio de transmissão de vídeos e muitos outros ambientes que não são da esfera do privado.

Essa suspensão da vida pública e do convívio provocada pelo isolamento social, pelas quarentenas que se prolongam e pelos lockdowns recorrentes, gera uma sensação de desconexão onde a resposta mais automática é que nos agarremos às conexões, às redes sociais, ao *sexting*, e conceitos como a tele-presença e o tempo real se instalam definitivamente como única possibilidade de experiência cotidiana. Na "cidade pandemia" vemos a esfera pública migrar de modo muito evidente para um território virtual, onde o corpo deve estar acoplado às extensões tecnológicas e *online* o tempo todo para participar do debate público.

O "lado de fora" é sinônimo de perigo, a máscara passa a fazer parte da nossa indumentária, os rituais de assepsia se instalam em todos os lugares e a experiência urbana passa a ser intensamente mediada por dispositivos de controle e vigilância que passam pela redução da

capacidade de ocupação dos lugares, dos meios de transporte, barreiras sanitárias e toque de recolher. Surgem inúmeras cartografias que se propõem a mapear a doença no bairro, na cidade, no estado, revelando números de casos, curvas de contágio, e algumas delas revelam até mesmo o endereço de pessoas contaminadas expondo os corpos infectados e aqueles que perderam a vida. A cidade adocece junto com as pessoas.

Esse estado de exceção coloca em jogo um regime de visibilidade no espaço da cidade revelando as contradições, diferenças e segregações que são inerentes ao processo de ocupação da cidade, mas que se camuflam na rotina urbana. Na cidade vazia da pandemia, o "lado de fora" desnuda quais são os corpos que de fato não têm seu direito à cidade garantido.

É paradoxal que essa manifestação por legitimidade não seja mobilizada por uma multidão a ocupar o espaço público para se fazer aparecer e comunicar, mas sim por corpos que resistem no espaço urbano, correndo o risco da contaminação. Esses corpos são aqueles que historicamente estão à margem dos processos do capital e da produtividade. Profissionais da saúde, da limpeza pública, moradores de rua, vendedores ambulantes, empregadas domésticas, entregadores de delivery, crianças em situação de vulnerabilidade social, se tornam protagonistas do espaço urbano e de uma esfera pública desterritorializada, praticada principalmente pela população resguardada no espaço privado, que se debruça nas janelas para protestar e que se apropria dessas imagens da cidade num movimento de exposição da desigualdade.

Todas essas transformações que escancaram a segregação sócio-espacial, trazem à tona as fragilidades da garantia do Direito à Cidade e do acesso à esfera pública, principalmente à população que vive em vulnerabilidade social. As taxas de contaminação e morte nas periferias são mais altas, dadas as condições de moradia dessa população que vive em casas precárias, sem as condições mínimas de insolação e ventilação, sem a possibilidade de realizar a higiene de modo adequado e tampouco isolar um contaminado. Além disso, se o acesso à tecnologia e à conexão se torna condição para as atividades básicas diárias, como frequentar a escola ou trabalhar em casa, é também sobre essa população que recai de modo mais incisivo uma "segregação comunicacional".

Interessa-nos compreender de que modo esse contexto se faz presente nas dimensões artísticas e culturais, e como se produz arte durante um estado de exceção. Traremos, portanto, alguns exemplos que ajudarão a compreender como a cidade e a esfera pública se reconfiguram a partir dessas transformações radicais da relação corpo-ambiente e como a arte se apropria dessas condições enquanto balizadoras dos processos de criação.

A partir do estudo de algumas experiências artísticas que deliberadamente se alimentam da alteridade, evidencia-se que ao invés de neutralizar as diferenças e apostar em parâmetros de normalidade e estabilidade, como ocorre em diversas instâncias do cotidiano; a arte tem aptidão para fazer da alteridade um estado de criação (Greiner, 2017). Neste sentido, quando opera no ambiente urbano, organiza redes sócio-espaciais que podem explicitar as singularidades da esfera pública. A seguir, apresentaremos alguns exemplos de como ao reinventar corpos, a arte faz da tessitura urbana corposmídia em movimento radicalizando os processos co-evolutivos entre corpos e ambientes, inclusive quando, em tempos de pandemia, o acesso à

cidade se torna mediado e, de certa forma, corpos e cidades convertem-se em fabulações de si.

3. CORONÁRIO

A web-artista e pesquisadora brasileira Gisele Beiguelman numa parceria com o IMS (Instituto Moreira Sales), no ano de 2020, propôs pensar um novo léxico nascido na pandemia. Intitulada *Coronário*, a intervenção nos mostra de modo muito claro, um novo regime de signos que emerge a partir dessa nova condição que se instala no cotidiano. O trabalho consiste na apresentação de 25 palavras que passaram a fazer parte do vocabulário das pessoas, da mídia e dos discursos; e que foram submetidas a pesquisas no *Google Trends* a fim e verificar as interações antes e depois da propagação do coronavírus. O resultado, que podemos observar na figura a seguir, é uma coleção de palavras destacadas por mapas de calor que indicam a frequência das interações e acessos.

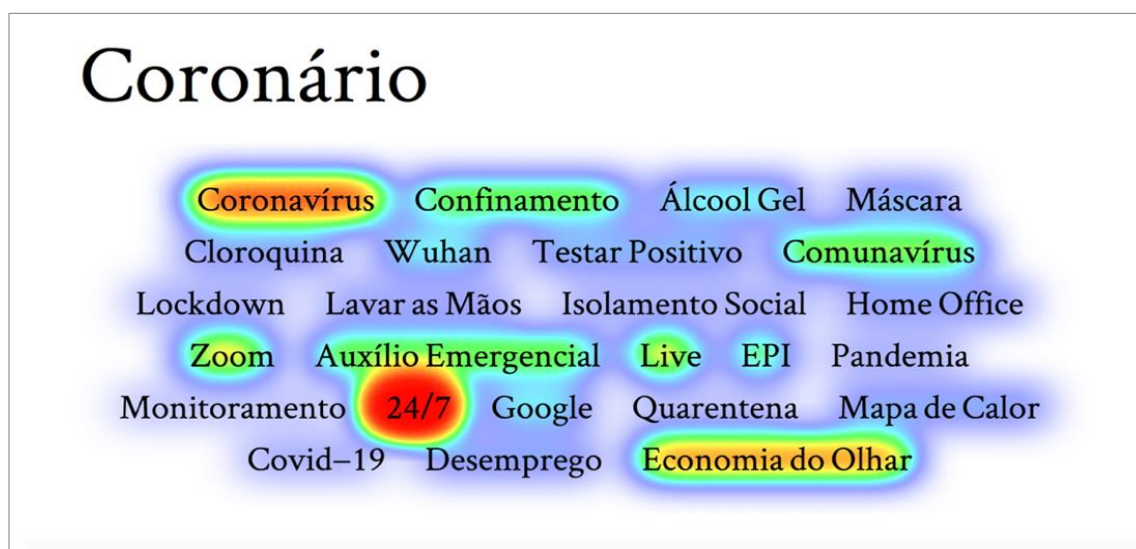


FIGURA 1. CARTOGRAFIA DE CORONÁRIO

Fonte: Instituto Moreira Salles (n.d.)

A artista se utiliza dos mapas de calor, frequentemente utilizados para monitorar a presença fisiológica do corpo no espaço em sistemas de vigilância, e que aqui, são aplicados para rastrear o comportamento do público em sua interação com o site. As cores nos mostram as palavras mais acessadas e desse modo nos ajudam a compreender, não os comportamentos individuais, mas as tendências coletivas.

As palavras são tratadas como verbetes e quando clicadas nos levam a definições resumidas e sempre hiperlinkadas com outras páginas na internet, criando, desse modo, uma rede de informações de diferentes naturezas que se conectam a partir desse contexto. Esses conteúdos abrangem desde definições e dicionários, publicações científicas, conteúdos acadêmicos, fatos cotidianos, entre outros que nos mostram a complexidade desse acontecimento sob diferentes abordagens. É importante lembrar que essa intervenção data de abril de 2020, início da pandemia no Brasil e, portanto, apresenta uma cartografia inicial desse acontecimento.

Desse modo, *Coronário* nos faz vislumbrar a pandemia, a partir das informações constantes nessa esfera pública desterritorializada das redes de comunicação. A obra também nos permite fazer algumas inferências sobre essa ambiência que passa a pautar nossas interações tanto no espaço desterritorializado das redes como no território físico da cidade, pois algumas fazem referência direta às relações entre corpo, vírus e ambiente, como "lavar as mãos", "testar positivo", "máscara" e "confinamento".

No trabalho de Beiguelman também existe uma discussão interessante sobre os dispositivos de controle e vigilância que agem sobre os corpos, a fim de monitorar movimento, temperatura, presenças e aglomerações. Ou seja, vivemos na pandemia uma esfera da vigilância que atua sobre o corpo em vários níveis e hibridiza dispositivos entre a rede digital de informação e o território físico, que torna possível, localizar, testar, diagnosticar e tratar os corpos. Isso também nos permite perceber que os corpos privilegiados são aqueles que podem se manter em casa, e, portanto, resguardados da ameaça do vírus do "lado de fora". A cidade se torna um território hostil, frequentada por aqueles que não podem fazer o isolamento social e que são os que mais adoecem e morrem.

4. A EMPENA E A ESFERA PÚBLICA

Desde o início da pandemia no Brasil, vivenciamos uma sensação de desamparo pelo poder público e, apesar de termos um dos melhores sistemas de saúde pública do mundo, a negligência com que a pandemia vem sendo tratada, inclusive pelo presidente atual do país, eleito em 2018, que frequentemente vem à mídia para fazer declarações negacionistas, reverbera em protestos e manifestações que mobilizam grande parte da esfera pública nesse período. Tendo em vista a necessidade do isolamento social, vemos muitas mobilizações acontecerem nas redes sociais e também ganharem o espaço da cidade, se apropriando de estruturas concretas como muros e empenas de edifícios. Os grafites e as projeções se tornam veículos de um *ativismo*, definido aqui como as ações políticas e sociais que se valem de estratégias artísticas e estéticas para trazer à público diversas manifestações, e que neste caso se apropriam do território físico para criar suportes de comunicação.

As projeções em empenas não são novidade, as primeiras experiências desse tipo de intervenção datam da década de 1980 e com o barateamento dos projetores nos anos 2000, elas se tornam interferências comuns na paisagem urbana. O uso ativista das projeções

ganhou força em manifestações como a *Occupy Wall Street* em 2011, na cidade de Nova York, e desde então, se tornou uma das formas de protesto e ocupação do espaço urbano no mundo todo. Nesse momento em que vivemos uma suspensão da vida no espaço público, as empenas materializam a esfera pública na paisagem da cidade, retomando o espaço urbano como território político e comunicacional.

Nesse sentido, trazemos aqui o trabalho da Rede de Projeccionistas Livres *Projetemos*, um coletivo que atua em várias localidades criando uma rede nacional de colaboração e manifesto muito atuante no período da pandemia. A rede é aberta a colaborações e qualquer pessoa pode enviar suas frases, artes e vídeos, além disso, o coletivo disponibiliza um manual e uma ferramenta online que facilita que qualquer pessoa possa fazer suas próprias projeções.

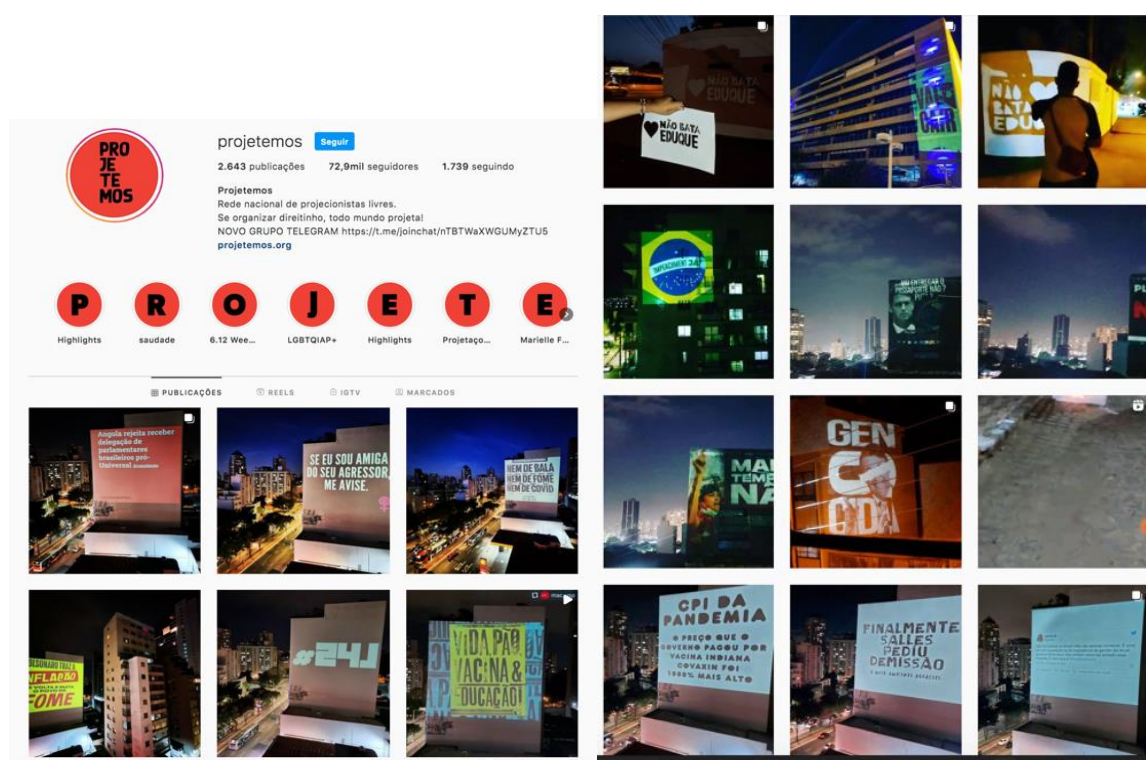


FIGURA 2. PROJEÇÕES DA REDE PROJETEMOS.

Fonte: Projetemos (n.d.)

Os conteúdos projetados fazem referência às mais distintas temáticas e mobilizações, com um forte apelo aos acontecimentos presentes no cenário político do país e às causas das minorias. A vídeo-guerrilha do *Projetemos* atua por meio do terrorismo poético, convertendo as empenas em Zonas Autônomas Temporárias (TAZ) (Bey, 2020) que fazem emergir uma esfera pública potente na paisagem urbana. As empenas se humanizam, dão voz a um corpo

político coletivo, atuam como espelho de alteridade e aliança restaurando o que Guattari chama de "cidade subjetiva".

Para o pensador, a "restauração da cidade subjetiva", implica a constante produção de um si mesmo emergente, que "engaja tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto os níveis coletivos" (Guattari, 1992/1992, p. 170). Sendo assim, a cidade se torna o meio que possibilita a emergência do si mesmo, na relação que estabelece com o outro, num processo que Gilbert Simondon (1964) define como processo de individuação, e que Deleuze mais tarde vai atualizar em sua filosofia relacionando com o exercício de criar para si um "corpo sem órgãos", a partir das pontes com Antonin Artaud; e a própria noção de "diferença" como articuladora de emergências. O foco estaria sempre no processo inacabado de constituição de singularidades. A partir dessa perspectiva, podemos compreender a própria cidade como um corpo que se constitui (para sempre) no entrelaçamento entre a esfera privada e a esfera pública, entre agenciamentos individuais e coletivos.

A iniciativa do *Projetemos* agencia, o espaço privado da casa, aqui especializado no regime de visibilidade das janelas dos que projetam, dos que assistem às projeções e daqueles que se manifestam; e o espaço público da rua, materializado na superfície das empenas, nos mostrando como na pandemia, a cidade também pode ser produtora de subjetividades individuais e coletivas que se retroalimentam para compor um corpo urbano que é a todo momento atravessado por diferentes enunciados. As empenas da cidade mostram sua potência comunicacional como lugares do ativismo político, e da manifestação de uma esfera pública insurgente.

5. PROCESSO ABERTO

Uma outra dinâmica que ganhou força na pandemia no campo das artes em suas mais distintas manifestações, foram os processos abertos. Para vários artistas, esse processo aberto, permitiu que sobrevivessem na pandemia, criando uma alternativa à paralisação dos eventos e apresentações. Além disso, surgiram muitas redes de colaboração e solidariedade que se mobilizaram para manter a classe artística, como financiamentos coletivos e iniciativas governamentais e institucionais por meio de editais e programas de fomento emergenciais.

Muitos artistas, entre músicos, escritores e performers, que abriram seu processo de criação, se apropriaram das redes disponíveis, instalando seus processos numa fronteira entre o público e o privado. Nesse sentido, o espaço da casa, esse ambiente da intimidade, se transformou em ateliê, sala de ensaios, estúdio de música, reconfigurando a ambiência do processo de criação, o que invariavelmente afeta as dinâmicas e resultados das obras. Essas iniciativas, muitas vezes, envolviam a participação do próprio público no processo de criação artística, propondo um jogo de colaboração e uma abertura para que a criação fosse alimentada pela alteridade.

Dentre muitos trabalhos realizados nesse período está o do Grupo Mulheres em Quarentena, coletivo surgido no período de pandemia, que reúne mulheres que trabalham em diferentes áreas no campo da cultura e da arte, e se organizaram por meio de financiamento coletivo e editais para viabilizar duas performances: *Insuflação de uma morte crônica* e *O que restou do barro silenciou a mulher*. Ambas as performances acontecem no ambiente da casa das performers e são transmitidos pelo canal do grupo no *Youtube*.

A performance *Insuflação de uma morte crônica* aconteceu durante um período de 14 dias, o tempo de quarentena indicado para as pessoas que são infectadas ou para aquelas que tiveram contato com pessoas infectadas pelo vírus da COVID-19, voltarem ao convívio com segurança. Quatro mulheres, dividindo uma casa, inflaram, durante a esse tempo, 100 mil bexigas pretas, fazendo alusão ao número de mortos pela doença no Brasil na época da performance. Conforme os números se atualizavam, mais bexigas eram levadas para a casa para que se somassem as que já ocupavam os espaços.

Elas passaram 14 dias realizando todas as atividades da rotina diária em meio às bexigas, e, conforme o número de balões ia aumentando ficava cada vez mais difícil se locomover, provocando uma sensação angustiante de sufocamento e paralisia. A falta de ar, um sintoma comum da infecção, que vai progressivamente piorando durante a evolução do quadro, é percebida na performance na medida em que esses balões, paradoxalmente cheios de ar, vão ocupando todo o espaço do apartamento e engolindo os móveis, as janelas, e os corpos até que tudo esteja submerso no luto dos 100 mil mortos pela pandemia.

A transmissão em tempo real da performance, potencializou a imersão do público na obra, de modo que, ao final dos 14 dias, muitos dos comentários no chat faziam referência à essa sensação de sufocamento e de tristeza pelas vidas perdidas. A clausura do corpo no ambiente doméstico, o espaço da casa sendo ocupado aos poucos, o tédio do isolamento, a sensação de imobilidade, de impotência e a angústia da quarentena, são sentimentos que a pandemia desperta, fazendo a performance estabelecer uma conexão direta com a produção de subjetividade tanto individual quanto coletiva.

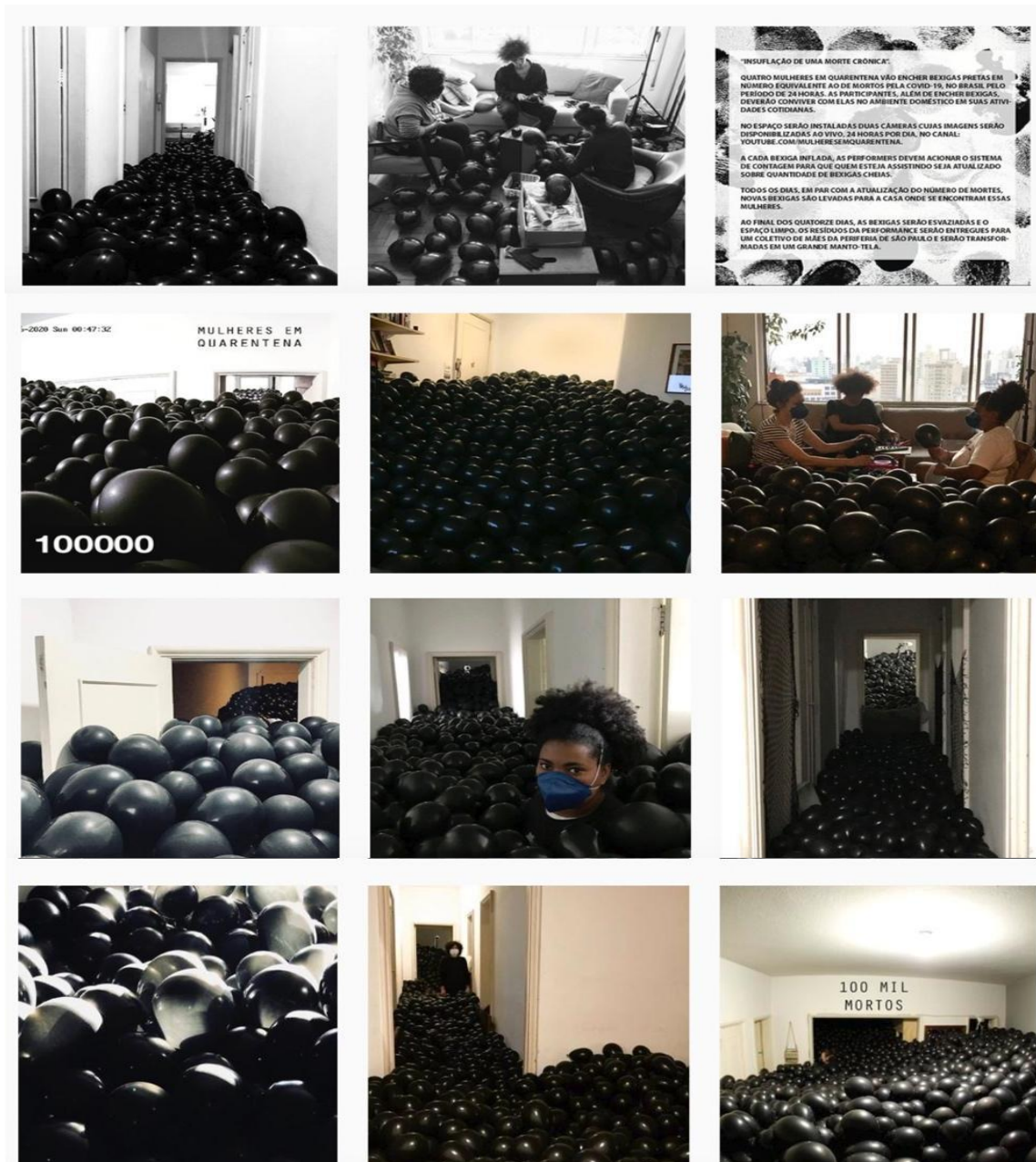


FIGURA 3. INSUFLAÇÃO DE UMA MORTE CRÔNICA.

Fonte: Mulheres em quarentena (2020).

Nesse sentido, *Insuflação de uma morte crônica*, é um processo artístico que faz da alteridade um estado de criação, pois possibilita a emergência de sentimentos que atravessam todos os corpos em suas relações com o ambiente nesse momento de pandemia, e revela a arte como dispositivo de instauração de uma esfera pública afetiva e política num nível mais íntimo, à

medida que traduz, mesmo que de modo silencioso e sem texto, a dor e o luto de um corpo coletivo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas essas manifestações aqui apresentadas evidenciam que a esfera pública é um ambiente comunicacional que emerge em diferentes contextos e a partir de espacialidades distintas. A arte agencia o discurso político na esfera pública, na medida em que provoca novas territorializações e dá visibilidade a manifestações subjetivas individuais e coletivas.

No recorte específico da pandemia em sua relação com a cidade, apesar da suspensão das ocupações do espaço público, vemos a arte se apropriar de diferentes territórios –sem apartar a fisicalidade de suas redes sígnicas– para produzir espaços de enunciação. Seja na rede desterritorializada de comunicação, nas empenas dos edifícios ou no espaço privado de um apartamento, a arte mostra a possibilidade da emergência de uma esfera pública, que não necessariamente implica o espaço público, mas que também é constantemente atravessada pelas relações entre corpo e ambiente. Criam-se, assim, zonas de indistinção entre esfera privada e esfera pública, assim como entre territorialidades físicas e imaginativas. É importante notar que de acordo com a teoria corpomídia, de fato nunca fez sentido elaborar dicotomias entre o que tem fisicalidade e as instâncias imaginativas, uma vez que no corpo, os processos imaginativos contam com fisicalidade, acionando mudanças de estado o tempo todo.

Assim nesse momento de calamidade, a imobilidade do corpo em isolamento no espaço privado também pode se converter em ato político e isso não exclui a possibilidade e necessidade de se fazer manifestar. A pandemia tem mostrado a capacidade de reinvenção da arte, do corpo e da própria cidade a partir de fabulações que redesenham as relações entre os corpos no território para engendrar constantemente um si mesmo emergente, e restaurar desse modo uma cidade subjetiva.

Como mencionamos anteriormente, em diversas situações, o espaço privado sempre foi político, uma vez que abrigou relações de poder, como por exemplo, no que se refere às relações de gênero. Entretanto, estas nem sempre foram visíveis. Algumas performances artísticas radicalizam essas questões muitas vezes invisibilizadas no cotidiano. Esta tem sido a proposta de alguns autores que lidam com a metodologia fabulatória (Greiner, 2017; Nyong'o, 2018) para, justamente, dar visibilidade às narrativas silenciadas.

O que a cidade infestada pela pandemia radicalizou, parece ter sido a necessidade de se reconhecer o poder da imaginação, ou seja, a potência fabulatória urbana. Ao expor as fragilidades e as relações de poder, foram articuladas novas possibilidades de emergência da esfera pública, inclusive nos espaços privados, escancarando os abismos sociais e político-econômicos que atravessam cidades e vidas.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Maria Júlia Barbieri é Professora do Curso de Arquitetura da UNIFEV (Centro Universitário de Votuporanga) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP.

Christine Greiner é Professora livre-docente do Departamento de Artes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arendt, H. (2007). *A condição humana* (R. Raposo, trad.). Forense Universitária.

Bey, H. (2020). *TAZ: Zona Autônoma Temporária* (P. Decia & R. Rezende, trad.). Coletivo Sabotagem: contracultura.

Bishop, C. (2012). *Artificial Hells: Participatory Art and the Politics of Spectatorship*. Verso.

Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* (F. Siqueira Miguens, trad.). Civilização Brasileira.

Instituto Moreira Salles (n.d.). *Coronário*. <https://coronario.ims.com.br/>

Cvejic, B, Vujanovic, A. (2012). *Public Sphere by Performance*. Anagram Books.

Greiner, C. (2017). *Fabulações do corpo japonês e seus microativismos*. Editora n-1.

Guattari, F. (1992/1992). *Caosmose: Um novo paradigma estético* (A. L. de Oliveira & L. C. Leão, trad.). Editora 34. (Livro original publicado em 1992).

Katz, H., & Greiner, C. (2015). *Arte e Cognição, corpomídia, comunicação, política*. Annablume.

Lapoujade, D. (2015). *Deleuze os Movimentos Aberrantes* (L. Garcia dos Santos, trad.). Editora n-1.

Mitchell, W. (2004). *ME ++: The Cyborg Self and the Networked City*. MIT Press.

Mulheres em quarentena (2020, August 14). Programas performáticos de manutenção. [Photographs]. Instagram. <https://www.instagram.com/mulheresemquarentena/>

Nyong'o, T. (2018). *Afro-fabulations, the queer drama of black life*. University Press.

Pais, A. (2017). *Performance na esfera pública*. Orfeu Negro.

Projetemos (n.d.). Rede nacional de projetionistas livres. [Photographs]. Instagram. <https://www.instagram.com/projetemos/>

Simondon, G. (1964). *L'Individu et sa Genèse Physicobiologique*. PUF.

Varela, F. J., Thompson, E., & Rosch, E. (1993). *The embodied mind: Cognitive science and human experience*. MIT Press.

SOBRE A OBRA *PASSAGEIRXS*: TRADUÇÃO, IMAGENS E TRÂNSITOS NO ESPAÇO ARQUITETÔNICO

Sonia Guggisberg

Universidade de São Paulo (USP)

contato@soniaguggisberg.com.br

RESUMO

Este artigo aborda o procedimento de tradução que ocorre no confronto de diferentes linguagens. A tradução é o local da intersecção, do trânsito e do redesenho, segundo Boaventura de Sousa Santos, assume a forma de um processo de interpretação entrelaçando diferenças. O objetivo deste artigo é analisar como a tradução opera na arte, na busca por conexões entre camadas porosas de imagens e arquivos, e como estes se hibridizam entre si e com o espaço arquitetônico. O artigo se refere também aos desdobramentos das diferentes camadas na Instalação *Site Specific Passageirxs* e a relação dessa dinâmica com a noção de não lugar.

PALAVRAS-CHAVE

cultura, instalação artística, arquitetura, *site specific*, tradução

1. INTRODUÇÃO

Trabalhos *site-specific* lidam com componentes ambientais de determinados lugares. Escala, tamanho e localização dos trabalhos *site-specific* são determinados pela topografia do lugar, seja esse urbano ou paisagístico ou clausura arquitetônica. Os trabalhos tornam-se parte do lugar e reestruturam sua organização tanto conceitual quanto perceptualmente. (Serra, 1989, p. 202)

Os desdobramentos que a Instalação *Site Specific Passageirxs* gerou na arquitetura do espaço expositivo, transformando o local em um espaço de experiência para o público, é o tema fundamental deste artigo. Entendemos que, para além arquitetura, o espaço expositivo pode ser convertido em peça importante na integração da arte com a cultura, sendo a ação sobre o local, ou mesmo a programação cultural do espaço, o elemento decisivo de integração entre o espaço alterado pela inserção da instalação artística e o público.

A instalação foi elaborada por meio de um conjunto de imagens de arquivo. Cabe lembrar que arquivos são vestígios de realidades e podem ser deslocados, inseridos em espaços reais e conectados com seu tempo histórico. Trabalhar o arquivo e seus novos desenhos é uma maneira de assumir a fluidez dos tempos, dos limites e ampliar o campo de ação para elaborar novas lógicas organizadoras. Tais lógicas, que servem de base para a criação de proposições

na arte, pretendem se constituir justamente no trânsito entre os campos da subjetividade e da objetividade.

Passageirxs é uma obra-testemunho que se relaciona diretamente com lugares de trânsito, lugares não identitários, os chamados “não lugares”. A criação de obras-testemunho é uma das possibilidades de produção artística, pois construir testemunhos é uma forma de resistir ao apagamento de dados, de se envolver na elaboração de uma nova realidade e de um novo gesto e, mesmo não sendo capaz de trazer uma verdade por inteiro, é ainda o traço político que resta. A obra apresenta conexões que se colocam como possíveis detonadores de conscientização e (re)vitalização do pensamento social, buscando incorporar a capacidade da arte de propor olhares enviesados para questões que necessitam de uma reflexão maior.

Um olhar ampliado para as relações específicas do local e da obra foi fundamental para que a intervenção fosse pensada e realizada. Assim, pensando a intervenção no espaço como uma fusão arte-vida, o trabalho buscou espaços de trânsito humano, olhando seus habitantes e seu momento histórico, para apresentar sua reflexão. A realização implicou a possibilidade de a arte desafiar o espaço arquitetônico e gerar um ambiente real a ser experienciado e sentido com e pela presença física do espectador.

Cabe dizer que o objeto de arte se estrutura a partir de relações contextuais, conceituais e físicas, e a hibridação dos processos acontece com a mistura de formas de representação. É justamente nesta necessidade de transformação que a intervenção artística se apropria do lugar e de sua realidade, incorporando-o como matéria-prima. Sendo assim, podemos dizer que, quando os limites entre obra, lugar, espectador se dissolvem, a arte, a arquitetura e o espaço se fundem, e o cidadão contemporâneo, cada vez mais, passa a ser um consumidor do espaço.

Passageirxs, em sua realização, procurou traduzir a situação e o silêncio impostos a pessoas enclausuradas pelos momentos históricos que se somam: a clausura na pandemia e o silêncio da clausura dos Campos repletos de pessoas em situação de refúgio.

2. CULTURA E TRADUÇÃO NA ARTE

Podemos ver a cultura como uma construção dinâmica, que se dá, entre outros processos, por um ciclo ininterrupto e aberto de experiências físicas e sensoriais. Está diretamente conectada com as ações humanas do dia a dia, é cognição contínua, é construção de sentidos e é o local onde a tradução acontece. É como um corpo que se modifica e se renova por seguidas trocas; que se atualiza a cada nova descoberta do passado, produzindo um repensar do presente sobre o futuro.

O processo de tradução articula-se no confronto e nas conexões entre diferentes linguagens. O que propicia a leitura de linguagens, gerando um novo resultado híbrido a partir da inter-relação entre formas distintas, é justamente o trabalho de tradução. Trata-se da intersecção entre os diferentes pontos de vista, entre as diferentes formas de expressão, que não

raramente geram novas linguagens. A tradução é capaz de produzir um pensamento crítico, de modo que a sociedade possa redimensionar a noção de política e de cidadania. De maneira mais ampla, pode-se dizer que a tradução é tanto um procedimento intelectual quanto político, que apresenta o potencial de modificar a condição de invisibilidade daqueles quase nunca reconhecidos em suas ações como produtores atuantes de subjetividades. Sendo assim, a tradução é também um operador que tem como objetivo a busca de conexão entre culturas e pensamentos distintos, permitindo refletir sobre as redes que se hibridizam, encontrando seus elementos comuns.

A tradução é o procedimento que permite criar associações e compreensões recíprocas por meio das experiências. “Há uma fala secreta no silêncio que torna a tradução próxima da criação [...]” (Greiner, 2010, p. 15). É preciso interrogar a lacuna, o vazio, o silêncio que fala ao mesmo tempo que reprime, deixa em suspensão, confunde e altera acontecimentos, contextos e sentimentos. Há momentos em que o silêncio aceita e conforta, mas há outros em que assusta, engana, pergunta e responde ao mesmo tempo. Segundo Santos (2002), a gestão e a tradução do silêncio são as tarefas mais difíceis do trabalho de tradução.

Traduzir não consiste, evidentemente, em transformar literalmente uma linguagem em outra. A tradução constrói o discurso e, ao mesmo tempo, o desconstrói. É um processo que promove abertura dinâmica, interligando camadas de uma rede de informações em trânsito, que incorpora o outro e devora o inconformismo estático. Trata-se de uma reconfiguração onde as estruturas se metamorfoseiam, criando novas interpretações e estratégias. O que está em questão é mapear que tipos de relações são possíveis entre diferentes conhecimentos e desmontar ou ultrapassar as linhas abissais que construíram o pensamento das sociedades.

O procedimento de tradução é também fundamental na criação. Sabe-se que, na arte, a produção de imagens foi usada para representar, reproduzir, mas também para documentar e traduzir passagens históricas, religiosas, políticas e cotidianas. Segundo Santos, “Toda teoria crítica está na convicção de que é possível superar aquilo que é criticável, aquilo que nos causa desconforto, inconformismo ou indignação” (Santos, 2000, p. 27).

O trabalho documental na arte pode ser um vestígio de vida em diferentes tempos de uma realidade transitória. Trata-se de um objeto que se articula onde os documentos são arquivos vivos que produzem outros arquivos. Precisam, por meio da seleção e da montagem, ser colocados em relação a outros contextos, outras temporalidades e outros testemunhos. O processo de tradução resulta numa montagem narrativa de diferentes vozes e, segundo Arlindo Machado, são as vozes que fazem as asserções no documentário; e ele coloca: “A voz dialógica das entrevistas, a voz do depoimento, a voz dos arquivos das imagens, a voz dos diálogos ou monólogos no mundo” (Machado, 2007, p. 86). Além das vozes citadas, temos também a voz dos sons, dos ruídos urbanos, dos vestígios, da música e muitas outras.

Documentos e testemunhos, mas também impressões sobre o mundo, são os dados coletados que precedem a obra; o que vem depois como desdobramento é o objeto final, carregado da proposta de revisão de valores. É igualmente importante compreender o potencial de participação da arte no debate político contemporâneo, sabendo que os limites desta se tornaram fluidos, em termos visuais, narrativos e conceituais. Com seu potencial de

proporcionar ao público ferramentas que lhe permitem esclarecer e entender melhor o mundo em que vive, os trabalhos documentais consolidam sua função social expondo a realidade sobre os jogos de interesses que atravessam toda a sociedade.

“A tradução situa-se na mediação entre o mundo e o homem; dá-se a partir da reflexão de diferentes vozes; mostra-se um procedimento capaz de gerar sentidos e de encontrar direções, de criar associações e compreensões recíprocas entre as experiências e os acontecimentos”(Guggisberg, 2017, p. 23). A tradução é, ainda, “um trabalho emocional, porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do caráter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática” (Santos, 2002, p. 37). Traduzir é também uma maneira de ativar o sentido e o significado de acontecimentos à margem e com pouca visibilidade; é construir mapas sensíveis, visuais e sonoros e, por meio dessa construção, ativar partes da memória social e coletiva. É uma forma de rever um passado que invade o presente, apresentando possibilidades de se pensar o futuro. É uma construção capaz de gerar no espectador mapas de ideias ativados por sentidos, raciocínios, muitas vezes adormecidos. Como agente transformador, a tradução pode potencialmente promover, por meio da produção artística, discussões públicas, mudanças sociais e revisão de valores políticos.

Se a finalidade é criar práticas ou estratégias que possam atuar na sociedade, a tradução precisa trabalhar no sentido de gerar para os discursos “[...] uma zona de contacto capaz de os tornar porosos e, portanto, permeáveis [...] a outros discursos e saberes” (Santos, 2004, pp. 80-81) entre diferentes situações da vida humana.

O tempo em que vivemos [...] é talvez um tempo de transição que pode ser definido da seguinte maneira: [...] precisamos de uma teoria geral sobre a impossibilidade de uma teoria geral. Isto é, precisamos de um universalismo negativo que possa dar lugar às ecologias de saberes e práticas transformadoras. (Santos, 2004, p. 78)

Cabe apostar em perspectivas de mudança, promover debates, atuando horizontalmente e com o devido respeito a cada cultura. Porém, para que se estabeleça um diálogo fértil, há que se mapear o tema em questão, reconhecendo qualidades e fraquezas. Nesses termos, será necessário um enorme esforço de aceitação e reconhecimento de todas as partes, para que certas transformações realmente se concretizem. “Essa tarefa implica um vasto exercício de tradução para expandir a inteligibilidade recíproca sem destruir a identidade dos parceiros da tradução” (Santos, 2004, p. 80).

Com a força de proporcionar ao público reflexões que lhe permitem esclarecer o momento atual, a arte tem o potencial de tradução consolidado em sua função crítica e social quando se mostra capaz de expor jogos de interesses que permeiam a sociedade e, assim como a cultura, esta ensaja a assimilação do mundo e a mixagem do outro, devolvendo-o em uma nova forma editada.

3. INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS NA ARQUITETURA E O NÃO LUGAR

“O ‘lugar’ da arte envolve-se com o espaço literal da arte e a condição física da locação específica [...]” (Kwon, 2004)

“[...] o espaço estéril e idealista, puro, do modernismo dominante foi radicalmente deslocado pela materialidade da paisagem natural ou do espaço impuro e ordinário do cotidiano” (Kwon, 2004).

Para a criação dessas instalações, o tradicional espaço expositivo descontaminado foi substituído pelo lugar real e ativo, incorporando todo tipo de interferência. Foi preciso ressignificar o objeto de arte, onde o espaço passou a ser integrado plenamente, se hibridizando e tornando-se uma coisa única. Vale lembrar que se a arte é expressão de uma sociedade, testemunho de um tempo, ela é também um estágio de conhecimento e procura apontar vivências relacionadas com o espaço e seu entorno. Neste caso, a obra de arte como espaço de experiência se constrói também na relação direta entre contexto e espectador. Não há novidade em dizer que a obra com uma intenção sociopolítica tem como objetivo propor uma mudança institucional, com o intuito de implementar uma alteração de significação e de transformação do mundo.

Neste contexto, a necessidade de reinterpretar a cidade contemporânea a partir das múltiplas situações de experiência urbana convoca os cidadãos para participarem do redesenhar das cidades, presenciando diariamente a substituição de prédios históricos ou de praças por estabelecimentos nômades (camelódromos, residências de moradores de rua ou mesmo Campos de Refúgio). Sabe-se que em metrópoles desordenadas e sem planejamento, onde “o que não é privado não é de ninguém”, instaura-se uma amnésia urbana, de modo que o que está no espaço público pode ser reformulado em qualquer tempo. O redesenhar das cidades nos deixa livres para incorporar a fluidez das mudanças do nosso tempo, e as antigas raízes que marcaram o lugar se desfazem abrindo espaço para o movimento. Instala-se um equilíbrio desordenado e instável, onde é permitido um processo de constante reconfiguração. Cabe citar os lugares de trânsito, chamados de não-lugares por Augé (1994). São espaços intercambiáveis, onde as pessoas permanecem anônimas, são lugares não identitários, sem um significado suficiente para serem considerados “lugares” de fato. São locais de passagem, aeroportos, rodoviárias, hotéis, áreas de trânsitos em geral, mas também podem ser os Campos de Refúgio ou mesmo alguns lugares da Arte, locais de que o ser humano não se apropria, a que não pertence, onde não habita.

Não lugares são lugares em trânsito, lugares de passagem, impuros e não identitários, efêmeros e provisórios, marcados pela perda de marcos e de identidades, lugar nenhum, um lugar desenraizado, não cria nem identidade singular [...]. (Augé, 1994, p. 130)



FIGURA 1. OBRA SITE SPECIFIC PASSAGEIRXS (2021), DE SONIA GUGGISBERG, SESC JUNDIAÍ, SÃO PAULO, SP.
Fonte: Foto da autora.

Podemos dizer que a fluidez é excelente metáfora para o estágio presente da vida contemporânea, onde presenciamos a instabilidade regida pela inconstante ausência de verdades. E dizer, ainda, que o retraçar de limites reformulados a cada instante poderia ser associado à política da sensorialidade, do corpo aberto ao mundo e produtor do mundo, que demanda de nós uma articulação criativa em todos os níveis de relação.

Para se construir este tipo de Intervenção, é necessário incorporar o local a ser ocupado, o pensamento arquitetônico e sua materialidade, incorporando também as transformações e trânsitos existentes ali. É uma construção em diferentes níveis, em que o objetivo principal é

a relação que a obra gerada estabelece com o lugar, a fisicalidade da peça lidando com a fisicalidade do lugar e o que determina a forma do lugar são os aspectos físicos encontrados. São inúmeras experiências que a obra Instalada provoca, inaugurando uma outra relação do público com o lugar, portanto um “novo” lugar. Os espaços se refazem de acordo com novos elementos enxertados e se transformam, propõem um olhar mais ativo ao público, que muitas vezes precisa ser acordado ou estimulado. Trata-se de reavivar a relação emocional do espaço com o espectador, que se alimenta do imaginário proposto pela obra.

De maneira mais ampla, as Instalações artísticas efêmeras, livres para transitar, têm a capacidade de caminhar pela cidade de modo nômade, fixando-se temporariamente, se adequando e ocupando os espaços e anuindo ao processo de transformação de nosso momento histórico. Segundo Marc Augé (apud Côte, 1996), se o lugar está investido de memória e lembrança, o não lugar se investe de velocidade e passagem. Cada vez mais, trocamos o lugar, estável, pelo não lugar, fluido e transitório. Podemos dizer que a ideia de mutabilidade se estabeleceu pela impossibilidade de uma condição definitiva; o resultado mostra uma instabilidade, na qual, a qualquer momento, a obra pode ser reformulada, redesenhada e reinstalada onde mudanças e transformações enfatizam o trânsito e a fragilidade de cada instante.

As intervenções artísticas se misturam com os elementos vivos, como os constantes trânsitos humanos, se transformam pela interferência de luzes e sombras ou mesmo por cores e reflexos. Efêmeras, deixam nesses lugares a memória de sua passagem por meio de diferentes registros, apontam, sinalizam e convocam atitudes e olhares do público com o propósito de vivificar o campo de tensões impresso no espaço. Podendo ser elaboradas em grandes dimensões em relação à escala humana, as intervenções apresentam questões antagônicas: as tensões entre os desenhos arquitetônicos, com o peso da estrutura de concreto, e a leveza da transparência das imagens. A consistência das estruturas rígidas e a porosidade das imagens marcam as visões do mundo em momentos diferentes, não somente sua etapa sólida ou sua etapa líquida, mas as invasões porosas que se misturam e se espalham pelo espaço.

As superfícies duras das estruturas entram em contraste com a delicadeza e a efemeridade das imagens instaladas, e as relações estabelecidas a partir da inserção das peças são diferentes em cada local, pois estas apresentam características físicas diversas. Cada intervenção consiste em novos conjuntos de relações com os diferentes espaços arquitetônicos e suas camadas, porém a transitoriedade das peças as impossibilita pertencer e permanecer no lugar. Diferentes do monumento, um marco histórico fixo persistindo de geração em geração, elas se dissolvem no tempo, deixando para trás somente a lembrança da passagem.

A questão que não cala durante o processo de criação é: como modelar algo informe e não modelável? Remodelar estruturas de concreto? Espaços arquitetônicos? Isto só é possível mediante o jogo efêmero de tensões e equilíbrios gerado ali. As estruturas arquitetônicas, estáveis e rígidas de concreto e vidro, são eleitas como um desafio a ser explorado. Podemos dizer que a transitoriedade das intervenções, em sua capacidade de alterar os chamados “não lugares”, espaços carregados de afetos incertos, cria espaços construídos onde emergem

outras percepções dentro do contexto urbano e da arte. As intervenções, por sua vez, apresentam uma alternativa de existência por acumulações indefinidas e se tornam um gesto em trânsito que sobrevive por meio de seu testemunho. O que se sabe é que o espaço alterado e impregnado com intervenções artísticas retorna, após a retirada da obra, à sua identidade original.

Conceitual e plasticamente, o início desta pesquisa é herança dos anos 1980, do conceito de Informe de Yve-Alain Bois, em que se desgasta a crença na utopia da forma no construtivismo geométrico. A concepção de lugar seguro, de estabilidade e de durabilidade foi questionada na arte a partir dos anos 1960, por George Bataille. Segundo Yve-Alain Bois, Bataille, em seu dicionário *Documents*, cria o mais “efetivo ato de sabotagem contra o mundo acadêmico e o espírito do sistema. A efetividade dessa sabotagem deriva do contraste entre a convencional ideia de totalidade e o efeito surpresa”. Como se não pudesse aceitar definições fixas e congeladas, Bataille vê as palavras como petrificações de conceitos que inibem e apagam reações espontâneas nas pessoas. Nesse momento, lança a discussão sobre o Informe, que, para ele, apresenta um universo que não se parece com nada – é apenas informe.

4. A OBRA PASSAGEIRXS E SUAS CAMADAS

“A Pandemia mexe com a migração? Não somos mais espectadores das crises, mas vítimas potenciais, sabemos que a pandemia aguçou as desigualdades” (Passos, 2021).

Passageirxs é um instalação *site-specific* que se baseia em uma proposta de reflexão documental por imagens e tem como ponto de partida não somente o processo de tradução mas também a estruturação intertextual elaborada a partir de múltiplos recortes de imagens e linguagens. Como já foi citado, o procedimento de tradução articula-se no confronto entre linguagens, gerando novas possibilidades de resposta. Segundo o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 273), este é “o procedimento que nos resta para dar sentido ao mundo [...]”.

A proposta de pesquisar uma estruturação intertextual artística com base em imagens de arquivo, alinha-se com a noção de ecologia de saberes (Santos e Menezes, 2010) que está fundada na pluralidade de conhecimentos científicos e não científicos e foca a relação entre conhecimentos diversos. Ela “implica renunciar a qualquer epistemologia geral” e propõe outros modos de organização; é, “basicamente, uma contra-epistemologia” (Santos e Menezes, 2010, p. 26); envolve a administração de um sistema de diferentes singularidades, mas pode ser também um modo de organização do pensamento.

Santos e Menezes (2010) interessam-se pela desconstrução¹ não como simples fragmentação, mas como desestabilização de verdades estabilizadas; consideram a potência do que ainda não foi feito e pensam as possibilidades de conexões latentes e novas mediações. Nesse

1 Derrida (1930-2004) trabalhou a noção de desconstrução nos anos de 1960 da forma como ficou conhecida no pós-modernismo.

sentido, propor uma estruturação intertextual implica trabalhar a sobreposição, a hibridização e a transformação da multiplicidade de fragmentos para elaborar outras estruturas documentais e outras possibilidades de verdade.



FIGURA 2. DETALHE DA OBRA SITE SPECIFIC PASSAGEIRXS (2021), DE SONIA GUGGISBERG, SESC JUNDIAÍ, SÃO PAULO, SP.

Fonte: Foto da autora.

Na proposta de uma montagem intertextual, este projeto apresenta uma seleção de imagens, objetivando a inclusão de indivíduos em situação de clausura, em seus lugares identitários ou em situação de refúgio. A questão é gerar uma ecologia de diferentes singularidades, não só como um modo de organização do pensamento, mas uma possibilidade capaz de ampliar o campo documental na arte. Trata-se também de intervir na repetição dos vícios da sociedade em se compatibilizar com os desvios sociais, políticos e culturais, e investir no um posicionamento artístico, a fim de resistir criticamente à eliminação das singularidades culturais.

A obra *Passageirxs* parte de uma pesquisa autoral realizada em Campos de Refugiados de 2014 a 2018 pela autora e remete à longa e corrosiva espera. A instalação faz uma analogia aos Campos de refúgio e à pandemia do Covid, onde milhões de pessoas em Campos ou em suas próprias casas, são obrigadas a viver um cenário de clausura, de dor e de introspecção, marcado por perdas e pela longa espera para uma resposta sobre o futuro.

Em um enorme mosaico de imagens, a obra transforma o espaço arquitetônico do SESC Jundiaí em um grande aquário de sombras. Pessoas, refugiadas de suas próprias vidas, como

sombras que não têm identidade e estão esvaziadas de sua história e cultura, ficam fechadas à espera de um futuro mais que incerto. As imagens no painel, permitem, através da transparência, olhar o Jardim Botânico e a cidade, porém as frestas de janelas abertas são incorporadas à obra como recortes de realidade. A efemeridade da obra é a dos líquidos em movimento, em dissolução. Refletir sobre o elemento água implica olhar a gama de significados que tende sempre a estabelecer novas relações e, metaforicamente, podemos dizer que dominá-la, represá-la ou representá-la são questões contemporâneas. Na instalação, a água, mesmo que por imagem, é matéria constituinte da obra, e não deixa de estabelecer relações quando em contato com as sombras que se replicam em reflexos, enfatizando de modo latente a condição de instabilidade.

No painel, projetado especificamente para a fachada do prédio, o conjunto de imagens adesivadas que constroem a obra, foi selecionado e pensado a partir de pessoas fotografadas atrás de janelas de vidro. Sombras humanas e passageiras realizam ações do cotidiano no interior de locais fechados gerando um *storyboard* de passagens. Ao fundo, as imagens azuladas remetem ao ambiente aquático que integra o conceito e a totalidade da obra. A enorme fachada de vidro passou a ser pensada como se fosse um filme decomposto em camadas de imagens, de luz, de transparências e de sombras, mas também camadas indiretas de movimentos, de cores, de representações e suas metáforas. Pensar este processo implica entender a densidade que a sobreposição apresenta, não somente de forma real mas principalmente de forma conceitual.

Ao olharmos as manchas escuras das sombras e entendemos que estas não têm cor pois são ausência de luz, não têm matéria, são simplesmente memórias de passagem. Não são pessoas, mas a ausência destas deixada ali, mesmo presas às superfícies, são sempre fluidas. Não têm matéria nem identidade, são destituídas do caráter ou natureza, podem fazer parte de uma espécie de galeria mental de arquivos e memórias pessoais imaginadas. Capazes de invocar pensamentos transversais, podem gerar um interminável entrelaçamento de ideias. Olhar as sombras em suas camadas implica em um mergulho de possibilidades, pois é da natureza da memória se permitir novas construções e novas configurações em termos de imagens mentais.

Os recortes e transparências das imagens que constituem o painel com 80 metros de comprimento e 4.90 metros de altura, fazem nossos olhos dançarem na superfície da obra. Ora olhamos para o ambiente externo, ora para as imagens, ora olhamos para o ambiente interno e, em seguida, para o conjunto integrado, entendendo que a obra se configura justamente neste panorama líquido em trânsito. A elaboração e a realização deste trabalho têm como base fundamental a porosidade das camadas em trânsito e o fluxo ininterrupto de reconstruções imagéticas, que alteram o espaço arquitetônico de forma dinâmica propondo inúmeras possibilidades de reflexão ao espectador. O suporte transparente com as imagens impressas se apresentou como um enorme campo a ser explorado em diferentes formatos e escalas, e o entrecruzamento de sombras impressas com as silhuetas do público que transita no prédio, enfatiza o traço performativo da obra. Este movimento gera um hibridismo que instiga o espectador ao caminhar observando e buscando encontrar significados. A arquitetura do prédio e sua enorme fachada de vidro foi fundamental nesse jogo em trânsito, pois permitiu o equilíbrio entre as camadas rígidas da estrutura de concreto *versus* a

maleabilidade das camadas realizadas por imagens, transparências e luz. Estas se espalham pelo espaço, replicando-se por reflexos e silhuetas no piso, nas paredes, se alterando com o movimento do sol e do vento e transformando todo o ambiente a ser experienciado.

O corpo não é um meio por onde a informação simplesmente passa, pois toda informação que chega entra em negociação com as que já estão. O corpo é o resultado desses cruzamentos, e não um lugar onde as informações são apenas abrigadas. [...] diz respeito ao processo evolutivo de selecionar informações que vão constituindo o corpo. A informação se transmite em processo de contaminação. (Greiner, 2010)

O conceito central do *Site Specific Passageirxs* se apoia na ideia de redesenho e do reeditar por camadas, incorporando um olhar para as relações da arquitetura em espaços de convivência. *Passageirxs* pode ser vista como um índice efêmero da sociedade atual, que se estrutura por bases porosas e transitórias. A obra se relaciona tanto com o ambiente externo como com o espaço interno, onde novos acontecimentos se somam transformando o espaço da instalação em um local “vivo”. As sombras, integradas ao ambiente, apresentam um jogo de sobreposições, que se reconstróem, se reeditando a cada interferência. É um trabalho de intervenção artística que se relaciona diretamente com o espaço escolhido e, por se tratar de uma obra em grande formato, esta “engole” parte do local, não somente em sua fisicalidade mas por suas diversas interfeências. O espectador interfere sem saber pois, ao caminhar pelo espaço expositivo olhando a obra, imprime suas silhuetas circulantes interferindo e ressignificando temporariamente o espaço.

Conceitualmente, o conjunto de imagens que estrutura a obra *Passageirxs* é também uma reflexão crítica e direta sobre a gigante onda migratória contemporânea. Segundo o filósofo francês Jean-Luc Nancy: “A comunidade é constitutivamente organizada para a morte daqueles que chamamos de talvez seus membros errados.”. A questão que não para de reverberar é que vivemos numa sociedade que sabe da existência do outro, mas não o escuta, não se aproxima do outro, não troca nem compartilha. As pessoas em situação de refúgio são também testemunhos sociais e políticos desta realidade, e expõem um trauma social que cresce a cada dia, deixando traços que não se apagam.

Passageirxs apresenta uma reflexão sobre esse desgaste, sobre o jogo de tensões que se estabelece entre a necessidade do movimento e a sua impossibilidade, sobre a clausura humana que expõe a lacuna social. O resultado é esta Instalação que enfatiza a liberdade aparente estampada em sombras humanas. A lacuna social representada em *Passageirxs* é mostrada enfatizando a invisibilidade em diferentes graus. Indivíduos ocultados pelas dificuldades sociopolíticas, de gênero ou pandêmicas apresentam um modo de vida contemporâneo que fala por meio de sua impossibilidade de comunicação, ou seja, por seu silêncio. São corpos que falam pela invisibilidade, pela ausência de palavras e gritam em seu silêncio absoluto. Como lacunas sociais, eles oscilam em sua própria impossibilidade, expondo a degradação e o abandono. Presos, são esvaziados de seu papel funcional; à margem do movimento da vida são como vestígios sociais, mas persistem como documentos vivos. São exemplos que refletem tanto a degradação do ambiente contemporâneo como de seus modelos. Ao refletir sobre a questão do corpo, pensamos nos corpos-sombras, imobilizados como corpos impedidos ficam sem condição de atuar no processo social. Retirados do campo dinâmico de forças, configuram a existência humana em uma linguagem

estanque, porém atuante pela força de seu inverso. Reverberam em seu silêncio, se tornando memória vazia pela lacuna e pela ausência. Entende-se que, em um processo de interpretação da violência social, trata-se de corpos que sobrevivem em sua impossibilidade, com movimento limitado, no fluxo entrecruzado de movimentos estanques.



FIGURA 3. DETALHE DA OBRA SITE SPECIFIC PASSAGEIRXS (2021), DE SONIA GUGGISBERG, SESC JUNDIAÍ, SÃO PAULO, SP

Fonte: Foto da autora.

Ao lado dos arquivos físicos, arquiteturas e cidades, temos os arquivos humanos, que guardam em si o poder de sua interpretação, de sua tradução, de rastros afetivos em seu testemunho. Desta forma, entendemos que o arquivo existe também em seu formato imaterial, pois surge enquanto memória, ao mesmo tempo que se reinventa, redesenhando as relações do presente que apontam para o futuro. Trabalhar a incompletude do arquivo pode ser uma maneira de assumir a fluidez dos limites, entendendo que se trata de uma ação de intersecção entre vida, registro e testemunho. É essencial enfatizar a questão do testemunho, pois este é livre no acionamento da memória e é capaz de mostrar as frestas tão necessárias para compreendermos invisibilidades. O testemunho aqui é o próprio trabalho.



FIGURA 4. DETALHE DA OBRA SITE SPECIFIC PASSAGEIRXS (2021), DE SONIA GUGGISBERG, SESC JUNDIAÍ, SÃO PAULO, SP.

Fonte: Foto da autora.

Por fim, ao término do tempo de exposição, o que sabemos é que, da mesma maneira que a obra chega, é também um corpo que se vai sem deixar rastros. Podemos entender este tipo de intervenção como um grande desafio pois está sempre livre para buscar diferentes configurações nos espaços da cidade que se oferece como um vasto campo de realizações. A obra impregnada de cenas cotidianas e seus trânsitos, se desfaz; ela é retirada e o jogo de equilíbrios e tensões se desmancha. No processo de desmontagem, descolam-se os adesivos, e o jogo de forças entre as diversas camadas deixa de existir, sobrando somente o que é capturado por longos registros em vídeo e fotos. A obra *Passageirxs*, impregnada de questões do presente e em sua condição passageira, deixa seu testemunho. Silenciosa, aponta para a fluidez de nosso tempo e para a impossibilidade de se conterem as mudanças. Móvel e com sua estrutura de possibilidades, busca ficar atrelada ao tempo e ao espaço. Em processo contínuo de alterações, aponta para a dissolução do tempo e olha o presente como algo que cresce e caminha para o futuro.



FIGURA 5. OBRA SITE SPECIFIC PASSAGEIRXS (2021), DE SONIA GUGGISBERG, SESC JUNDIAÍ, SÃO PAULO, SP.
Fonte: Foto da autora.

NOTA BIOGRÁFICA

Sonia Guggisberg realizou um pós-doutorado em Artes pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), tendo integrado o grupo Poéticas Digitais, coordenado por Gilberto Prado, e é Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), orientada por Christine Greiner. É pesquisadora, atualmente com foco em estudos de movimentos migratórios dentro e fora do Brasil e suas consequências humanitárias. Como artista, vem traduzindo o fruto de seus estudos no formato de palestras e obras de arte *site specific*, que produz sobre equipamentos urbanos, por meio de videoinstalações.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Augé, M. (1994). *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus.

Côrte, B. (1996, Maio). *Lugar-Não-Lugar: A Cidade Sem Fronteiras*. [Trabalho apresentado]. V Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação. Compós, São Paulo, Brasil.

Greiner, C. (2010). *O Corpo em Crise: Novas Pistas e o Curto-Circuito das Representações*. Editora Annablume.

Guggisberg, S. (2017). *Redes de imagens, memórias e testemunhos: por uma documentação performativa de saberes*. Intermeios.

Kwon, M. (2004). *One place after another: Site-specific art and locational identity*. MIT Press.

Machado, A. (2007). As Linhas de Força do Vídeo Brasileiro. In: A. Machado (Ed.), *Made in Brasil: Três Décadas do Vídeo Brasileiro* (pp. 15-50). Itaú Cultural.

Passos, U. (2021, Janeiro 26). *Para filósofa italiana, luta por direito a migração será tão dura quanto a contra a escravidão* [Entrevista com Donatella Di Cesare]. Folha de São Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/para-filosofa-italiana-luta-por-direito-a-migracao-sera-tao-dura-quanto-a-contra-a-escravidao.shtml>

Santos, B. D. S. (2000). *A crítica da razão indolente*. Cortez.

Santos, B. D. S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280. <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>

Santos, B. D. S. (2004). O futuro do Fórum Social Mundial: O trabalho da tradução. *OSAL*, 15, 77-90.

Santos, B. D. S. (2008). *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*. Cortez.

Santos, B. D. S., & Meneses, M. P. (Eds.) (2010). *Epistemologias do Sul*. Cortez.

Serra, R. (1989). Tilted Arc Destroyed. *Art America*, 77(5), 34-47.

O QUE SOBROU DO CHÃO: A CRISE HABITACIONAL URBANA NO BRASIL E A PANDEMIA DE COVID-19

Marília Veríssimo Veronese

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

mariliav@unisinos.br

Julice Salvagni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

julicesalvagni@gmail.com

Victória Mendonça da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

vickymendoncass@gmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa o cenário habitacional urbano brasileiro, destacando os aspectos segregacionistas em meio à crise sanitária da pandemia de Covid-19. Apontam-se os riscos enfrentados pelos habitantes das principais metrópoles do país e comentam-se as propostas para amenizar os impactos da crise. Concebemos a habitação como espaço e território de moradia, não reduzindo-se à figura da casa. A localização, o acesso aos recursos (como transporte público, hospitais e escolas), os riscos ambientais, a segurança, os serviços de saneamento básico, bem como as atividades de lazer e ofertas de emprego, compõem o conceito de habitação. Em um país marcado pelas desigualdades, a moradia digna não alcança os mais vulneráveis e a habitação é frequentemente (re)definida pela lógica capitalista. A cidadania é negada àqueles que são tidos como meros instrumentos do processo de reprodução do capital imobiliário. Considera-se que a pandemia agravou a segregação, a desigualdade social e a dificuldade de acesso aos serviços públicos, evidenciando uma crise que já existia. A dificuldade de acesso às oportunidades, a fragilidade dos serviços sociais e a crise financeira durante a pandemia alcançaram com mais intensidade a parcela da população que vive às margens da sociedade de consumo.

PALAVRAS-CHAVE

crise habitacional, pandemia de covid-19, metrópoles brasileiras, segregação urbana

1. INTRODUÇÃO

Faltou luz, mas era dia/ O sol invadiu a sala/ Fez da TV um espelho/ Refletindo o que a gente esquecia/ Faltou luz mas era dia, dia!/ Faltou luz mas era dia, dia, dia/ O som das crianças brincando nas rua/ Como se fosse um quintal/ A cerveja gelada na esquina/ Como se espantasse o mal/ Um chá pra curar essa azia/ Um bom chá pra curar essa azia/ Todas as ciências de baixa tecnologia/ Todas as cores escondidas nas nuvens da rotina/ Pra gente ver/ Por entre os prédios e nós, é!/ Pra gente ver, e ver/ O que sobrou do céu, uô, lalá! (O Rappa., 1999)

A banda carioca O Rappa trata, na música “O que sobrou do céu”, da rotina da vida urbana, retratando a perspectiva da periferia que convive com a precariedade de serviços, mas com uma sociabilidade intensa. Parte-se da compreensão de que a habitação urbana compreende todo o espaço em que os habitantes estão inseridos, incluindo as ruas, os serviços oferecidos no entorno, o comércio, as condições locais e a casa em si. Sendo assim, este estudo analisa o cenário habitacional urbano brasileiro, destacando os aspectos segregacionistas em meio à crise sanitária da pandemia de Covid-19. Abordam-se os riscos enfrentados pelos habitantes das principais metrópoles do país e as propostas apresentadas para amenizar os impactos da crise pelo poder público e por movimentos sociais.

O contexto brasileiro é marcado pelos altos índices de déficit habitacional, expulsões e remoções forçadas. Nos últimos cinco anos, a situação que já era preocupante, se agravou sensivelmente. Pesquisas apontam para a alta no valor da terra, dos aluguéis e do custo de vida no país, fazendo com que a população urbana sofra com uma crise dentro da crise, durante a pandemia de Covid-19. O valor do aluguel, que segue a lógica do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acumulou alta de 0,77% no primeiro trimestre de 2021, e quase todas as capitais tiveram aumento no valor médio do aluguel (Vieira, 2021). O apelo da comunidade científica e de alguns representantes de Estado, pedindo que as pessoas ficassem em casa para a contenção da crise, não contemplou expressiva parcela da população periférica, que precisava sair para trabalhar, ou cairia na extrema pobreza. Apesar da política de auxílio emergencial, concedido por alguns meses em 2020 e uma vez em 2021, não houve no país uma política consistente, para resguardar a população mais vulnerável, que passou a conviver com os riscos de despejo, dentre outros.

O auxílio emergencial foi fruto da articulação de movimentos sociais e de partidos de orientação popular, à esquerda e centro-esquerda do espectro político. Estabelecido pela Lei n.13.982, de 2 de abril de 2020, previu o pagamento (por três meses) de R\$600,00, limitado a R\$1.200,00 por núcleo familiar, sendo posteriormente estendido por mais dois meses (Correia et al., 2020). Apesar dessa origem parlamentar/legislativa, a mídia brasileira denunciou como o Governo Federal tentou se apropriar da autoria dessa medida, levando, em pesquisa de opinião, a que 48% dos respondentes afirmassem que teria sido uma medida do presidente Jair Messias Bolsonaro (“48% acham”, n.d.).

O auxílio colocava ainda entraves legais para a comprovação de renda; se destinando à população de baixa renda, quem não estivesse cadastrado no sistema CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) deveria requerer cadastro digital pelo site e por aplicativos criados pela Caixa Econômica Federal (banco público tão importante quando o Banco do

Brasil). Essa nova dinâmica, apesar de ter sido útil para reduzir o público presencial nas agências bancárias, visibiliza o desafio da inclusão digital no país, já que cerca de 83% dos indivíduos da área urbana já acessaram a internet alguma vez e somente 75% dos domicílios têm acesso à rede (Cardoso, 2020).

Para compreender esse contexto recente, primeiramente a segregação urbana será contextualizada histórica e teoricamente, destacando-se a obra do geógrafo brasileiro Milton Santos (1997, 2002, 2013). Em seguida, será tratado um exemplo empírico, a megalópole brasileira Rio de Janeiro-São Paulo, que concentra uma dinâmica ímpar em relação ao resto do país, por serem as maiores, mais ricas e mais populosas capitais do Brasil. Por fim, a questão da crise habitacional será apresentada, ressaltando os índices do déficit habitacional tendo como referência a obra das urbanistas Ermínia Maricato (2001; 2017) e Raquel Rolnik (2017), dentre outros que tratam da questão das cidades no Brasil.

2. A SEGREGAÇÃO NO CONTEXTO URBANO BRASILEIRO: O ESPAÇO E A EXCLUSÃO

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (Santos, 2002, p. 218)

Importante geógrafo brasileiro, Milton Santos teorizou, dentre outros temas, a questão do espaço/território e das regiões urbanas do Brasil. O autor salienta as múltiplas situações que fazem da cidade uma estrutura territorial de relações e deslocamentos (Santos, 2002). Ele ressalta como o espaço convida o sujeito para a ação e afirma que “nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam” (Santos, 2002, p. 217). Concepção trazida também por Gehl (2013, p. 3) que enfatiza como “a tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para os moradores foi reduzida, ameaçada ou progressivamente descartada”.

Em relação ao espaço habitado, Santos (2013) destaca a postura ativa por parte dos sujeitos que o transformam a partir da maneira como se distribuem, modificando os espaços social e demograficamente. O autor afirma que “o fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado” (Santos, 2013, p. 14). Na mesma obra, o autor discorre sobre a perda de população em determinadas regiões e o aumento em outras. Exemplifica com o significativo deslocamento demográfico da região Nordeste para a região Sudeste, onde se localizam as maiores cidades do país em termos de população e riqueza (São Paulo e Rio de Janeiro). Esses deslocamentos de grandes contingentes em busca de trabalho e renda também modificaram as feições dessas duas grandes cidades, as maiores capitais do Brasil, que absorveram também expressivo contingente de camponeses expulsos de suas terras (êxodo rural) entre as décadas de 1950 e 1980.

Apesar de a migração de nordestinos para a região sudeste ter diminuído nas décadas de 1990 e 2000, desde a crise econômica enfrentada no Brasil em 2011 o fluxo migratório voltou a crescer. A RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) contabilizou no censo 2010 um crescimento médio anual de 0,97% na década, mais baixo que o crescimento médio do país. Ao mesmo tempo, a concentração de migrantes nascidos no Nordeste cai para cerca de 3,1 milhões, dado que pode ser compreendido pela *migração de retorno* e pela procura por cidades médias fora da RMSP (Melo e Fusco, 2019). Essa dimensão aponta para o “renascimento de tendências de décadas anteriores como resultado da crise econômica vivenciada pelo país, a partir da histórica complementaridade migratória entre essas regiões” (Dota e Queiroz, 2019, p. 428). O fluxo migratório impacta diretamente na questão da informalidade de trabalho e habitação que os migrantes enfrentam, ao mudar de região em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Desde 1993, quando Santos publicou “A urbanização brasileira”, o panorama que as regiões metropolitanas do Brasil presenciam permanece atual:

São, na verdade, regiões de planejamento, onde, todavia, o que é feito não atende à problemática geral da área, limitando-se a aspectos setoriais. A socialização capitalista favorecida pelo poder público nessas áreas metropolitanas é acompanhada por uma expansão periférica, que inclui a criação de Direitos Industriais explícitos e implícitos, e pela concentração geográfica dos serviços de interesse coletivo. (Santos, 2013, p. 71)

Santos descreve o fenômeno de macro urbanização e metropolização como de importância fundamental entre os anos 1970 e 90. Tal fenômeno foi marcado pela concentração da riqueza, aumento da pobreza e pela dispersão geográfica das classes médias, além da crise fiscal. Chama ao resultado desse processo de “involução metropolitana” (Santos, 2013, p. 79). Quanto à reorganização interna das cidades, o autor qualifica como sendo “a cidade caótica”. Nesse aspecto, refere-se à lógica da especulação capitalista como fator decisivo na crise enfrentada pelas grandes cidades. Para ele, “havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano” (Santos, 2013, p. 95). Santos ressalta que, ao obedecer à mesma lógica, o transporte urbano amplia a desigualdade social, uma vez que os pobres têm de viver longe dos centros, pagando caro pelo deslocamento. As empresas (privadas, geralmente, em sistema de concessão pública) valorizam os serviços somente nas regiões centrais, de melhor custo-benefício para elas, fortalecendo um ciclo vicioso de favorecimento dos centros em detrimento das periferias.

Tal questão é trazida também por Davis (2006), ao afirmar que a população pobre acaba tendo que escolher entre morar mais perto do trabalho em uma residência que é muitas vezes insalubre, ou residir longe, em uma moradia menos precária, mas tendo que lidar com longas viagens diárias. Em 2020, mais de 75% das pessoas que contraíram o vírus da Covid-19 recebiam até dois salários-mínimos (IBGE, n.d.). Apesar de estar o Brasil entre os países com mais de 20 milhões de habitantes, com mais mortes pelo vírus (OWD, 2021), diversas prefeituras brasileiras reduziram as frotas de transporte coletivo para favorecer as empresas em busca de redução de custos (Alessandra, 2021). Em 2020, a Organização Mundial de Saúde emitiu uma nota sugerindo que as pessoas evitassem usar o transporte público e preferissem

o deslocamento caminhando ou por bicicleta, deixando claro que ônibus e metrô facilitam a propagação do vírus (UN-HABITAT, 2020). Nessa mesma época, trabalhadores morando em cidades vizinhas tiveram que conviver com a lotação dos veículos públicos, que trafegavam, muitas vezes, com janelas fechadas, negligenciando o uso incorreto da máscara e provocando aglomerações nos terminais (“Passageiros reclamam”, 2020).

Para Calderón e Castells (2021) até o mercado formal das classes baixas e média-baixas são guiados pela especulação, com “preços impostos por empresas semiformais que se beneficiam do desamparo de quem tenta formar novos lares, sejam imigrantes ou jovens do local” (p. 112). Os autores denunciam que os investimentos públicos não priorizam as necessidades desta população, saturando os centros das cidades e “amontoando seus habitantes em pilhas próximas do desmoronamento” ou então ocasionando em horas de movimentos pendulares da periferia para os centros, com sistema de transporte frágil e de saneamento, água, eletricidade e comunicação também defasados (p. 112).

Para Carlos (2007, p. 93) “atualmente a cidade inteira está submetida ao valor de troca, como consequência da generalização do mundo da mercadoria que transformou o próprio espaço em mercadoria”. As formas de apropriação dos territórios da cidade ficam submetidas aos limites da propriedade privada do solo urbano, que ditam tanto o acesso dos cidadãos à moradia quanto a outras formas de uso do espaço, todas guiadas pelo mercado fundiário. Uma vez que “o sentido de habitar é muito mais amplo, envolvendo vários níveis e planos espaciais de apropriação” (Carlos, 2007, p. 93) e inclui toda a área em que os habitantes circulam ao redor de suas moradias, como ruas, parques, praças e espaços de trabalho e lazer, estes também ficam à mercê dos negócios imobiliários.

Ermínia Maricato (2001, 2017) fez parte do extinto Ministério das Cidades no Brasil, colaborando para que se percebesse a necessidade de planejar o espaço urbano a partir de normas nacionais e descrevendo as pautas e impasses da política urbana. Sobre o crescimento acelerado do latifúndio entre 1987 e 2017, a urbanista percebe que além dos enormes impactos ambientais e redução do crescimento econômico, esse movimento foi fator determinante para a violência e para a volta das epidemias nas grandes cidades. Para ela, esse cenário é aliado aos cortes nas políticas de transporte, habitação e saneamento, além de transferência massiva de recursos públicos para a esfera privada através do pagamento de juros de dívida (Maricato, 2017). Muitos desses fenômenos são movidos pela própria especulação imobiliária, que induz ao processo de gentrificação, conceito recorrente para o entendimento da segregação urbana.

Smith (1996) se aprofundou no estudo da gentrificação e a definiu primeiramente como um processo:

[...] pelo qual bairros e operários pobres do centro da cidade são remodelados através de um influxo de capital privado e compradores e locatários de casas de classe média, bairros que antes tinham experimentado desinvestimento e um êxodo de classe média. (Smith, 1996, p. 30)

O autor discorre sobre como a linguagem da gentrificação se popularizou e captou as dimensões de classe das transformações em curso na geografia social de muitas cidades. Ele ainda afirma que a nomenclatura diferenciada trazida em diferentes locais, como

revitalização, reciclagem, atualização e renascimento, sugere que ocorreu uma desvitalização dos bairros antes da gentrificação, o que nem sempre é o caso (Smith, 1996).

A arquiteta brasileira Raquel Rolnik escreveu “Guerra dos Lugares” após ser relatora especial para o Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas). Rolnik versa sobre a questão da habitação em diversos lugares do mundo, percebendo que os movimentos sociais estão atentos para os processos de gentrificação e suas manifestações indicam que as lutas urbanas estão em ascensão, representando que “o conceito lefebvriano de direito à cidade está definitivamente vivo e nas ruas” (Rolnik, 2017, 9511).

O termo “gentrificação” foi cunhado primeiramente por Ruth Glass (1964), voltando-se especificamente para o repovoamento das famílias de classe média em bairros desvalorizados de Londres nos anos 60, já que na ocasião os moradores pobres que ali viviam foram expulsos do bairro. Contudo, o termo segue em debate, permeando diferentes correntes teóricas, que podem adotar um sentido mais ampliado ou mais restrito do conceito. Crieking (2007) divide a gentrificação em residencial e de consumo. Ambas as concepções são voltadas para uma elitização dos locais, fazendo com que as pessoas que residem ali não possam mais arcar com os custos de vida daquele ambiente, o que tornaria o processo de segregação decorrente da gentrificação algo menos explícito, embora não menos violento.

Ou seja, independentemente de se referir a um processo de remoção forçado ou levando em conta a complexidade que a palavra ganhou com a entrada de formas mais recentes de apropriação dos espaços, tal conceito passa a ser apropriado para a compreensão dos fenômenos urbanos dessa natureza. Isso pode ter acontecido na busca das pessoas por lugares mais amplos no período da pandemia de Covid-19, por exemplo. Pode-se mencionar o fluxo criado pelo aluguel de casas e apartamentos através de plataformas digitais como o *Airbnb*, por exemplo, pois pode vir a impulsionar um processo de gentrificação. Ao analisar as residências alugadas na Favela do Vidigal no Rio de Janeiro, através da plataforma de economia compartilhada, Sousa (2020) afirma que os moradores faziam as transições através de um intermediador, retirando a essência do aplicativo. Além disso, algumas pessoas acabaram vendendo suas casas para serem usadas no propósito de alugar através da plataforma, e com a forte crise financeira e social após os eventos esportivos de 2014 e 2016, não conseguiram mais adquirir uma residência nesta região (Sousa, 2020). Neste sentido, percebe-se que as principais metrópoles brasileiras são guiadas pela lógica capitalista de especulação imobiliária, que vem segregando os mais vulneráveis ao longo do processo de urbanização.

Assim como Santos (2002, 2013), Lefebvre (1972/2016) enfatiza a cidade como local de encontro, reunião e informação, compreendendo que a dispersão e segregação são contrários ao sentido essencial do urbano. Assim sendo, os centros são destruídos pela saturação na “medida em que se suscita a ação daqueles que ele exclui e expulsa para as periferias” (p. 80). O autor propõe a crise habitacional como mais uma das consequências do modo de produção capitalista, sendo negligenciado sem ser visto como prioridade durante longo tempo, sendo não um acaso, mas uma instituição solidificada. Verifica então, que o crescimento das grandes cidades acompanha a degradação arquitetônica e urbanística,

dispersando principalmente os trabalhadores dos centros e promovendo a segregação econômica, social e cultural. Ele enfatiza que:

A urbanização da sociedade é acompanhada de uma deterioração da vida urbana: explosão dos centros, a partir de então privados da vida social, pessoas segregativamente repartidas no espaço. Estamos diante de uma verdadeira contradição. Eu a chamo de uma contradição do espaço. De um lado, a classe dominante e o Estado reforçam a cidade como centro de poder e da decisão política; do outro, a dominação dessa classe e de seu Estado faz a cidade explodir. (Lefebvre, 1968/2001, p. 136)

A América Latina avançou em escolarização, em sistema de saúde pública, nos níveis básicos de consumo coletivo e pelos programas sociais como o Bolsa Família, mas a desigualdade se manteve estagnada ou cresceu (Calderón e Castells, 2021). Calderón e Castells (2021) indicam que a aceleração do crescimento econômico derivado da inserção na globalização produz a consequente explosão urbana e metropolitana na América Latina. Com isso, os autores salientam que a urbanização em si não é negativa, já que há uma correlação positiva entre o índice de desenvolvimento humano e o nível de urbanização. Porém, "é justamente por concentrarem capital, emprego, riqueza, níveis mais altos de educação e melhores equipamentos sanitários que as grandes áreas metropolitanas atraem migrações das regiões mais atrasadas, produzindo uma extrema desigualdade entre os habitantes das metrópoles". (Calderón e Castells, 2021, p. 108). Ou seja, não está no desenvolvimento urbano em si o problema para a crise habitacional, mas na forma desigual com que essa urbanização acontece.

O direito à moradia digna inclui a segurança como parte dos direitos humanos fundamentais. Entre 2005 e 2014 foram registrados 8.446 casos de homicídio decorrente de intervenção policial no estado do Rio de Janeiro, sendo 5.132 na capital (Anistia Internacional, 2015). Para Maricato (2001, p. 31) "um dos indicadores mais expressivos e definitivos da piora nas condições de vida urbana é o aumento da violência a taxas antes nunca vividas pelas metrópoles brasileiras". A autora alerta para o fato de que a violência social no Brasil só atingiu em larga escala o perímetro urbano a partir dos anos 80, quando ocorreu um salto na urbanização. A violência policial intensificou-se durante a pandemia de Covid-19, ao menos 3.181 pessoas foram mortas pela polícia no país somente entre janeiro e junho de 2020, uma média de 17 mortes por dia a mais do que 2019, 79,1% dessas pessoas eram negras e os moradores de bairros marginalizados foram os maiores afetados (Anistia Internacional, 2021).

Pensando além da violência urbana, a periferia brasileira enfrenta ainda a falta de controle urbanístico sobre a ocupação do solo. Com isso, os assentamentos ilegais são ignorados pela fiscalização quando não são de interesse do mercado imobiliário, ilustrando a correlação entre mercado e gestão pública urbana, determinando os investimentos públicos que estimulam a valorização imobiliária (Maricato, 2001). A precariedade da questão da moradia nas cidades brasileiras não começou na pandemia, mas viveu momentos críticos e evidenciou a desigualdade e as práticas segregacionista por parte do Estado e das instituições privadas.

É neste ponto, da "metropolização e desenvolvimento inumano" (Calderón e Castells, 2021, p. 108) que a urbanização pode causar consequências negativas. Um importante movimento que produz o aumento exponencial das cidades é a migração. Ao chegar nas grandes cidades

na esperança de uma vida melhor ou tendo sido expulsos de áreas rurais, os imigrantes interestaduais do Brasil muitas vezes não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal e pouco tem acesso a uma habitação regular. Já que os valores de compra e aluguel caminham no ritmo da especulação imobiliária e acabam residindo em habitações irregulares. As habitações irregulares no Brasil, muitas vezes configuradas nas chamadas “favelas”, são muito comuns e obrigam seus habitantes a conviver com problemas sanitários, riscos de desmoroamento, dificuldade de acesso e de mobilidade, violência e a necropolítica da higienização promovida pelas forças militares.

A macrorregião Rio de Janeiro - São Paulo compreende os municípios que compõem a Macrometrópole Paulista e os municípios dispostos em eixos delineados pelas principais rodovias federais no Rio de Janeiro, além de alguns municípios do Sul do estado de Minas Gerais, todos localizados na região Sudeste do Brasil. Os municípios da macrorregião concentram 24,6% da população nacional em 1% da área territorial do país (Bartholomeu et al., 2020). Por representar a área mais urbanizada do país, a região foi protagonista de fluxos migratórios dentro do Brasil, abrigando casos ímpares de desigualdade, segregação e violência.

Para Caldeira (2000) São Paulo teve ao menos três formas diferentes de segregação em seu espaço urbano: no final do século XIX até os anos 40 com uma cidade concentrada, com diferentes grupos sociais comprimidos em uma pequena área urbana e segregados pelo tipo de moradia; dos anos 40 até os anos 80, com diferentes grupos sociais separados por grandes distâncias, classe média e alta em bairros centrais com os melhores recursos e os pobres na periferia em situações precárias; e por fim, dos anos 80 aos dias de hoje, onde os diferentes grupos sociais residem em locais próximos, mas não convivem, devido a altos muros e tecnologias de segurança. Para esse último caso, a autora dá o nome de “enclaves fortificados”:

Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto, (Caldeira, 2000, p. 211)

Cabe ressaltar que esse tipo de construção é comum na área urbana brasileira, não sendo uma exclusividade do eixo Rio-São Paulo. Tal fenômeno também é identificado em regiões metropolitanas menores, como a de Porto Alegre, na região Sul, onde condomínios de luxo afastados do centro da cidade concentram uma enorme infraestrutura por trás de muros, vizinhos a comunidades periféricas precárias, chamadas de ‘vilas’ (o equivalente à “favela”, naquela cidade). Para Caldeira (2000) esse tipo de segregação acentua as diferenças de classe e estratégias de separação, além de modificar o ideal moderno de universalidade do espaço público. As cidades brasileiras tiveram forte influência do lançamento de transporte público baseado no ônibus para desenvolver seu padrão de urbanização. Isso teve como principal agente de expansão dos serviços os empresários particulares, indo de acordo com o interesse do setor imobiliário, uma vez que poderia vender lotes afastados e deixar áreas vazias entre as ocupadas e disponibilizá-las por preços mais altos posteriormente (Caldeira, 2000). Para essa prática em São Paulo, entre os anos 1940 e 80, Caldeira denuncia:

Os especuladores imobiliários desenvolveram várias práticas ilegais ou irregulares para maximizar seus lucros: da grilagem e fraude ao não suprimento de serviços urbanos básicos e desrespeito das dimensões mínimas exigidas por lei. O resultado dessas práticas é que a maioria dos trabalhadores que compraram terrenos na periferia para construir suas casas descobriu com o tempo que suas propriedades estavam prejudicadas por alguma forma de ilegalidade e seus títulos não podiam ser registrados. (Caldeira, 2000, p. 220)

Estima-se que no início dos anos 90, 65% da população da cidade de São Paulo morava em residências afetadas por ilegalidades. Os habitantes normalmente estão cientes desta condição, mas a situação se mantém já que se trata a solução mais barata, quanto não é a única possibilidade de se ter uma moradia. Na época, esses trabalhadores eram excluídos dos processos de financiamento oferecidos pelo governo, uma vez que não cumpriam com suas exigências, como é o caso do Banco Nacional de Habitação (BNH). Enquanto isso, a classe média de São Paulo recebia financiamento e comprava apartamentos nos bairros centrais. O centro, por sua vez, começou a ser completamente transformado nos anos 70, com zoneamento municipal e regulamentos de construções que restringiam o local às camadas populacionais que poderiam arcar com o valor dos edifícios. A expansão da periferia em condições precárias de saneamento e saúde levou às taxas de mortalidade aumentarem. Correspondente a isso, a expectativa de vida passou a diminuir, sendo extremamente díspares os números entre as regiões centrais e as áreas consideradas marginalizadas. Esse apanhado do período centro-periferia trazido por Caldeira (2000) ainda representa a realidade de algumas áreas metropolitanas brasileiras, enquanto o eixo Rio-São Paulo vive a ascensão dos enclaves fortificados.

São Paulo hoje é uma região metropolitana mais complexa, que não pode ser mapeada pela simples oposição centro rico *versus* periferia pobre. Ela não oferece mais a possibilidade de ignorar as diferenças de classes; antes de mais nada, é uma cidade de muros com uma população obcecada por segurança e discriminação social. (Caldeira, 2000, p. 231)

O empobrecimento da população em razão da crise econômica dos anos 1980 dificultou a aquisição de casa própria, especialmente para os pobres. Devido à pressão por parte dos movimentos sociais pró-moradia e a consequente mudança da ação de governos municipais, algumas melhorias na infraestrutura urbana na periferia passaram a ser feitas, o que incluiu a legalização de terrenos. Essa formalização da propriedade, apesar de aparentemente benéfica, também acabou por dificultar o acesso da população pobre à moradia mesmo periférica. Ou seja, as rendas diminuíram concomitantemente com a melhora das periferias, tornando-as mais caras de habitar e levando os moradores pobres a se alojarem em favelas ou cortiços (Caldeira, 2000).

Rolnik (2017) enfatiza que entre os anos de 1990 e 2000 presenciou-se um enorme crescimento de favelas, incluindo em cidades como São Paulo. Mesmo onde não era a forma predominante de habitação, a favela passou a representar uma nova relação do capital com o espaço, onde “expulsão e despossessão não aparecem mais como uma máquina de produção de proletários, mas como uma espécie de efeito colateral de uma nova geografia, baseada no controle de ativos” (Rolnik, 2017, 3978).

Rolnik (2017) traz o relato comovente de uma “invasora” no Rio de Janeiro, resistente à tentativa de expulsão violenta por soldados no bairro que morava desde que nasceu. Em uma casa construída por seu tataravô e onde seu bisavô e avô também nasceram, viveram e trabalharam. Ela relata que os moradores daquela região receberam o consentimento para construir suas casas no local, onde trabalhariam para o governo federal, mas sem a transferência definitiva do terreno, já que nem como área pública a região estava registrada. Ali os moradores, unidos aos interesses de preservação ambiental, resistiram a diversas tentativas público-privadas de expulsá-los. Ao longo de décadas, sob a alegação dos investidores de construir outros empreendimentos naquele local, fez-se o uso de forte repressão militar, que acabava com uma ação política ‘pacificadora’.

Ou seja, pode-se considerar que os princípios de legalidade ou ilegalidade não podem ser vistos de maneira universal, uma vez que cada assentamento segue as leis locais. Muitas vezes a terra pode não ter um proprietário formal ou ser objeto de disputa de diferentes atores, não podendo contestar-se imediatamente a presença de seus ocupantes. Rolnik (2017, 4355) afirma que “muito mais comuns do que a ocupação de terrenos são as distintas formas de compra ou aluguel de pedaços de terra que não foram objeto de parcelamento oficial do solo e que, em geral, nem poderiam ser aprovadas pelas normas em vigor”. Assim, a situação de favelas e loteamentos irregulares ou clandestinos no Brasil, salientes na megalópole Rio-São Paulo, enfrentam um pluralismo jurídico, reféns do “campo de mediação, discricionariedade e arbitragem” do âmbito político (Rolnik, 2017, 4443).

3. A CRISE HABITACIONAL BRASILEIRA E A QUESTÃO DA ILEGALIDADE DA MORADIA

O ato de habitar implica, também, um conjunto de ações que articulam planos e escalas espaço-temporais que incluem o público e o privado, o local e o global, através da vida que se realiza pela mediação do outro, em que os indivíduos imersos em uma teia de relações, constroem uma história particular que é, também, uma história coletiva. A articulação entre o público e o privado se coloca como condição necessária da constituição do sujeito coletivo, como da constituição da vida, sinalizando que a condição da reprodução da vida humana pode ser analisada em dois planos: o individual (que se revela, em sua plenitude, no ato de habitar) e o coletivo (que diz respeito à reprodução da sociedade onde as histórias particulares ganham sentido na história coletiva). (Carlos, 2007, p. 94)

A questão da habitação se desenrola em conjunto com todo o espaço da moradia, não reduzindo-se à figura da casa. A localização, a proximidade do transporte público, dos hospitais e das escolas, os riscos ambientais do local, a segurança, os serviços de saneamento básico oferecidos, a presença de centros de lazer ou a ofertas de emprego, são aspectos que se somam ao conjunto de elementos que constroem o conceito de habitação. Em um país com vasta taxa de habitação irregular, as condições básicas para moradia digna não alcançam os mais vulneráveis. Assim, a habitação é frequentemente redefinida pela lógica capitalista, que não raro transforma os sujeitos em meros instrumentos do processo de reprodução espacial. A casa como mercadoria, portanto, perde o sentido junto ao indivíduo que convive

frequentemente com os riscos de desapropriação para dar lugar ao suposto progresso econômico. Neste caso, a generalização da propriedade privada no solo urbano se alastra fragmentando e segregando os espaços.

O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema de habitação... Não só grande parte dos trabalhadores atua fora do mercado formal como, mesmo aqueles regularmente empregados na moderna indústria fordista, apelam para expedientes de subsistência para se prover da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadidas. Isto é, ela não participa do mercado hegemônico. (Maricato, 2001, p. 23)

Maricato (2001, p. 24) versa sobre o processo de urbanização brasileiro enfatizando que a “tragédia urbana brasileira” tem suas raízes na formação da sociedade do Brasil, principalmente desde a privatização da terra e da emergência do trabalho livre. Para a autora, é impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência, que são causadas pela segregação espacial, mobilidade e atividades culturais e esportivas com investimento raso, desemprego crescente e ausência de regulação social e ambiental.

A ilegalidade e falta de participação dos governos na construção das cidades estão fortemente presentes no país. Por isso, Maricato aponta que os dados sobre a ocorrência das favelas no Brasil não são precisos, devido a falhas metodológicas e pela dificuldade de conhecer a titularidade das terras onde estão instaladas. Muitas vezes nem os próprios governos municipais têm esses dados, o que apresenta um entrave significativo para a proposição de políticas habitacionais. Além das favelas, os loteamentos ilegais também carecem de precisão nos dados e para ela “a falta de rigor nos dados, que mostra o pouco interesse no conhecimento do tema, já é, por si, reveladora” (Maricato, 2001, p. 39).

Comparando diferentes fontes de dados e produções acadêmicas, a Universidade de São Paulo através do projeto Labhab/Fauusp estimou que a população moradora de favelas cresceu mais de 7% ao ano entre 1980 e 1991, chegando em 46%, 31% e 30% nas cidades de Recife, Fortaleza e Salvador respectivamente, todas na região Nordeste (Maricato, 2001). Em 20010 o Brasil tinha cerca de 11,4 milhões de pessoas morando em favelas, sendo que Belém, na região Norte, tinha 54,4% de seus moradores vivendo em habitações desordenadas; 33,1% em Salvador, 23% em São Luís, 22,9% em Recife, localizadas na região Nordeste; e por fim 22,2% da população do Rio de Janeiro vivendo em favelas. A distribuição dos serviços de saneamento nas regiões brasileiras em 2015 era bastante desigual, na região Norte somente 23,6% dos domicílios urbanos contavam com conexão à rede de esgoto, coleta de lixo e água encanada, enquanto na região Sudeste esse percentual chegava a 93,1% (Bello, 2017).

A questão das ocupações ilegais passa ‘desapercebida’ quando não é do interesse da especulação imobiliária: “o direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. A ausência do controle urbanístico (fiscalização das construções e do uso/ocupação do solo) ou flexibilização radical da regulação nas periferias convive com a relativa “flexibilidade”, dada à pequena corrupção, na cidade legal” (Maricato, 2001, p. 39).

Apesar de ilegal, as moradias das favelas podem ser mais lucrativas que outros investimentos imobiliários. O metro quadrado dos cortiços de São Paulo, por exemplo, já atingiu 90% a mais do que o preço do mercado formal (UN-HABITAT, 2003, pp. 226-227). Estima-se que um terço dos terrenos para construções permaneçam vagos, na expectativa de aumentos para especulação imobiliária (Gilbert e Varley, 2002). Davis (2006) alerta para os riscos naturais e também provocados pela ação humana; por exemplo, os solos lateríticos sob as favelas de várias cidades brasileiras são muito suscetíveis a deslizamentos e desabamentos de terra. Em 1990, um quarto das favelas de São Paulo estavam localizadas em terrenos erodidos ou encostas íngremes e margens de rios sujeitas a erosão (Taschner, 1995). Corroborando com tal dado, estima-se que mais da metade do território do Estado do Rio de Janeiro convive com o alto risco de deslizamento (Belandi, 2019).

A cidade ilegal sobrevive na precariedade, sendo um subproduto da desigualdade que rege o mercado de trabalho. Os salários baixos dos habitantes desses locais apresentam uma correlação entre lei urbanística e mercado imobiliário capitalista, pois o financiamento facilitado se aplica somente aos imóveis legalizados. Essa premissa acaba por excluir a parcela da população que precisaria acessar empréstimos para a aquisição ou construção de moradia (Maricato, 2001).

Santos traz a questão do marketing urbano como fator determinante nos preços dos imóveis:

A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização.: A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. E assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. (Santos, 2013, p. 95)

O autor afirma que o processo especulativo, do capitalismo monopolista, acaba por drenar mais recursos públicos para a “cidade econômica em detrimento da cidade social” (Santos 2013, p. 95). Já Harvey pontua que os resultados da crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão inscritos nas formas espaciais das cidades, que se transformam em “cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante” (Harvey, 2012/2014, p. 59). Esse ponto faz pertinente reforçar que a crise habitacional brasileira não começou com a pandemia de Covid-19, assim como a maioria das demais lacunas sociais. Contudo, é importante salientar que a crise habitacional se agravou no recente período de crise sanitária. Tal contexto passou a destacar problemas que poderiam ter sido evitados ou danos que passíveis de serem reduzidos, se as pautas trazidas anteriormente – como no período em que o Ministério das Cidades estava em operação – fossem consideradas.

O Ministério das Cidades “foi fruto de um amplo movimento social progressista e sua criação parecia confirmar, com os avanços, os novos tempos para as cidades do Brasil” (Maricato,

2017, p. 35). O Ministério, criado em 2002 no primeiro Governo de Lula da Silva, convergiu “militantes sindicalistas, profissionais e acadêmicos com participação anterior em experiências de administração pública e muito prestigiadas no meio técnico e acadêmico, além de forte inserção nos movimentos sociais urbanos”. A pasta era dividida em secretarias nacionais: moradia, saneamento ambiental, mobilidade e trânsito; e a de programas urbanos (Maricato, 2017, p. 37). Mesmo com limitações jurídicas para se implementarem as políticas urbanas desenhadas, o M. Cidades conseguiu alcançar conquistas econômicas e sociais, concomitante com o projeto Luz para Todos, que atingiu mais de 11,5 milhões de pessoas que receberam energia elétrica no meio rural. A redução da taxa de desocupação chegou a 5% em 2010.

Contudo, o M. Cidades acabou preterido na ampliação do apoio ao governo no Congresso Nacional (poder legislativo federal), que destinou as verbas para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Para Maricato (2017, p. 53), “construir um novo paradigma sobre as cidades, ainda que no contexto da periferia do capitalismo, exigiria uma mudança cultural e uma costura federativa, possível apenas a médio ou longo prazo”.

O PMCMV, lançado em 2009, foi fruto de investimentos nas políticas setoriais de habitação e saneamento iniciadas em 2003, com recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo). Tal programa buscou pressionar os bancos privados a investir 65% dos recursos arrecadados no SBPE na produção residencial, resultando no crescimento anual do número de unidades produzidas no Brasil (Maricato, 2017).

Se somarmos todos os investimentos, incluindo subsídios do OGU no período de 2003 a 2009, foram investidos em habitação R\$68,5 bilhões, destinados à produção e aquisição de material de construção, reforma e ampliação de unidades habitacionais, produção de lotes urbanizados e requalificação de imóveis para uso habitacional, produção de lotes urbanizados e requalificação de imóveis para uso habitacional, atingindo mais de 3,6 milhões de famílias. (Maricato, 2017, p. 68)

O PMCMV, no entanto, é alvo de críticas devido às condições urbanas em que esses conjuntos habitacionais estão localizados, guiados por agentes do mercado imobiliário e obedecendo sua lógica. São mais de 40 anos de críticas e produção acadêmica denunciando a má localização de conjuntos habitacionais, que fazem parte da “injustiça urbana, segregação territorial, produção da moradia informal, extensão horizontal urbana e insustentabilidade, especulação imobiliária, que deriva das características patrimonialistas da sociedade brasileira” (Maricato, 2017, p. 77).

A moradia informal combina invasões de terrenos, aceitas ou legalizadas posteriormente por autoridades locais, e construção por conta própria sob o controle de promotores imobiliários irregulares frequentemente associados a máfias locais e em conivência com funcionários municipais e políticos que tecem suas redes de clientela. Nessas condições, o crescimento urbano não segue um padrão planejado, mas resulta do acaso dos investimentos especulativos, muitas vezes em terrenos não edificáveis, submetidos a todo tipo de adversidades geológicas e climáticas. (Calderón e Castells, 2021, p. 112)

Em 2019, mais de 5 milhões de residências estavam ocupadas em 13.151 aglomerados subnormais (que podem ser classificados como favelas) no Brasil, sofrendo com o ônus excessivo de aluguel urbano, habitação precária e coabitação numerosa (IBGE, n.d.). O comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1991 definiu a moradia adequada como um direito universal, associado a outros direitos fundamentais, destacando elementos como segurança legal de posse, acessibilidade, localização, adequação cultural e disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura (SDH/PR, 2013). Mesmo estando na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (da qual o Brasil é signatário), a moradia digna não faz parte da realidade da maioria da população periférica nesse país.

As desigualdades espaciais são gritantes, principalmente ao se analisar o acesso a oportunidades nas metrópoles brasileiras. Pesquisa elaborada por Pereira et al. (2019) e publicada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicada) no ano de 2019, mapeou alguns aspectos dessas desigualdades. Em Belém, o tempo de caminhada para uma escola pública é mais de 30 minutos na maioria das localidades periféricas. Quando se trata de creches públicas, as possibilidades são ainda mais escassas, transparecendo as adversidades enfrentadas pelas mulheres que ainda são a maioria nos cuidados com os filhos e com a família no país. O estudo apontou ainda a desigualdade espacial em relação à concentração de emprego em Fortaleza (capital do estado do Ceará, nordeste brasileiro), onde somente a região central tem acesso a bons serviços, sendo este um padrão geral nas capitais brasileiras (Pereira et al., 2019). Em sua análise de dados, os autores identificaram que os padrões de “distribuição de atividades no território e a conectividade dos corredores de transporte público moldam a organização espacial das cidades, criando corredores de alta acessibilidade e, ao mesmo tempo, áreas com desertos de oportunidades”. Finalmente, concluem que:

A tendência histórica de concentração de atividades em áreas centrais e espraiamento da população nas maiores cidades brasileiras contribui para essa desigualdade, que pesa sobretudo para os grupos populacionais de baixa renda, os quais são levados a morar em regiões com menos desenvolvimento econômico e menos servidas de infraestrutura urbana e serviços de transporte. (Pereira et al., 2019, p. 39).

Se em 2019, quando a pesquisa foi realizada, os índices já eram preocupantes, com a chegada da crise sanitária, o que se presenciou foi a emergência do apartheid social que já existia, dividindo as áreas centrais da periferia não apenas geograficamente, mas por uma segregação que afastou as pessoas que mais precisam de oportunidades e acesso aos recursos necessários para uma vida digna.

4. O POUCO QUE SOBROU: A CRISE HABITACIONAL DURANTE A PANDEMIA

O contexto da pandemia de Covid-19 reforçou a urgência de se repensar a moradia para muito além de um objeto de consumo. As práticas higienistas impactaram diretamente na moradia de trabalhadores pobres, atingindo até camadas sociais médias-baixas, devido ao aumento do desemprego. Em 2020, o assustador número de 13,4 milhões de brasileiros

estavam desempregados e no primeiro trimestre de 2021 essa taxa chegou a 14,8 milhões, sendo 6 milhões de desalentados (ou que deixaram de procurar emprego) (IBGE, n.d.). Em 2019 o déficit habitacional no Brasil esteve em 5,8 milhões de moradias, com uma tendência de aumento devido ao ônus excessivo do aluguel urbano, que é o principal componente do déficit. Houve ainda um aumento de 2.814 milhões de casas desocupadas em 2016, e de 3.035 milhões em 2019 (“Dados revisados”, 2021). Ainda se registra que mais de 24,8 milhões de residências apresentam algum tipo de inadequação, como falta de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e coleta de resíduos, além de falta de espaço de armazenamento, ausência de banheiro, cobertura inadequada e piso inadequado (Basil, 2021).

Até 2020, as regiões Sudeste e Nordeste do país foram as que mais sofreram com o déficit habitacional ampliado (que contabiliza o ônus excessivo com aluguel) correspondendo a 40,3 por cento e 29,5 por cento do total. Já quanto ao déficit restrito (que contabiliza apenas habitação precária, coabitação familiar e adensamento excessivo) o Nordeste assume a primeira posição com 34,8% e o Sudeste fica em segundo lugar com 31,9%. Porém, mesmo liderando os índices nacionais de déficit habitacional, a região Nordeste obteve menos 844 mil unidades domiciliares de déficit, no conceito restrito; e 425 mil no conceito ampliado, a partir da política habitacional Minha Casa Minha Vida, que aliviou discretamente, mas não resolveu o problema histórico (ECCONIT e ABRAIN, 2020).

A iniciativa ‘Campanha Despejo Zero’¹, criada por movimentos e organizações sociais, tem coletado dados sobre as remoções no país, desde que começou a pandemia. Contabilizou mais de 14.300 famílias removidas entre março de 2020 e junho de 2021, a maior parte delas nos estados de São Paulo e do Amazonas. O mesmo estudo alertou que mais de 84 mil famílias estavam sendo ameaçadas de remoção e somente 54 comunidades tiveram seus casos temporariamente suspensos (“Chamada Internacional”, 2020). Em meio à pandemia de Covid-19, o número de ações com pedido de despejo aumentou 79% no estado de São Paulo, no primeiro trimestre de 2021, sendo as principais motivações relacionadas à falta de pagamento dos aluguéis, tanto em imóveis residenciais, quanto comerciais (Bechara, 2021). Aprovado pelo Senado e pela Câmara, o projeto de lei 827/2020 visava à proibição do despejo em imóveis urbanos durante a pandemia de Covid-19, mas foi vetado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, que afirmou que o projeto “daria um salvo conduto para os ocupantes irregulares de imóveis públicos”, que, segundo ele, “frequentemente agem em caráter de má fé” (Nobre, 2021).

A população em situação de rua cresceu 140% desde 2012, chegando a aproximadamente 222 mil brasileiros em março de 2020, tendo o grau de urbanização associado a esses índices (Natalino, 2020). A falta de dados precisos sobre o crescimento número de pessoas em situação de rua, apesar de vários pesquisadores afirmarem que aumentou (e possamos constatar a olhos vistos, nas capitais brasileiras), reforça a invisibilidade desses sujeitos. Pessoas em situação de rua geralmente vivenciaram um processo complexo de associação de múltiplos fatores, que podem envolver perda de vínculos familiares, abuso de álcool e

¹ Mais informações em Despejo Zero (n.d.).

outras drogas, doenças mentais etc. O fato é que, com a pandemia, surgiu um dilema: como pensar em isolamento social e higiene das mãos para quem não tem moradia? Cada governo municipal desenvolveu suas próprias maneiras de lidar com a situação, mas não houve um encaminhamento plenamente adequado em nenhum caso (Natalino, 2020; Marques, 2021).

A maior parte dos moradores de rua é negra e está sujeita às doenças respiratórias, doenças autoimunes e à predisposição à hipertensão e diabetes, se escancarando mais uma vez o abismo social e racial da população brasileira. Essa precariedade aumenta o risco para contrair a Covid-19 (Martins e Machado, 2020).

A gestão territorial e espacial na cidade compreende processos de gentrificação e higienização social e racial; são executas remoções, deslocamentos forçados e despejos, criando barreiras que impedem o acesso ou a permanência em determinados lugares. Martins e Machado (2021) pontuam que as pessoas em situação de rua, durante a pandemia de Covid-19, convivem com a transitoriedade dos espaços de ocupação, sendo expulsos a todo instante e perdendo seus poucos pertences, além de sofrerem com uma exposição maior ao contágio pelo vírus.

Até agosto de 2021, o Brasil contabilizou mais de 20 milhões e 614 mil casos de Covid-19, mais de 575.742 vítimas fatais. As cidades mais afetadas pelo vírus até esse período foram, respectivamente: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza, Manaus, Salvador, Curitiba, Belo Horizonte, Goiânia e Porto Alegre (“Mortes e casos”, 2021).

Cabe ressaltar a inserção dessas cidades em um espaço global que permite a transmissão do vírus, já que a megaregião Rio de Janeiro-São Paulo teve 9.780.148 pessoas desembarcando de outros países, em 2019. Situam-se nessas cidades os principais e maiores aeroportos internacionais do país, e não houve qualquer política de testagem e isolamento desses viajantes, possivelmente contaminados (Bartholomeu et al., 2020). Os autores concluem, pois, que a difusão espacial de Covid-19 conectou regiões distantes do país dessa forma, saltando em escalas relacionadas com a dinâmica da rede de mobilidade entre cidades, propagando a epidemia de maneira desigual.

A área mais rica do Rio de Janeiro, situada na zona Sul da cidade, apresentou altas taxas de contágio, mas baixa taxa de letalidade; a zona Oeste, muito mais pobre, exposta às vulnerabilidades sociais urbanas, teve maiores taxas de mortalidade, mostrando um número de óbitos bem superior ao dos bairros ricos do município, mesmo quando apresentava menor quantidade de positivados para Covid (Ribeiro et al., 2021).

No que diz respeito às especificidades da moradia, a modalidade laboral adotada durante o confinamento (para quem tinha essa possibilidade) foi o trabalho em *home office*, logo:

[...] os habitantes de uma casa subdividiram os ambientes criando micro escritórios para realizar as suas tarefas de trabalho como: reuniões, lecionar, apresentação, elaboração de conteúdo, controladoria e diversas outras atividades remotas. O trabalho *home office*, em espaços tão pequenos, também coloca os habitantes em dificuldade. (Miranda e Farias, 2020, p. 289)

As crianças das escolas públicas e privadas também tiveram de estudar na modalidade remota. Nem é preciso dizer o quando as desigualdades impactaram no estudo de crianças pobres, sem acesso a bons computadores e redes de internet. Assim, são múltiplos os fatores que passaram a figurar em tempos de crise sanitária, agudizando ainda mais as condições de precariedade do contexto habitacional brasileiro. Além desse aspecto, o deslocamento da população pobre a centros mais afastados evidencia que o período 'de exceção' possa ter servido para a retomada de ideias segregacionistas, constantes na história do Brasil. Em suma,

[...] as reintegrações de posse no contexto de pandemia reforçam a antiga lógica higienista que buscava a remoção dos trabalhadores das áreas centrais e a demolição de suas moradias. Os problemas habitacionais são constantes nas cidades brasileiras, mas eles só chamam a atenção do Estado e das elites quando existe algum risco que se coloca ultrapassando as fronteiras das aglomerações e ocupações urbanas, como se colocou com a pandemia de Covid-19. (Ahlert, 2021, p. 37)

Não se trata, portanto, de uma crise que é inaugurada com a pandemia de Covid-19, mas de um contexto que se aproveita das fragilidades instauradas para acentuar uma lógica perversa de segregação social, que beneficia somente as elites especuladoras e massacra grandes contingentes de cidadãos brasileiros.

5. CONCLUSÃO

A presente revisão permite compreender que o problema da crise habitacional não está necessariamente no crescimento urbano *em si*. Tal aspecto de transformação das cidades até poderia ser benéfico aos habitantes, desde que esse desenvolvimento tivesse contornos socioeconômicos mais igualitários, garantindo condições dignas de moradia a todas as classes sociais. A concepção de moradia, por sua vez, também deve ser compreendida em toda a sua complexidade, o que inclui pensar não só a condição da casa habitada, mas em todos os recursos que compõem a vida de uma localidade. O território vivido é o que proporciona aos sujeitos referências de identidade, de oportunidades e de socialização.

A política do capital, levada a cabo através de seus agentes, é dirigida pela necessidade de encontrar terrenos lucrativos para a absorção do capital excedente, para a especulação e acumulação. Barbara Freitag (2007), em seu livro *Teorias da Cidade*, já havia destacado o processo de "megalopolização" das capitais latino-americanas, analisando os casos de São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Cidade do México. Definiu esse padrão específico de urbanização como um crescimento descontrolado da população urbana, favelização, poluição e desequilíbrios ecológicos, desorganização social e tendência à anomia (pela elevada violência urbana).

Os déficits de moradia, emprego e serviços públicos causam impactos no tecido urbano e criam a cisão "cidade legal" x "cidade real", esta última composta por invasões e assentamentos ilegalizados, e a primeira se fechando em condomínios privados em busca de

segurança, conforto e usufruto de privilégios (Veronese, 2013). Esta tendência, histórica no Brasil, resultou em agudização do problema durante a pandemia de Covid-19. Sendo o país signatário dos acordos da ONU, contraditoriamente se afasta cada vez mais do atingimento do ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) de número 11, que coloca a meta de “garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas”.

O conceito de gentrificação, que originalmente faz referência a casos de remoção, pode ser ampliado analiticamente, para ajudar a compreender fenômenos contemporâneos em que o desenvolvimento de certas regiões urbanas já se torna um impeditivo de permanência aos que já moravam ali. Ou seja, os formatos mais sutis de despejo, que é quando a especulação imobiliária cria redutos de alto custo, tornam-se recorrentes e desumanizam ainda mais a cidade. Com a pandemia de Covid-19 e o deslocamento de pessoas para áreas litorâneas, interioranas ou mesmo para espaços maiores nas metrópoles, por exemplo, esse fenômeno pode ter sido reproduzido em outras localidades, ainda que momentaneamente. Conclui-se pela urgência de uma mudança no modo como, frequentemente, poderes públicos municipais têm se aliado ao capital especulativo, em várias cidades brasileiras, para a priorização de um modelo cidadão e mais justo de ocupar e viver nas cidades.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Marília Veríssimo Veronese é Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINOS. Julice Salvagni é doutora em Psicologia Social pela PUCRS.

Julice Salvagni é Professora Adjunta do Departamento de Ciências Administrativas da UFRGS. Doutora em Sociologia pela UFRGS.

Victória Mendonça da Silva é graduanda em Administração Pública e Social pela UFRGS. Bolsista PIBIC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

48% acham que Bolsonaro criou auxílio emergencial; 42% atribuem ao Congresso (n.d). *Poder 360*. <https://www.poder360.com.br/governo/48-acham-que-bolsonaro-criou-auxilio-emergencial-42-atribuem-ao-congresso/>

Ahlert, M. (2021). *Encantoria. Uma etnografia de pessoas e encantados*. EDUFMA/Kotter.

Alessandra, K. (2021, Abril 30). *Especialistas criticam redução da frota de transporte público na pandemia*. Câmara dos Deputados, República Federativa do Brasil. <https://www.camara.leg.br/noticias/753610-especialistas-criticam-reducao-da-frota-de-transporte-publico-na-pandemia/>

Anistia Internacional (2015). *Você matou meu filho!: homicídios cometidos pela polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Anistia Internacional. <https://anistia.org.br/informe/voce-matou-meu-filho-homicidios-cometidos-pela-policia-militar-na-cidade-do-rio-de-janeiro/>

Anistia Internacional (2021). *Informe Anual 2020: o Estado dos direitos humanos no mundo*. Anistia Internacional. <https://anistia.org.br/informe-anual/informe-anual-2020-o-estado-dos-direitos-humanos-no-mundo>.

Bartholomeu, M. C., Tunes, R., & Lencioni, S. (2020). "Megarregião Rio de Janeiro - São Paulo e o surto de COVID-19: desigualdades espaciais no contexto da globalização. *E-metropolis*, 42, 6-20.

Bechara, V. (2021, Maio 27). *Sob pandemia, ações de despejo em SP aumentam 79% em 2021*. UOL <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/27/acoes-pedido-de-despejo-sp-aumentam.htm>

Belandi, C. (2019, Novembro 29). *Estado do Rio tem mais da metade do território com alto risco de deslizamentos*. Agência IBGE Notícias. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26127-estado-do-rio-tem-mais-da-metade-do-territorio-com-alto-risco-de-deslizamentos>

Bello, L. (2017, Agosto 21). *Dia Nacional da Habitação: Brasil tem 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas*. Agência IBGE Notícias. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas>

Caldeira, T. P. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34.

Calderón, F., & Castells, M. (2021). *A nova América Latina* (E. Aguiar, trad.). Zahar.

Cardoso, B. B. (2020). A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. *Revista de Administração Pública*, 54, 1052-1063. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200267>

Carlos, A. F. A. (2007). *O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade*. FFLCH.

Chamada Internacional: Despejo Zero Coronavirus (2020, Março 13). *International Alliance of Inhabitants*. https://por.habitants.org/campanha_despejo_zero/despejo_zero_coronavirus/chamada_internacional_despejo_zero_coronavirus

Correia, D., Dos Santos, F., Do Amaral Brito, P., Dias Da Silva Guerra, L., Vieira, J. K., & Leci De Souza Rezende, C. (2020). Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19: Garantia de uma proteção social? *Journal of Management & Primary Health Care*, 12, 1-9. <https://doi.org/10.14295/jmphc.v12.1023>

Crieking, M. Van (2007). A cidade renasce! Formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas. In C. Bidu-Zacharia-Sen (Ed.), *De volta à cidade: Dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos* (pp. 89-120). Annablume.

Davis, M. (2006). *Planeta favela*. Boitempo Editorial.

Dados revisados do déficit habitacional e inadequação de moradias nortearão políticas públicas (2021, Março 4). Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, República Federativa do Brasil. <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/dados-revisados-do-deficit-habitacional-e-inadequacao-de-moradias-nortearao-politicas-publicas>

Despejo Zero (n.d.). *Em defesa da vida no campo e na cidade*. <https://www.campanhadespejozero.org/>

Dota, E. M., & Queiroz, S. D. N. (2019). Migração interna em tempos de crise no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 21, 415-430.

ECCONIT - Consultoria Econômica SS, & ABRAINC - Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias. (2020), *Estudo Técnico Dedicado à Atualização das Necessidades Habitacionais 2004-2030*. ECCONIT - ABRAINC.

Freitag, B. (2007). *Teorias da cidade*. Papirus.

Gehl, J. (2013), *Cidades para pessoas*. Perspectiva.

Gilbert, A., & Varley, A. (2002). *Landlord and tenant: Housing the poor in urban Mexico*. Routledge.

Glass, R. (1964). *London: Aspects of Change*. MacGibbon & Kee.

Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana* (J. Camargo, trad.). Martins Fontes. (Livro original publicado em 2012).

IBGE - Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (n.d.). *O IBGE apoiando o combate à Covid-19*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>

Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade* (Trad. R. Eduardo Frias). Centauro. (Livro original publicado em 1968).

Lefebvre, H. (2016). *Espaço e política: o direito à cidade II* (Trad. M. De Andrade, P. Denski, & S. Martins). Editora UFMG. (Livro original publicado em 1972).

Maricato, E. (2001). *Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana*. Editora Vozes.

Maricato, E. (2017). *O impasse da política urbana no Brasil*. Editora Vozes.

Marques, F. (2021, Junho 4). *Ela insiste no cuidado, quando todo mundo já desistiu* [Entrevista com Marcelo Pedra]. Fiocruz Brasília. <https://www.fiocruzbrasil.br/ela-insiste-no-cuidado-quando-todo-mundo-ja-desistiu/>

Martins, D. E., & Machado, F. V. (2020). A necropolítica como estratégia de gestão territorial e negação do direito à cidade: gentrificação, remoções e deslocamentos forçados da população em situação de rua. Em L. López, M. Dowbor, & A. Ruscheinsky (Eds.), *Anais do VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: Saúde, Corpos e Poder na América Latina* (pp. 2997-3008). Casa Leiria.

Melo, M. D. N. M. D., & Fusco, W. (2019). Migrantes Nordestinos na Região Metropolitana de São Paulo: Características socioeconômicas e distribuição espacial. *Confinis*, 40, 1-18. <https://doi.org/10.4000/confinis.19451>

Miranda, M. G., & Farias, B. M. (2020). Moradia popular e pandemia do Covid-19 reflexões sobre as dificuldades de isolamento social. *Confluências - Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito*, 22(2), 279-291. <https://doi.org/10.22409/conflu.v22i2.43119>

Mortes e casos de coronavírus nos municípios brasileiros (2021, Agosto 21). *G1 - São Paulo*. <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/2021/mapa-cidades-brasil-mortes-covid/sp/sao-paulo>

Natalino, M. A. C. (2020). *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf

Nobre, N. (2021, Agosto 5). *Bolsonaro veta proposta que proibia despejos até o fim de 2021*. Câmara dos Deputados, República Federativa do Brasil. <https://www.camara.leg.br/noticias/789907-bolsonaro-veta->

O Rappa (1999). *O que sobrou do céu* [Gravada por O Rappa]. Lado B, Lado A [CD]. Warner Music (1999).

OWD - Our World in Data (2021). Coronavirus Pandemic (Covid-19) the data. [Data set]. <https://ourworldindata.org/coronavirus-data>

Passageiros reclamam de ônibus lotados e aglomerações em terminais em várias capitais. (2020, Dezembro 14). *G1-Jornal Nacional* <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/14/passageiros-reclamam-de-onibus-lotados-e-aglomeracoes-em-terminais-em-varias-capitais.ghtml>

Pereira, R., Kauê Vieira Braga, C., Serra, B., & Nadalin, V. (2019). *Desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras - 2019*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9586>

Ribeiro, D. D. A., Braga, A. F. D., & Teixeira, L. (2021). Desigualdade socioespacial e o impacto da Covid-19 na população do Rio de Janeiro: Análises e reflexões. *Cadernos Metrópole*, 23(52), 949-970. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5205>

Rolnik, R. (2017). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Boitempo Editorial. E-book Kindle.

Santos, M. (2002). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Edusp.

Santos, M. (2013). *A urbanização brasileira*. EdUSP.

Smith, N. (1996). *The new urban frontier: Gentrification and the revanchist city*. Routledge.

Sousa, R. N. L. de. (2020, Dezembro 15). Economia compartilhada e gentrificação: Estudo de caso do Airbnb na favela do Vidigal. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/94769>

SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2013). *Por uma cultura de direitos humanos: Direito à moradia adequada*. SDH/PR. https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH_moradia_final_internet.pdf

Taschner, S. P. (1995). *Squatter Settlements and Slums in Brazil: Twenty years of Research and Policy*. Zeal Books.

UN-HABITAT - United Nations Human Settlements Programme (2003). *The challenge of slums: Global report on human settlements 2003*. Earthscan Publications.

UN-HABITAT - United Nations Human Settlements Programme (2020). *UN-Habitat Covid 19 Response Plan 2020*. Onu Habitat. https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/04/final_un-habitat_covid-19_response_plan.pdf.

Veronese, M. (2013). Cidades e exclusão social: O Sul dentro do Sul, o Norte dentro do Sul. *Ciências Sociais Unisinos*, 49(1), 104-112.

Vieira, H. (2021, Julho 27). *Aluguel residencial tem alta acumulada de 0,77% no primeiro semestre de 2021*. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/business/aluguel-residencial-tem-alta-acumulada-de-0-77-no-primeiro-semester-de-2021/>

CULTURA E ESPACIALIDADES COMO DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EMANCIPADO: PERGUNTAS, OLHARES E PROVOCAÇÕES

Shirlei Torres Perez

Serviço Social do Comércio (SESCSP)

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

shitorres.shi@gmail.com

RESUMO

O texto aborda as relações políticas e educativas no espaço de cultura, considerando o ponto de vista dos estudos da comunicação e da performance, e os conceitos de educação pela comunicação, no entendimento das mediações pela convivência e pela estrutura e operação do espaço como rede de conhecimento ativo, e relação aos conteúdos ações e curadoria. Propõe questões que ampliem a visão do Equipamento de cultura a partir das lógicas do edifício e de seu lugar na cidade como estratégias críticas e operativas na construção de conhecimento emancipado, a partir de Santos (ecologia dos saberes), Martin-Barbero (educação pela comunicação) e Christine Greiner (corpo e comunicação), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE

ação cultural, cidades, ecologia dos saberes, espacialidades

1. INTRODUÇÃO

Os estudos da arte e da comunicação, tem construído reflexões potentes a respeito das relações e convivência nos espaços públicos e coletivos, sejam eles institucionalizados, ou não, em diferentes medidas. No ambiente biopolítico atual, as relações dos corpos e a configuração das estruturas físicas, dos trânsitos e dos usos do espaço desenham dinâmicas que, não apenas amplificam e reverberam as formas de convivência, as hierarquias e modos de vida em cada realidade social, mas compõem e realimentam essas construções. As relações de convivência nos espaços são vivências constitutivas das políticas sociais e das dinâmicas de poder.

A ideia de Ação Cultural, tem dialogado fortemente com essa noção, buscando políticas e formatos para a dinamização política das práticas e da fruição, assim como da própria produção artística, no sentido de fomentar desenhos políticos emancipatórios, críticos e complexos.

No contexto da cidade, o centro cultural, o local destinado ou escolhido para a fruição e práticas culturais, pode representar um ponto de torção, lugar de confrontação de valores e exercício crítico, assim como pode ser o ambiente de reforço do conhecimento hierarquizado, e reprodução de hábitos desumanizadores, de valores fixos e colonizados, uma vez que, conforme aponta Santos (2006), em sua *Crítica da Razão Indolente*, a cultura tem sido uma das áreas do conhecimento mais capturadas pelas lógicas econômicas, com sua derivada, a lógica do entretenimento.

Capturados no mesmo sistema de crenças (Sloterdijk, 2002), como escapar ao esquema que nos envolve de forma estrutural? Como então ativar a potência da arte e da prática cultural, para além do exercício de consumo, e de reforço, ou da crítica já colonizada e muitas vezes sem escape efetivo para qualquer mobilização real? Essa tem sido uma discussão central, assim como preocupação presente em termos de curadoria e política cultural. No entanto, a busca por ações efetivas na emancipação e descolonização da convivência e da ação social, levam à busca de pontes entre arte, cultura e efetivos potenciais cotidianos de reforço das práticas emancipatórias e de construção de ‘conhecimento pertinente’ (Morin, 2002), aquele que pode nos instrumentalizar para a incerteza a solidariedade, a complexidade.

Essa resposta, que tem sido proposta pela via das políticas do corpo e da arte, e pela noção da ocupação crítica e radical dos espaços de convivência, da superação das lógicas perversas, e da superação de barreiras criadas pelos mapas de circulação já estabelecidos, na lógica das cidades, faz a ligação entre o olhar para os conteúdos e a prática de administração do ambiente e da ocupação dos espaços destinados à fruição e prática cultural.

Nesse sentido, propomos de lançar luz sobre a relação com as dinâmicas e espacialidades no equipamento cultural, no que tange a sua ocupação e gestão cotidiana, a partir das lógicas aplicadas na ação e no planejamento e em seus desdobramentos; da interface permanente com as espacialidades e com as proposições de ocupação e circulação constante, atendendo às intenções e necessidades tanto operacionais quanto educativas e políticas, em seu sentido mais amplo. Trata-se de compreender que a potência da participação e da presença ativa a relação com os conteúdos e propostas curatoriais e de mediação. Nesse sentido, de que forma seria possível criar uma fruição efetivamente sensível, se faz parte dessa rede um conjunto de relações hierárquicas e colonizadas na permanência e acesso ao espaço da obra, por exemplo.

Este texto se propõe a levantar apontamentos e perguntas que discutam a efetividade de uma ação crítica e política, em seu sentido mais amplo, no âmbito da ação cultural e, mais especificamente, na ocupação dos centros culturais e equipamentos dedicados à fruição e às práticas da arte e da cultura, com foco em suas interações no ambiente da cidade, compreendendo a importância de três eixos iniciais: O reconhecimento e a interação com as espacialidades e seus fluxos; Dinamização dos ambientes; A Circulação das hierarquias e lógicas de autoridade. Essas consideradas como formas operativas de produção de conhecimento dentro da rede política e educativa do espaço, e compreendidas tanto em relação às lógicas do edifício, quanto nas relações territoriais do Equipamento.

2. CONFIGURANDO CONHECIMENTOS: A ESPACIALIDADE COMO MEDIAÇÃO E COMO EDUCAÇÃO

Essa compreensão parte da premissa de que, não apenas os conteúdos, mas a forma como são organizados, são componentes imprescindíveis de um mesmo processo. As escalas de valor, as estruturas formais e informais, ou seja, a relação com o conhecimento e os significados vão além dos discursos. Forma e conteúdo são inseparáveis, ou, mais que isso, são uma única construção, indissolúvel e sem delimitações ou separações. Dessa forma, cada realização é única e gera uma experiência única que, mesmo que revivida ou reproduzida, não se repete.

Dentro desse entendimento, os processos de educação não se resumem apenas a momentos e assuntos específicos, mas ao exercício contínuo de viver em sociedade, e, portanto, a dimensão da cultura nesse âmbito ganha especial valor como dinâmica educativa: no fazer, no fluir, no exercer.

Vivemos em ambientes cada vez mais atravessados pelos novos meios de comunicação, de organização da vida em função das mudanças políticas e relacionais que operam o tempo todo sobre o corpo, a rotina, a ideia de conhecimento, os valores e, enfim, sobre a noção e a relação com o mundo.

No ambiente urbano se reúnem e resumem muitas das questões contemporâneas, e sua organização impacta e é impactada diretamente pela compreensão do indivíduo e de suas relações: o político transborda e ocupa a cidade. Ao tratar, portanto, da cultura e dos espaços culturais da cidade, pensar sua dimensão educativa é criar relações com essas crenças e valores contemporâneos. Dessa forma, uma das dimensões de uma proposta de educação pela cultura, passa pelo entendimento do papel do centro cultural como espacialidade – dentro e fora de seus muros.

Ao centro cultural está reservado tanto o lugar da suspensão do cotidiano, em que se pode acessar diferentes ritmos ou outras realidades, no sentido lúdico e simbólico, ou por algum tempo esquecer-se do cotidiano, de forma a retornar pronto a executar novamente as mesmas rotinas, até o próximo momento de diversão ou distração. Pode, por outro, ser o espaço da ativação de novos conhecimentos, práticas diversas e do exercício da cidadania de forma crítica.

Numa visão educadora, o desafio é construir uma atuação que oportunize essas vocações, reafirmando o conceito de cultura como algo vivo e absolutamente relacional. Nesse sentido, não se trata de reforçar conceitos e enunciados, mas de oferecer espaço de livre circulação para o conhecimento pertinente, aquele, segundo Morin, que considera a complexidade – a dúvida, as relações não causais e a incerteza – como paradigma, já que a relação causal e a lógica científica são construções para medição e normatização, que, no entanto, são apenas simplificações e que não tem sido mais suficientes para mediar as relações do indivíduo com o mundo.

O lugar de troca que possa subverter a lógica da simplificação, portanto, precisa ir além e oportunizar trilhas renovadas. Isso não significa, em última análise, abrir mão da criação de rotinas, já que é preciso oferecer regularidade, formas de funcionamento, e até mesmo uma lógica de atividades que se adapte às possibilidades do público. Podemos entender que a inserção nas lógicas constituídas permite a viabilidade de um projeto consistente e da estrutura de funcionamento de um espaço de cultura, sendo essa uma das grandes negociações a que se dedica permanentemente esse local, qualquer que seja ele. No entanto, é importante que lógicas, hábitos, ou mesmo regras, possam dialogar também com a necessidade de enxergar novas possibilidades, e isso precisa estar contido no conceito de organização do edifício e de suas atividades e usos. Cabe ressaltar que é esse, sincronicamente, também o desafio do indivíduo, em pleno momento de reconfiguração dos formatos sociais: Manter e alimentar as regras e hábitos, sem tornar-se dependente ou preso a eles de forma excessiva, ou seja, mantendo uma certa margem para mover-se 'para além do hábito'.

Há que rezear que a atividade cultural de hoje já não seja muito mais que a soma dos biscatos intelectuais de utentes das escadas rolantes. Entretanto, até esses biscatos estão de tal modo perpetrados pelo seu automatismo, que já pouca diferença faz que uma pessoa role de maneira afirmativa ou crítica –até se pode mesmo rolar de maneira revolucionária (Sloterdijk, 2002, p. 204)

Vale dizer, uma cultura que incorpora seus contra-movimentos e produção alternativa dentro da mesma dinâmica, que a realimenta oferecendo, porém, a satisfação de cumprir um papel nessa rede de consumo, que na verdade não é operante, ou seja, não tem a potência para modificar, ampliar, contribuir efetivamente para mudanças em um estado de coisas já estabelecido.

Boaventura de Sousa Santos aponta para a importância de retomar as noções de tempo e velocidade, distorcidas pelo funcionamento social subordinado à economia, e mediado pela tecnologia, assim como propõe o realinhamento do valor dos saberes, conforme a efetiva pertinência em cada sociedade, superando as lógicas coloniais e reabrindo a rede de troca entre os conhecimentos.

Se vivemos, hoje, uma aceleração das divisões e uma necessidade de demarcação de territórios, por um lado, estamos também imersos na dissolução de determinadas fronteiras e hierarquias. O mundo organizado, juntamente com as regras que dominaram durante séculos, evoluíram de forma acelerada e nos deixaram um lapso: como redefinir as ideias de fronteiras, identidades e verdades, num contexto absolutamente móvel e em desconstrução. Como medir um mundo movediço e em constante explosão, com as medidas absolutas e as regras fixas da ciência e dos valores construídos historicamente? E, independentemente de quais sejam esses valores, como lidar com a dissolução de regras e a insegurança da complexidade resultante desse desmonte?

Se, por um lado, aprendemos a necessidade de identificar e delimitar –encontrar nosso próprio espaço, guardar nosso território e autonomia diante do outro, nosso ganho, nosso interesse; saber o que queremos, o que precisamos fazer, que regras cumprir, como classificar a nós mesmo e ao outro– torna-se necessário ser capaz de expandir e superar as fronteiras e

barreiras de tudo o que é fixo, pois o mundo não nos responde sempre segundo essas regras. Se a educação formal busca estratégias de conciliação entre o indivíduo e as regras, o exercício da cultura –da produção e fruição crítica e artística– pode ser o espaço para a exploração de outras formas de relação e comunicação como exercício de convivência e criação de novas alternativas.

De forma metonímica, a convivência com o outro nos coloca os mesmos desafios, mesmo que não seja claro num primeiro momento, já que a cidade cada vez mais reproduz as lógicas de mobilidade, consumo e funcionamento que se manifestam em diferentes exercícios do cotidiano.

Essa proposição passa pela compreensão da visualidade e das espacialidades como lugares de relação e de produção de conhecimento, intimamente ligadas às possibilidades de construção social e cognitiva de conhecimento pertinente e complexo, conhecimento emancipado.

Apropriar-se é relacionar-se com o entorno: a regra, o novo, o limite e o outro. Expor à convivência e convidar a entrar num novo ambiente, ou a criar familiaridade e compartilhar, pode ser uma ação educativa e propositiva de vivências que ampliam a percepção e alargam horizontes. Pode ser, portanto, uma proposta efetivamente educativa.

O papel de um centro cultural dentro da cidade, pode vir a ser, portanto, o de contraste e de confrontação às lógicas cotidianas, bem como um espaço de liberdade e de comunicação, de exercício da cidadania e de contato com novas fruições, também pelo exercício das relações propostas de uso e atendimento, de comunicação nos espaços e proposta de convivência

A partir dessa consideração, podemos entender que, do trabalho de articulação entre os conceitos de uso dos espaços e as propostas de educação, são refinadas as premissas e critérios para o diálogo de curadoria, de programação, de atendimento e todas as outras formas de comunicação com o público, que fazem parte da construção do lugar do Sesc Pinheiros na intrincada rede de educação e de potencialidades da cidade e das relações, no exercício da cidadania.

A cidadania, nesse sentido ampliando, refere-se à noção de participação e de pertencimento sistêmico, já que os grupos têm se cambiado continuamente, e as noções de mercado e consumo terminam por estabelecer hierarquias de direitos e comportamento, transformando, muitas vezes, aspectos desse conceito em regras ou crenças de limitação e submissão. Essa é, portanto, uma das questões-chave presentes, como pano, de fundo para o pensamento em cultura e ativação.

A vivência das apresentações artísticas, a fruição das exposições e a participação em atividades culturais, em si, são dotados de valor, independentemente da necessidade de contextualização explícita das obras, ou da condução de pensamento a respeito dessas realizações, ou seja, independentemente de uma ação pedagógica complementar à fruição.

Dessa forma, a ação e a difusão cultural compõem um arcabouço de possibilidades educativas, considerando o viés da valorização da relação entre obra e público como valor, e

o exercício da cultura como troca criativa e como produção de conhecimento. Nesse sentido, o conhecimento complexo: diverso e não linear, nem sempre relacionável ou passível de mediação.

A mediação, portanto, não se constrói necessariamente para contextualizar, explicar ou apresentar conteúdos, assim como também não visa ‘facilitar’, oportunizar ou dirigir o olhar. Visa, no entanto, o reconhecimento da vivência, a valorização da percepção e a capacidade de construir conexões e caminhos. Buscar despertar perguntas, em lugar de trazer explicações. Explicações e contextualizações somam-se, dessa forma, à espacialidade, à vivência e aos demais recursos, na construção dessas novas percepções.

Nesse sentido, a configuração e imbricação dos espaços tem sido, cada vez mais, consideradas nos processos curatoriais e de mediação, e a preparação de espaços e estruturas têm a possibilidade de potencializar essas iniciativas.

No caso dos espetáculos e apresentações artísticas, é fato que a vivência do espectador, bastante estudada e discutida, vem se juntar à rede de percepção das proposições, sendo que a comunicação, portanto, começa e termina muito além do momento do espetáculo ou da fruição da obra. Assim se dá também a participação do esportista, do aluno, do frequentador e de todos os lugares ocupados pelo indivíduo na rede do Equipamento, conforme a natureza de cada atividade e suas especificidades.

O presente trabalho é um exercício do olhar; uma reflexão sobre a prática de entender a relação com os espaços como oportunidade e mediação para a ação social e de educação, e um elemento fundamental no fazer e no fruir da arte e da prática cultural; um componente determinante no olhar de gestão da cultura e dos equipamentos.

3. OLHAR O ESPAÇO E AS ESPACIALIDADES: QUESTIONAR, INTEGRAR, RELACIONAR

A ideia de Centro Cultural surge e se estabelece com a intensificação do ambiente urbano, já adaptado a conceitos de consumo e de convivência construídos a partir do pós-guerra e desenvolvidos entre as décadas de 1960 e 1980. Trata-se de espaços que buscam aproximar e ampliar o acesso à arte e outras manifestações, como premissa, e que passam a exercitar todas as possibilidades de relação com as questões de público, consumo, produção e localização da obra e da manifestação artística, convivendo, também com o surgimento de novos formatos performativos, hibridismos de linguagem, e novas exigências tecnológicas.

Esse espaço reúne vocações que cabem aos teatros, aos cinemas, às bibliotecas e galerias, e inclui muitas vezes as praças e muros, o que torna plural e potencialmente ampla sua gama de possibilidades, numa configuração de convivência e embricamento dos espaços, com o objetivo primeiro, entre outros, de diversificar e pluralizar a frequência e oferta de experiências.

Sem nos alongar nesse ponto, pode-se considerar que os demais equipamentos, dos teatros às praças, independentemente de sua estrutura e história, grosso modo, são influenciados por essa nova dinâmica estabelecida. Isso abre um leque amplo de estudos, porém, aqui, basta compreender que podemos aplicar nossas perguntas também a esses equipamentos, guardadas as compreensões específicas.

Jesús Martín-Barbero (2003), discutindo as relações entre comunicação e educação, menciona a ideia da cultura apresentada como numa praça de mercado, em que os produtos estejam apresentados de forma mais variada, e tenham as mais diferentes procedências, e onde as pessoas possam ver e ser vistas, provocando encontros. Isso em contraponto ao supermercado, em que as prateleiras facilitam as escolhas por sessão, e os produtos estão em embalagens homogêneas, facilitando a retirada rápida, e afastando os encontros. Essa talvez traduza uma das grandes questões atuais em relação ao consumo e à prática cultural, e pode resumir muitas das inquietações quanto a esse exercício no ambiente urbano.

Além das discussões em relação a vocações e usos desses espaços cabe, também, examinar sua importância em termos de circulação, dentro da própria cidade. A partir do deslocamento das práticas para um espaço de determinada centralidade, criam-se lógicas para alimentação e frequência a esses centros, impactando, em maior ou menor grau o seu entorno.

Passam a fazer parte dessa equação as questões de mobilidade e horários de funcionamento, programação e serviços, determinando uma complexa rede, que necessariamente precisa ser reconhecida e revisitada com frequência, visando a manutenção de uma ação efetivamente educativa.

Ao considerar, portanto, a ideia de um espaço de fruição e de educação, torna-se necessária a ampliação da rede de avaliação e de planejamento, para que as reverberações sejam cada vez mais efetivas e diversas, já que as relações são mediadas pelos processos de trabalho e organização de estruturas institucionais, tendo como resultado a ação, atendimento, comunicação, funcionamento, enfim, do processo de realização da ação, e aplicação de suas políticas.

Os pesquisadores do campo da arte e da performance tem buscado, ao enxergar as dinâmicas da cidade, entender de que forma é possível influenciar e interferir nesses fluxos, visando abrir possibilidades de espaço criativo, assim como de ação política –no sentido mais amplo: o da convivência. Da mesma forma, torna-se necessária a abordagem crítica das estratégias que medeiam e sustentam essa rede de interferência, interna e externa ao âmbito do centro cultural, do espaço de cultura, fechando o ciclo da criação das oportunidades e dos fluxos de conhecimento.

As cidades têm sido, cada vez mais, compreendidas num sentido dinâmico, que supera a ideia de locais de habitação, trabalho e outras práticas, e incorporando o sentido de rede. A cidade seria então um conjunto de redes complexas, ativadoras de afetos e novas espacialidades, que se recompõe e reconfigura continuamente.

Neste âmbito cabe olhar para o edifício/local com seus espaços e vocações, ou seja, como tem sido entendido e ocupado de acordo com as áreas e estruturas de que dispõe, e conforme

a programação que traz a público. Como parte viva dessa rede, ou seja, entendendo o lugar do Equipamento Cultural na cidade e em seu entorno, como ativador de espacialidades também complexas.

A capacidade de ocupação, tempo de existência e dinâmicas de funcionamento dialogam ativamente com o entorno, e determinam o campo de ação possível. Inserido, de forma mais ampla, no próprio cenário cultural da cidade, vai recebendo subfluxos, e necessita criar lógicas cruzadas ou complementares.

Quais são os lugares do Equipamento nessa rede, e de que forma se potencializam ou se equilibram suas vocações, para a efetivação de suas políticas?

De que forma integrar e ampliar o espaço de trocas com o público e a cidade?

Como entender a lógica dos espaços em relação à percepção e autonomia, às influências cognitivas e políticas dessa ocupação?

De que forma dinamizar as relações pela espacialidade, e de que forma potencializar a ocupação, criando vínculos, ângulos e vazios a completar?

Como relacionar conteúdos e processos cognitivos e de socialização à compreensão do conceito de conhecimento solidário e complexo?

De que forma alimentar as ideias de limite e de autonomia, superando a noção de contraposição entre essas dinâmicas?

Como a apropriação e a exploração do espaço podem potencializar e caracterizar a construção e a fruição da cultura e do fato cultural?

Entendendo que a espacialidade não se refere apenas ao local, mas a toda a rede de mediações e significados associados a ele, a sua configuração e dinâmica de relações. Dessa forma, refletir a respeito das políticas da espacialidade implica na visão do que qualifica e interfere em suas dinâmicas, ou seja, nos elementos que compõem, com a estrutura física, a rede de relações naquele universo. Dessa forma, o espaço físico é um dos elementos dessa composição, sendo muitas vezes um dos pontos de partida determinantes para a configuração da ação, principalmente no caso de equipamentos culturais e esportivos. Mas jamais, o determinante único e final na definição políticas, atividades e proposições.

Considerando a espacialidade de forma dinâmica, a visão de ocupação desse espaço evolui das relações direcionais com o público, atividades, proposições, para a criação de novas mediações, a via de muitas mãos, em que não há elementos estáticos, mas a exploração de novas mediações e de uma relação interativa, em que a tríade –gestão, atendimento e curadoria– são permanentemente atravessadas, e atravessam as lógicas do público e do espaço.

Isso não se refere apenas a questões como capacidade, horários e regras de uso, obras e conteúdos e destinação de recursos, por exemplo, mas de que forma esses elementos são exercidos e apropriados nesse sistema. Suscita a reflexão sobre manter a noção de limites,

disponibilidade e valorização de forma a manter a possibilidade de interação, superando a repetição de lógicas conhecidas, e afinado a compreensão de si e do outro no espaço de convivência. Seja esse outro o sujeito, o grupo, ou uma instituição.

Nesse sentido, uma das dinâmicas relevantes ao olhar é a ambiguidade do espaço institucional, ou institucionalizado, por exemplo, com suas regras, estruturas, e a própria imagem de um espaço de cultura, com a proposta de um espaço de crítica e liberdade, sendo essa uma medida em constante movimento diante dos arranjos sociais e hábitos de consumo, em composição com uma proposta de educação para a crítica e para a convivência – simultaneamente – o que torna mais complexa a equação, pois recusa, em geral, algumas das formas habituais e esquemáticas, para regulação da frequência e permanência nos espaços, assim como para fruição e vivência das ações propostas.

A estrutura física dos espaços medeia fortemente a relação com a presença. Estar em um teatro, por exemplo, remete a toda a gama de memórias e relações com as referências a essa arte e seus rituais de fruição, a visualidade de uma praça determina a sensação de liberdade ou de incômodo por interferências externas inerentes ao espaço aberto. Além dessa variável da memória e das referências rituais, que podem remeter a valorações, ou, por outro lado, para a superação de preconceitos, a depender das obras e mediações propostas, fica claro, pelo já exposto, que, em diferentes níveis de influência, as relações de valor e hierarquias entre funcionários, artistas e público, entre espaços abertos e fechados para circulação, formatos de informação, clareza nos conceitos curatoriais, relações políticas com imprensa, público e artistas, relações responsáveis com o consumo, clareza na circulação de recursos e outros infinitos detalhes na ampla rede de comunicação e funcionamento do espaço, pode alimentar ou despotencializar a intenção e as políticas de emancipação, ou de regulação.

Com base em experiências práticas, na administração dos espaços, propomos enxergar como bases do processo comunicativo/educativo os pilares: espacialidade, curadoria, gestão e programação.

Vale dizer que, considerando a ideia de comunicabilidade e espacialidade como mediações, no processo de educação, observar a ligação entre esses eixos será entendido como uma forma de caracterizar e compreender as ações de educação, como parâmetro pertinente para o pensamento em ação cultural. Trata-se de propor um olhar que supera a ideia de integração e alimenta a noção de rede, de uma compreensão sistêmica para as relações que determinam o uso ou ocupação dos espaços, enxergando o ambiente que se constitui, e seus desdobramentos.

A programação, aqui, contempla a curadoria, encadeamento e cronograma das ações, assim como a posição na grade de espaços e de atividades, considerando a relação com as demais ações no edifício, na instituição ou grupo, caso comporte outros locais, e na cidade ou região, assim como a diversidade e composição entre as linguagens. A programação se relaciona também ao entendimento da produção em geral e nas linguagens específicas, da relação com artistas e parceiros, além do público envolvido, e inclui as mediações de conteúdo e a intersecção com ações de comunicação e questões técnicas e estratégicas.

A comunicação se refere ao conjunto de mediações e relações entre a Instituição, a obra e o artista, e o público, sendo contempladas as ações de acolhimento, recepção, divulgação e linguagens e regulações em relação ao espaço e seus usos – sinalização, informação e contato pessoal de atendimento. Fazem parte do que chamamos comunicação, portanto, as estratégias de diálogo, as lógicas de circulação e a relação imediata ou sistemática com os conteúdos e propostas da ação, de acordo com suas interfaces.

A administração de processos e recursos refere-se a: priorização e processos de trabalho compatíveis com os objetivos e propostas da ação cultural; uso e desenvolvimento de ferramentas facilitadoras para as dinâmicas relativas a essas políticas; conhecimento técnico aplicado, considerando a especialização na técnica e a especificidade de equipamentos e processos; distribuição estratégica das expertises, considerando a razão otimizada entre a necessidade de profissionais e equipamentos próprios e a ser desenvolvidos, e a adequação das contratações e terceirizações, em termos gerais e para cada proposta e atividade.

Trata-se de considerar que as relações de trabalho, de uso dos recursos, e as hierarquias de funcionamento traduzem um pensamento global que precisa ser trabalhado do mesmo ponto de vista que os conteúdos, pois, ao logo do tempo e nas relações com o público, esses valores são determinantes, e transparecem como fios condutores do conhecimento construído em determinado local. Ajudam e determinam o lugar daquele Equipamento na rede de relações de uma cidade e no imaginário do público.

4. UM ESPAÇO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

De nossas próprias experiências individuais, nos espaços de arte e cultura, e a partir da frequência e observação desses espaços, podemos intuir que a dimensão do público e do privado muitas vezes se confundem, e o tempo todo convivem, dada a natureza das interações na fruição da arte e nas práticas culturais. Nas pesquisas da performance, essa condição se evidencia e comprova. As dimensões do público e do privado se cruzam, em zonas de potencialização e despotencialização, criando movimentos dinâmicos, influenciados pela proposição do espaço, e pelos indivíduos e grupos que os frequentam.

Como apontado acima, podemos identificar, muitas vezes, nos espaços públicos, comportamentos, discursos ou atitudes que confirmam essa observação, e entendemos esse desafio e essa característica como componente do modelo que o público atribui e exerce como resposta às relações de confiança e convivência propostas pela Instituição. No entanto, percebemos também os atritos que essa apropriação pode provocar, pelo deslocamento em relação à compreensão das exigências de um espaço público, em relação à tolerância ou à atenção.

Mas a questão apontada vai além, uma vez que uma das atribuições que alguns teóricos levantam para a definição de um espaço efetivamente público é a capacidade de confrontação de questões pertinentes, e de criação de zonas de evolução das relações. Essa é uma visão que prioriza a manutenção de um olhar para a potência política e social do

indivíduo, reforçando a busca de estratégias para uma vida expressiva e com certo grau de autonomia nas relações.

Esses são, no entanto, dois extremos e podemos definir, sob esse aspecto, a ação educativa como uma operação de conciliação e de equilíbrio entre as possibilidades dos espaços. Isso considerando que, além da dimensão performativa, nos cabe considerar, também a dimensão do acolhimento e do desenvolvimento individual através de estratégias de autopercepção e exercícios de aptidões e noções mais próximas do individual.

Essa é uma questão que toca diretamente às escolhas ampliadas das políticas culturais, aplicadas a cada programa e à sua convivência nos espaços dos Equipamentos

Cabe aqui considerar a amplitude das noções de acolhimento e de potencialidades e estratégias da ação educativa, em seus diferentes formatos e linguagens, que se relacionam diretamente às espacialidades e suas dinâmicas. Essa dimensão ressalta o viés educativo que se manifesta a partir de todos os contatos, em maior ou menor grau, dentro do edifício e nos ambientes comunicativos, digitais e simbólicos ligados a ele.

Dessa forma, ao pensar configurações de espaços, desenvolve-se mais um degrau desse pensamento, constantemente em evolução, pelo exercício diário desses limites entre as esferas, e do reconhecimento do indivíduo nas diferentes situações e papéis possíveis a ele, pela gama de ações diversas que convivem no mesmo edifício e em momentos que se cruzam permanentemente. Por outro lado, existem ativações que se dão exclusivamente pela interação no espaço público, e as ativações nesse sentido são espaço privilegiado para vivências e intervenções que possam efetivamente mover e inspirar. Nesse caso, também no sentido da subjetivação.

A partir de Paulo Freire, o colombiano Jesús Martín-Barbero (2003, 2009) entende que a ação educativa não deve ser trabalhada como uma cartilha de pressupostos e crenças dadas a priori, mas relacionada ao momento específico, voltada para a relação com o entorno, e nunca generalizada. Da mesma forma, integrar às políticas e práticas de uso, construção e ocupação de espaços de prática cultural, a dimensão de educação e de construção de convívio e conhecimento críticos, exige um olhar para a complexidade, as mediações e a diversidade. Compreende um exercício de identificação e administração das relações complexas, implicadas na compreensão das redes materiais, simbólicas e políticas em que se inserem esses espaços, e a compreensão de como se constituem os ambientes propícios às práticas emancipadoras, diante dos públicos, temas e demandas de cada ação, região, estrutura. Exige, portanto, um olhar complexo e emancipado também para a gestão cotidiana, o acolhimento e as relações de ocupação e de poder, no sentido mais amplo, que se criam permanentemente, pelo simples movimento de pensar e exercer uma atividade em determinado local ou edifício.

O que se propõe aqui é um olhar para as perguntas, para o cotidiano, na mesma medida em que se olha para as políticas mais amplas, buscando integrar e compreender as dimensões do espaço, da convivência, da presença, e a natureza das práticas e do conhecimento que se constrói pela simples ocupação dessas construções, praças, edifícios e equipamentos.

NOTA BIOGRÁFICA

Shirlei Torres Perez é doutora e mestre em comunicação e semiótica pela PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; lato sensu em Sociologia do Lazer pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; Estudos em Administração e Administração da Cultura pela FGV Fundação Getúlio Vargas; Bacharel em Teatro pela ECA-USP Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Com investigação em pós-doutoramento na Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.. Membro do corpo técnico do Sesc, Serviço Social do Comércio, São Paulo, Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Morin, E. (2002). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Unesco

Martín-Barbero, J. (2003). *La educación desde la comunicación*. Grupo Editorial Norma.

Martín-Barbero, J. (2009). *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. UFRJ.

Santos, B. S. (2006). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. Cortez.

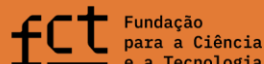
Sloterdijk, P. (2002). *A mobilização infinita: Para uma crítica da cinética política*. Relógio D'Água.

CESCONTEXTO PUBLICA
ACTAS DE EVENTOS ORGANIZADOS
OU CO-ORGANIZADOS PELO CENTRO
DE ESTUDOS SOCIAIS (CES)

Cofinanciado:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



ISSN 2182-908X